

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

MARCUS VINÍCIUS SANT'ANNA

ENTRE O PROJETO URBANO E O LUGAR:

**PRÁTICAS, REPRESENTAÇÕES E USOS DO ESPAÇO PÚBLICO NO
PROCESSO CONTEMPORÂNEO DE RENOVAÇÃO DO
HIPERCENTRO DE BELO HORIZONTE.**

**MINAS GERAIS – BRASIL
JULHO – 2008**

Marcus Vinícius Sant'Anna

Entre o Projeto Urbano e o Lugar: práticas, representações e usos do espaço público no processo contemporâneo de renovação do Hipercentro de Belo Horizonte.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Organização do Espaço

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Magela Costa

Belo Horizonte
Departamento de Geografia da UFMG
2008

Marcus Vinícius Sant'Anna

Entre o Projeto Urbano e o Lugar: práticas, representações e usos do espaço público no processo contemporâneo de renovação do Hipercentro de Belo Horizonte.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Belo Horizonte, julho de 2008.



Prof. Dr. Geraldo Magela Costa



Profa. Dra. Heloisa Soares de Moura Costa



Prof. Dr. Roberto Luís de Melo Monte-Mór

*Este trabalho é dedicado aos meus pais,
Amparo e Maninho, pelo apoio absoluto.*

Postal

**Paisagem muda
No canteiro da avenida
Não grita**

Renato Limão

Agradecimentos:

Este trabalho não teria chegado até aqui sem o contato, as conversas e as indicações de leituras feitas por colegas, professores e amigos, que conheci desde o final de meu curso de graduação em arquitetura e urbanismo, na Universidade Federal de Viçosa. Assim, é a soma das contribuições de um coletivo.

Primeiramente sou grato ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) que me concedeu uma bolsa de estudos de 24 meses, possibilitando minha estadia em Belo Horizonte e sem a qual este trabalho teria se tornado ainda mais difícil.

Agradeço ao Professor Geraldo Magela Costa, meu orientador, por ter confiado em mim e em minha proposta de pesquisa desde o início, pelos ensinamentos e pela paciência com que conduziu este trabalho. Sou grato também aos professores Roberto Monte-Mór e Heloísa Costa, pelas críticas e sugestões feitas no seminário de dissertação e que tanto somaram ao trabalho.

Sou grato a todos os colegas do Instituto de Geociências (IGC), onde tive a satisfação de frequentar e onde encontrei um ambiente de reflexão crítica sobre as questões que envolvem a cidade. Obrigado Karina, Patrício, Camilo, Patrícia e Daniela, pelos bons momentos em sala. Agradeço também pelas contribuições enriquecedoras do grupo de estudos “As (im)possibilidades do Urbano na Metrópole”, um momento que me permitiu um contato maior com a obra lefebvriana, ainda que sua compreensão continue um desafio; obrigado Marlon, Tiago, Gláucia, Maria Diana, Eliano, Pedro, Fátima, Doralice, Ana, Sérgio e Willian pela boa receptividade, pelas observações e críticas. Agradeço também ao Cláudio e Reginaldo “Pemux”, sempre dispostos a uma boa conversa no IGC ou na mesa de bar. Aos pesquisadores e amigos Felipe e Renato, sou muito grato pelo companheirismo em todos os momentos do mestrado, principalmente nos finais, quase sempre angustiantes. Agradeço ao Marcelo, colega de república, pela boa acolhida. Agradeço ao amigo Rodrigo, pelo incentivo e força, e a Leo Soneca por ter me recebido tão bem. Aos colegas do DAU/UFV agradeço pela compreensão.

Em especial, sou grato à minha família, sobretudo meus pais, pelo amor e paciência. Sou muito grato a meu ex-orientador de graduação e amigo, professor Pedro Novais, que contribuiu definitivamente para minha formação acadêmica. Por fim, sou especialmente grato à Natalia, que foi companheira e cuidadosa, minha maior crítica e o maior de todos os apoios durante o tempo que estive ao meu lado.

A todos esses e àqueles não mencionados, meus sinceros agradecimentos.

Sumário

Introdução	11
Capítulo 1: <i>espaço e lugar</i> nas representações acadêmicas	26
1.1 Dimensões da Produção do Espaço	27
1.2. Lugar e Território	32
1.3 Táticas e estratégias	43
Capítulo 2: o espaço concebido como lugar	48
2.1 O planejamento entre a obra e o produto	49
2.2. O Projeto Urbano: estratégias e ações	53
2.3 <i>Gentrification</i> e políticas de reabilitação	61
2.4 A representação estatal do espaço de todos	68
2.5. As intervenções no Centro de Belo Horizonte	77
2.5.1. Antecedentes	77
2.5.2. As intervenções e o Programa Centro Vivo	87
2.5.3 O Programa Centro Vivo enquanto Projeto Urbano; considerações	102
Capítulo 3: o novo Hipercentro e os espaços de representação	108
3.1. Introdução	109
3.2. As atividades no hipercentro	112
3.3. Os Sentidos da apropriação dos espaços públicos renovados	119
3.3.1 Praça Sete, calçadão Xacriabá e Krenak.	120
3.3.2 Praça Rui Barbosa	132
3.3.3 Praça da Estação	135
3.3.4 Rua Carijós e Largo Brasil e Portugal	137
Capítulo 4: reconstruindo o Hipercentro	142
4.1 Entre o lugar e o não-lugar	143
4.1.1 O Hipercentro entre lugares e espaços	147
4.1.2 O lugar e as representações do espaço	152
4.2 O Hipercentro como não-lugar	154
Referências	156

Lista de figuras

Figura 01: Área Central de Belo Horizonte e Hipercentro. Editada pelo autor

Figura 02: Vista da Praça Sete. Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte.

Figura 03: Aspecto do calçadão fechado Xacriabá. Arquiteto Gustavo Penna, 2003. Foto de Junior Finocchiaro

Figura 04: Vista da Praça da Estação após o término das obras de reforma. Em segundo plano, o Museu de Artes e Ofícios.

Figura 05: Perspectiva interna do futuro Espaço Multiuso do Parque Municipal Renne Gianetti. Arquiteto Gustavo Penna. Fonte: Jornal O Estado de Minas, publicado em 01/02/2008.

Figura 06: Vista do Largo Brasil e Portugal. Fonte: BHTRANS.

Figura 07: Vista e perspectivas das intervenções a serem realizadas no entorno do Mercado Central. Fonte: Jornal O Estado de Minas

Figura 08: Esquema da área de abrangência das reformas na Praça Raul Soares e adjacências. Fonte: Jornal O Estado de Minas.

Figura 09: Mapeamento das intervenções já concluídas e pontos onde foram observadas as formas de apropriação do espaço público. Editado pelo autor.

Figura 10: O mapeamento dos usos no Hipercentro. Fonte: Jornal O Estado de Minas (10/09/2006).

Figura 11: Uso e Ocupação dos imóveis no Hipercentro legal. Fonte: Praxis Consultoria

Figura 12. Praça Sete, Calçadão Xacriabá. Fonte: Acervo pessoal do autor.

Figura 13: Praça Sete, calçadão Xacriabá. Utilização do espaço público para manifestações. Fonte: Acervo pessoal do autor.

Figura 14: Praça Sete, calçadão Krenak. Utilização do espaço público como área de encontro e realização de negócios. Acervo pessoal do autor.

Figura 15: Praça Sete. Jogo de dama no calçadão Krenak (1) e Xacriabá (2). Fonte: Acervo pessoal do autor.

Figura 16: Praça Ruy Barbosa. Apresentação teatral. Fonte: Acervo pessoal do autor

Figura 17: Aspecto da Praça da Estação. Fonte: Acervo pessoal do autor.

Figura 18. Praça da Estação. Crianças utilizam a fonte como local para brincar. Fonte: Acervo pessoal do autor.

Figura 19. Rua Carijós, Largo Brasil e Portugal. Uso do espaço como local de encontro e descanso. Fonte: Acervo pessoal do autor.

Resumo

Teremos como ponto de partida a consideração de que a cidade é, antes de tudo, essencialmente contraditória. A produção de seu espaço social supõe espacialidades ambíguas e liminares, que ora têm características de obra, ora se transfiguram em produto. A intensificação de suas contradições tem aumentado à medida que a industrialização e a realidade baseada na troca se generalizam globalmente. Nesse sentido, tal realidade utiliza de técnicas como o urbanismo, enquanto campo sistematizado do conhecimento, para emular a dinâmica da cidade, conservando seu caráter de reunião de tudo e de todos, o que, em muitos sentidos, é necessário para a reprodução do mundo da mercadoria. Entretanto tal espaço social não é somente resultado ou produto da técnica. Aqui ele é considerado também como agente produtor de relações sociais. Procurando compreender melhor essa relação, tomamos como base conceitual a concepção teórica da produção do espaço lefebvriana, que supõe a inter-relação entre três níveis nesse processo: as *práticas espaciais*, os *espaços de representação* e as *representações do espaço*. Neste trabalho, procurando não utilizar desses conceitos como categorias de análise, vamos procurar compreender melhor o processo de produção do espaço, tendo como objeto de análise a renovação do Hipercentro de Belo Horizonte. Ainda nesse sentido, iremos utilizar o conceito de *lugar* – o que também supõe as ideias que lhe são contrárias – como auxílio para a compreensão do caráter dualista que se torna ainda mais intenso nas centralidades renovadas dos centros urbanos contemporâneos.

Abstract

We'll have as starting point the fact that the city is essentially contradictory. The production of its social space assumes an ambiguous nature: its space may be made for hit market purposes and, at the same time, be used with sense of a place. The intensification of its contradictions has increased since the industrialization and the reality based on the exchange had generalized globally. In this direction, such reality uses a lot of techniques, as urbanism, for example, to emulate the dynamics of the traditional city, conserving its character of meeting of everything and all. In fact, such emulation is, in many directions, the necessary way for the reproduction of the world of the merchandise. However this social space is not only product of the technique. Here it is considered also as a producing agent of social relations. Looking for a better understand of this relation, we take as conceptual base the Henri Lefebvre's theoretical conception of the production of the space, that assumes the interrelation between three levels in this process: the space practical, the spaces of representation and the representations of the space. In this work, we'll looking forward to understand the process of production of the space. The analytical object will be the renewal process of the Belo Horizonte Hipercentro area. Still in this direction, we'll go to use the concept of place - what also assumes its contrary meanings - as aid for the understanding the dual character that become more intense in the contemporary renewed areas.

Introdução

Considerando inicialmente que a cidade é um objeto moldado tanto a partir da prática quanto da teoria e, por essência, contraditória, iniciaremos nossa discussão tomando como marco os resultados sensíveis de uma nova realidade que surge após modificações profundas operadas no modo de produção, datadas a partir da segunda metade do século XIX. Esse é o momento a partir do qual algumas transformações já operadas pelo capitalismo comercial e industrial são aceleradas, dando lugar a uma nova configuração urbana, transformada em sua essência por uma realidade nascente, onde a mercadoria e a troca tendem a estar presentes nos mais diversos níveis da vida, como o lazer e a cultura, além do habitar. Esse novo momento se sobrepõe e soma-se a temporalidades já em curso, ao mesmo tempo em que tende a suplantar a prática existente. No que se refere ao espaço da cidade tradicional – sua espacialidade concreta – essa realidade se apresentava como valor de uso essencial às relações em disputa que caracterizam conceitualmente o que chamamos de cidade antiga e medieval.¹

Com o desenvolvimento dessa nova realidade, a qual Lefebvre (1999) chama de urbana, tanto o campo quanto a cidade perdem sua especificidade, ainda que esse novo momento não signifique o desaparecimento de ambos. A atividade industrial introduz novos hábitos de vida, de consumo e ritmos, agora regulados pela instauração do cotidiano, entendido aqui como extensão da alienação capitalista para além do momento de trabalho (LEFEBVRE, 1991a). Consideramos então que a cidade, antes produtora de obras, passa a ser cada vez mais dominada por grandes centros urbanos que detêm o controle, tanto político quanto econômico, e que gradativamente tende a ser substituída, à medida que a industrialização e o mundo da troca se generalizam globalmente por todo o espaço. No entanto, em algum momento no interior desse processo, percebe-se que o espaço da cidade é imprescindível ao desenvolvimento da realidade industrial. A cidade adquire valor crucial para a generalização da troca e o processo é marcado por um movimento paradoxal, no qual a cidade se apresenta ao mesmo tempo como condição para o desenvolvimento industrial, enquanto é por ele substituída. É principalmente com o advento do urbanismo como campo sistematizado do conhecimento, que a realidade industrial busca, de certa forma, emular a dinâmica da cidade, conservando seu caráter de centralidade, de reunião de tudo e de todos, enquanto descarta tudo aquilo que representa uma ameaça a sua organização.

Ao menos no plano das representações, a cidade perde sua qualidade intrínseca de urbanidade, de festa, de obra e de espaço usado, à medida que é suplantada pelas

¹ Em relação ao espaço da cidade como valor de uso, ver LE GOFF, 1998; MUNFORD, 1998.

relações baseadas na troca e no controle social. Podemos considerar que este momento histórico, em particular nos países da Europa ocidental, representa um ponto de inflexão na história das cidades. Ainda que o espaço seja a cristalização de temporalidades diversas, concordamos com a hipótese teórica na qual a realidade da cidade se apresenta em declínio, da mesma forma que a realidade camponesa - ambas invadidas e substituídas, respectivamente, pelo tecido urbano e por essa nova realidade industrial².

Tendo como premissa central o fato de que tais transformações não ocorrem por acaso, ou seja, não são o resultado de um processo natural de evolução do “organismo cidade”, nem de uma história colocada em movimento por atores descompromissados, iremos considerar a cidade – ou a representação do que restou dela – como *lócus* da ação de grupos distintos, representantes de classes ou de frações de classe, que concorrem entre si para manter seu *status quo*. Tomemos como pressuposto que tais grupos se utilizam do espaço como instrumento para a perpetuação de sua posição social e que, portanto, o espaço possui um caráter *estratégico* para tais atores. É através dele, de sua instrumentalização, que tais agentes buscam atingir determinados objetivos previamente traçados no tempo. Assim, o espaço será considerado no presente trabalho como um *meio*, sendo mobilizado como instrumento, como aparelho que condiciona um querer, como um *fim*, constituindo em objetivo primordial da acumulação e, principalmente, como *condição* para a produção, uma vez que se torna inviável traçar tais estratégias sem que não se inscrevam na materialidade prático-sensível. Ou seja, o espaço da cidade ainda é um fator essencial para a produção.

Em relação aos modos de compreender essa nova realidade urbana-industrial, podemos afirmar que são passíveis de múltiplas leituras. O presente trabalho adota como pressuposto teórico a perspectiva que tenta compreender o espaço urbano não somente como um produto passivo, objeto inerte no modo de produção, mas sobretudo seu rebatimento sobre as estruturas sociais, ou seja, como produtor dessa realidade. Tal perspectiva começa a se desenvolver na academia a partir da década de 1970, quando a reflexão sobre o espaço urbano incorpora um posicionamento mais crítico, consubstanciado pela influência marxista e possibilitando novas interpretações na análise social do espaço urbano.

² Para Lefebvre a ideia de *tecido urbano* vai além de uma materialidade morfológica, de uma “objetividade” físico-concreta. Ele é o suporte de uma nova cultura introduzida pela industrialização. Ele diz respeito não só a auto-estradas e equipamentos urbanos, mas a modos de vida, costumes, práticas e valores que são próprios da realidade industrial. Portanto a relação entre o *tecido urbano* e o campo, se refere, por exemplo, a lazeres, à moda e ao consumo de mercadorias que, num primeiro momento são estranhos à realidade camponesa” Ver LEFEBVRE, 1991.

Tais estudos representaram uma alternativa em relação à visão “naturalizante” proposta pela pesquisa desenvolvida no âmbito da chamada Escola de Chicago. A pesquisa urbana marxista nos anos 70 procurou evidenciar a relação entre o modo de produção capitalista e o espaço urbano e o processo de urbanização, como uma relação de reflexão ou espelhamento, onde o espaço é um produto social, é consequência das relações de produção. Nesse sentido ele é um derivado, ou seja, é meio e fim da acumulação³. Em sua vertente estruturalista, no entanto, a pesquisa urbana marxista se focou mais sobre os processos econômicos, políticos e ideológicos que têm reflexos *no* espaço, do que propriamente numa análise *do* espaço. Costa (2003), ao apontar as limitações da análise urbana no âmbito da economia política da urbanização, salienta que nessa abordagem o ambiente construído não se constitui um espaço social. Além disso, não é considerada de forma adequada a dimensão política do processo de produção do espaço. Tal análise se inscreve e se limita ao espaço da produção fordista, não sendo aplicável a configurações posteriores do capitalismo (COSTA, 2003).

É a partir dos trabalhos de Lefebvre, seguido por Soja, que toma corpo a perspectiva teórica do rebatimento do espaço nas relações de produção. Articulando níveis e dimensões que vão além da interpretação “economicista”, tais estudos estabelecem o paradigma de um espaço produto/produtor e de uma “dialética socioespacial” (LEFEBVRE, 1991b); SOJA, 1993), como marco teórico basilar na compreensão de uma interação espaço-sociedade. Tal entendimento a respeito da questão urbana permeará todo o presente trabalho.

Voltando a uma interpretação histórica da realidade industrial, os estudos acerca da instrumentalidade do espaço urbano na contemporaneidade tem (quem?) sido largamente explorada nas pesquisas sociais. Para Harvey, que o considera hoje como objeto privilegiado para a troca, o investimento no espaço tem se constituído em uma saída, uma alternativa, ainda que paliativa, para absorver as disfunções da produção capitalista. Tal investimento tem produzido para ele uma nova realidade, não só espacial como social, uma nova cultura (pós-moderna), novos hábitos de consumo e relações.

³ A proposição de uma relação estreita entre o espaço e a estrutura social, perspectiva tomada principalmente por Manuel Castells, em sua obra *A questão Urbana*, o qual concebe o espaço da realidade industrial como *locus* de reprodução da força de trabalho, permite entrever aquilo que os estudos urbanos marxistas apresentavam de mais frágil: uma representação em um modelo estático de cidade, capaz de se desenvolver indefinidamente no âmbito de economias balizadas em torno do Estado de Bem-estar Social (Welfare State). A partir do momento em que tais paradigmas se decompõem, perante uma situação de crise estrutural, como em meados da década de 1970, os objetos de pesquisa baseados neste modelo – no caso a cidade – igualmente se dissipam. Ver TOPALOV, 1988.

Nesse sentido, a raiz dessas transformações são os processos que reestruturaram o capitalismo nas últimas décadas. Referimo-nos às transformações macroeconômicas ocorridas a partir de meados da década de 1970, numa crise que assinalou a nova busca capitalista em direção a estratégias capazes de absorver sua eterna tendência de superacumulação. A grosso modo – pois estas estratégias não se verificam em todos os lugares e muito menos de forma homogênea – o fato é que o capitalismo, agora baseado no regime de “acumulação flexível” (HARVEY, 2005), faz com que o espaço urbano seja produzido sob novos imperativos. Para autores como Lefebvre, a reprodução capitalista deixa de produzir um conjunto de objetos no espaço e passa a concebê-lo enquanto totalidade, ou seja, no momento em que o espaço se torna produto, todo ele é alçado ao posto de mercadoria fundamental na fase contemporânea de geração da riqueza.

Ainda que as relações de produção tenham se transformado nos últimos 30 anos no contexto de uma “pós-modernidade”, o espaço tem funcionado como um “condensador” de relações de troca e consumo, principalmente pela mudança na natureza das intervenções nos centros urbanos atuais. Se no início do século XX, sob os grandes processos de renovação modernistas, buscava-se adequar - ao menos morfológicamente - o objeto como um todo (a cidade industrial), considerado desordenado e caótico à racionalidade totalizante da lógica urbanística e arquitetônica, atualmente o urbanismo tem se caracterizado mais como um instrumento de instauração de centralidades novas ou renovadas. Trata-se de intervenções pontuais, reforçando o poder das cidades como atores sociais autônomos num espaço em processo de mundialização. Esse caráter seletivo das intervenções tem transformado os centros urbanos em grandes aglomerações, que nos países periféricos constituem-se em espaços altamente segregados, onde ilhas de consumo e poder persistem como enclaves em meio à precariedade e à miséria do restante da cidade.

Para Harvey, as novas práticas no planejamento urbano e no urbanismo têm origem no momento histórico marcado pela introdução de novas estratégias produtivas na indústria, num momento de crise. Este autor defende a tese de que a emergência de formas flexíveis de acumulação tem originado muito mais que o surgimento de novas técnicas de organização do espaço urbano, e que tal “flexibilidade” seria a raiz de “formas culturais pós-modernas” (HARVEY, 2005), tendo consequências diretas nos hábitos de consumo e no cotidiano contemporâneos. A evolução tecnológica permitiu que a produção pudesse se orientar para mercados cada vez mais específicos, atendendo a demandas crescentemente localizadas, bem como a fragmentação da produção em

unidades produtivas autônomas, cada qual instalada em regiões que, por sua vez, foram capazes de oferecer as melhores “vantagens locacionais”.

Em relação ao posicionamento dos atores sociais, alguns teóricos que não veem alternativa à metrópole nesse momento de investimentos escassos, sugerem que, sob esta nova roupagem capitalista, há a necessidade da adoção de uma postura competitiva na gestão urbana, devido ao fluxo cada vez mais globalizado de capitais, no entanto limitado ao restrito clube das “cidades globais”. A inserção nesses circuitos se faz, de acordo com aqueles que defendem essa postura, sob os imperativos de uma orientação específica, a saber o empresariamento urbano. Assim, assumir o viés economicista como a solução única e consensual em direção a algum tipo de desenvolvimento urbano seria, em tese, o único recurso para que as cidades não “pereçam” sob os “imperativos da economia globalizada”, tendo em vista a diminuição gradativa dos investimentos estatais no ambiente construído:

Mais diretamente, a abordagem do gerenciamento, tão típica dos anos sessenta, deu prontamente lugar a formas de ação de empresariamento nos anos setenta e oitenta. Particularmente nos últimos anos, parece ter surgido um consenso geral em todo o mundo capitalista avançado, de que benefícios positivos têm que ser obtidos por cidades que assumem um comportamento empresarial em relação ao desenvolvimento econômico (HARVEY, 1996).

Sob esse novo contexto, o empresariamento urbano tem como característica principal a parceria pública-privada, eminentemente empresarial devido a seu caráter especulativo, onde o poder público assume os riscos e a iniciativa privada obtém os benefícios. Tais associações entre capital e Estado materializam-se como intervenções na espacialidade física da metrópole, sob a forma de operações pontuais que visam principalmente: i) a exploração de vantagens locacionais como a oferta de bens e serviços; ii) a divisão espacial do consumo, devido a novos hábitos culturais baseados sobretudo no consumo de bens cuja obsolescência seria meticulosamente programada e que acompanha o fenômeno da urbanização em escala mundial, traduzida em investimentos na cidade, que possam atrair uma demanda “solvente”; iii) a tendência de se buscar o controle de funções de comando, governo, centralização e processamento, permitindo aos governos locais eficiência e centralidade em meio a uma rede de cidades mundiais; iv) atrair a distribuição de recursos financeiros pelo governo central para

setores capazes de sustentar economicamente determinadas regiões urbanas (HARVEY, 1996).

Nesse contexto de competição interurbana, marcada por intervenções pontuais sobre o território, ou por ações de “acupuntura urbana” (LERNER, 2003), a questão sobre os centros tradicionais metropolitanos adquire preeminência na teoria e na prática. Consideramos que, em termos de reflexão acadêmica, o pensamento a respeito dos processos de reabilitação, reconversão ou requalificação de áreas centrais tem caminhado, muitas vezes, por caminhos que tendem a obscurecer - mais do que trazer à tona - as relações que se dão entre os vários níveis e planos da prática, reproduzindo e reforçando os “problemas” que servem de mote aos grupos que percebem nesses espaços uma oportunidade de auferir lucros. Os processos de intervenção nas áreas centrais legitimam-se, muitas vezes, pela construção simbólica de representações bastante generalizantes e abstratas, na maioria dos casos de requalificação, que permitem que elas sejam consideradas, *a priori*, como áreas degradadas.⁴

Nosso trabalho não se refere exclusivamente a um estudo dos discursos, nem tampouco a uma análise de como são construídas as ideias e pré-noções que norteiam os planos, programas e projetos de intervenção em áreas centrais. Nossa preocupação aqui se direciona em apreender melhor e refletir criticamente acerca da produção de espaço específico, ainda que tal processo comporte a interferência de ideias e concepções correspondentes aos objetivos de grupos ou classes com interesses específicos, e que são definidas a partir da posição relativa desses atores no espaço social.

Em relação às intervenções propriamente ditas e tendo em vista a centralidade que o espaço adquire na “rodada” atual do capitalismo, podemos dizer que são pautadas por uma arquitetura e urbanismo muitas vezes monumentais, com grande apelo simbólico e que, acima de tudo, são soluções personalizadas, voltadas para um público – ou clientes – com hábitos de vida, de consumo e cultura específicos. Sobre essas práticas, concordamos com a hipótese de Harvey, que seja uma versão pós-moderna do urbanismo totalizante, agora preocupado com a posição ocupada pela metrópole – ela mesmo transfigurada em “ator político” – no “tabuleiro social”. Tais intervenções obedecem aos interesses do capital privado – agora associado ao Estado, que facilita e

⁴ Pode-se considerar que a expressão “áreas centrais degradadas” se tornou corriqueira tanto na discussão acadêmica quanto no senso comum. Tal expressão muitas vezes carrega uma retórica embasada na necessidade de se estabelecer ações que visam recuperar porções “malsãs” da cidade, deslocando a problemática de regiões muitas vezes ocupadas por classes populares através de uma relação direta entre sua presença e a existência do crime, da violência, ou até mesmo de uma estética incompatível com uma determinada imagem de cidade.

fomenta seus investimentos no espaço. Boa parte das intervenções urbanas contemporâneas, atuando pontual e seletivamente, não atendem mais às necessidades básicas nos moldes do *welfare state*, como habitação, equipamentos urbanos ou extensão da malha viária. Não se trata mais de planificação total, mas sim de atender a segmentos sociais específicos, voltados ao consumo, tanto do valor simbólico do espaço quanto de produtos, de cultura, de lazer e de moradia de alta renda.

Teoricamente, a produção direcionada desse espaço estaria levando a uma homogeneização cada vez maior dos centros urbanos, que funcionariam sob os mesmos códigos de consumo e de uso, sob as mesmas coações e pelos mesmos mecanismos de controle e disciplina social. Nesse sentido, essa rede de cidades mundiais, que se conforma sob os mesmos imperativos, resultaria numa realidade socioespacial onde a uniformização das práticas e a esterilização das “resistências” levariam a uma anomia, globalizada da vida, nos termos preconizados por Zimmel (1987). Neste sentido, nossa opção por ter como objeto de estudo e análise o espaço social⁵ de uma área central se justifica pelo fato de grande parte das intervenções urbanas, atualmente, estarem concentradas nas áreas centrais ou, em alguns casos, nos “núcleos históricos” das metrópoles.

Nos países capitalistas periféricos, as discussões e as práticas a respeito das áreas centrais degradadas (que muitas vezes trata-se da tomada do centro pelas camadas populares), têm polarizado duas “qualidades” de intervenções urbanísticas nesses centros, quase sempre sob os termos renovação, requalificação ou reabilitação⁶.

⁵ Por considerar uma determinada espacialidade como “espaço social”, nosso objeto de estudo engloba tanto práticas espaciais quanto os espaços de representação, ou seja, tanto os programas e projetos que transformam sua espacialidade quanto os modos específicos de uso.

⁶ Geralmente tem sido comum fazer a distinção entre os termos renovação, requalificação e reabilitação. Para Goulart, por exemplo, “*renovação urbana denomina o processo de substituição das formas urbanas existentes e sua substituição por outras modernas. Ela pode ser pontual, geralmente fruto da iniciativa privada, ou difusa, comumente pela ação planificada do Estado, quando abrange uma área ampla e totalmente alterada, inclusive no tocante à sua malha urbana. A requalificação urbana engloba processos de alteração em uma área urbana com o fim de conferir-lhe nova função (ou novas funções), diferente(s) daquela(s) pré-existente(s). Fica evidente que uma ação de gestão territorial pode, ao mesmo tempo, ter um caráter de renovação e de requalificação. Já a reabilitação constitui um processo integrado de recuperação de uma área urbana que se pretende salvaguardar, implicando o restauro de edifícios e a revitalização do tecido econômico e social, no sentido de tornar a área atrativa e dinâmica, com boas condições de habitabilidade*” (GOULART, 2005). Optamos aqui por não usar esses termos de acordo com as definições correntes, por entender que tais definições, na prática, se referem ao mesmo processo, não havendo diferença qualitativa entre eles. Suas finalidades, seus meios e suas consequências têm sido as mesmas em qualquer que seja o caso.

De um lado, setores do Estado discutem os contornos de uma política nacional de reabilitação de centros urbanos, apoiada principalmente no esvaziamento de atividades nas áreas centrais consolidadas, onde existem equipamentos e infraestrutura urbana ociosos, além de um estoque imobiliário pouco utilizado. Recentemente a questão se fortaleceu, sobretudo a partir da consolidação da ideia de função social da cidade, presente no Estatuto da Cidade. Dentro desse contexto, propostas de reabilitação de áreas centrais tornaram-se uma pauta proeminente no debate: questiona-se a subutilização de espaços urbanizados nessas regiões, enquanto a metrópole sofre uma explosão vertiginosa da informalidade em direção às periferias, cada vez mais segregadas. Nesse sentido, propõe-se uma política nacional de reabilitação de áreas centrais, a qual deverá *“promover a diversidade de usos e de atividades voltadas para o desenvolvimento urbano, social e econômico, compreendendo a reutilização de edificações ociosas, de áreas vazias ou abandonadas, subutilizadas ou insalubres, bem como a melhoria dos espaços e serviços públicos, da acessibilidade e dos equipamentos públicos”* (BOTLER E ROLNIK, 2004).

No outro extremo, o capital imobiliário e da construção civil, e mais recentemente, a indústria da cultura, têm procurado, via a intermediação do Estado, orientar seus investimentos para as áreas centrais, transformando-as num espaço-mercadoria que, por sua vez, permite orientar toda uma vasta cadeia de consumo, dando suporte às condições de sua reprodução. Através da arquitetura e do urbanismo espetáculo, seus promotores insistem em afirmar que são benéficos à sociedade e à cidade como um todo: *“Uma grande obra infraestrutural pode ser uma operação de distribuição de renda se garante centralidades acessíveis aos setores populares e melhoram os equipamentos e os serviços do entorno”* (BORJA E CASTELLS, 1997).

Se, por um lado, essa centralidade renovada pode ser lida a partir do capital como produto, meio e fim da acumulação, passando a figurar nos circuitos superiores de troca, pelo lado do Estado ele é passível de ser lido como um instrumento disciplinador. Por um outro prisma, determinados autores têm uma interpretação relativizada desse espaço, salientando que o espaço da prática social não se apresenta completamente como uma realidade estéril e que seria próprio de sua natureza a irrupção de momentos capazes de restabelecer as possibilidades do espaço enquanto valor de uso.

Nessa perspectiva, alguns aspectos da antiga cidade parecem ainda subsistir, caracterizando irrupções entre uma prática socioespacial que tende para a homogeneização social, segregando classes e unificando os estratos sociais semelhantes em novas territorialidades. Aqui, a antiga cidade parece se inscrever ainda no espaço, em oposição à realidade imposta pela troca, de certa forma já interiorizada, já

transformada em prática social, mas que deixa escapar, por entre suas fissuras, a necessidade e a busca pelo lúdico, pelo valor de uso, pelo que Lefebvre considera como sendo a cidade enquanto “obra”, e não somente um produto (LEFEBVRE, 2006).

No caso específico deste trabalho, consideramos as condições de possibilidade que se inscrevem no espaço vivido, especificamente nos espaços públicos propriamente ditos, nos centros antigos e tradicionais das grandes metrópoles - em boa parte já renovados ou em processo de renovação - através de grandes programas ditos de requalificação ou Projetos Urbanos. São nesses lugares que os conflitos se exasperam, onde se tornam mais visíveis as contradições do espaço, inscritas nos lugares onde o domínio e o controle do Estado e de classes dirigentes se justapõem às apropriações do espaço público, praticadas pelos grupos que se encontram à margem ou impedidos de consumir esse espaço renovado. Porém isso não impede outros modos de apropriação e maneiras específicas de consumi-lo.

Para Carlos, por exemplo *“a construção da cidade revela a dupla tendência entre a ‘imposição de um espaço que se quer moderno’, logo homogêneo e monumental, a ‘as condições de possibilidade’, que se referem à realização da vida”*. (CARLOS, 2004, p.36). Esse posicionamento supõe contradições que permeiam o plano do vivido, o qual se encontra em choque constante com os imperativos econômicos ou submetido à regulamentação estatal, que regulamenta códigos e instaura um cotidiano onde as possibilidades já estão dadas.

Nessa perspectiva de tensão constante entre o espaço obra e o espaço produto, as praças, parques e calçadas são apropriados por ações de subversão que irrompem por entre as formas (modos) dominantes de consumo, as coações que disciplinam os corpos e que determinam as maneiras do agir. Tais ações parecem restituir ao espaço-mercadoria, seu sentido perdido de valor de uso. Nessas leituras, o *não-lugar* e o *lugar* coexistem lado a lado, representados pelo *shopping-center* e pelo que sobrou da rua. Tornam-se a expressão inscrita no terreno, de uma realidade urbana híbrida, uma “caixa-preta”, ou um “ponto crítico” (LEFEBVRE, 1991c). Tal coexistência de práticas, aparentemente opostas, nos permite ler a realidade urbano-industrial como expressão de relações sociais determinadas, de um lado, por agentes sociais em disputa pelo domínio socioeconômico sobre um determinado território, e de outro, aqueles que experimentam de outras maneiras a realidade imediata do espaço urbano, vivenciando-o a partir de práticas que lhe são próprias – não hegemônicas – no nível específico dos espaços públicos. Nesse ponto de vista, onde se imbricam múltiplos níveis, o que se apresenta como o real é um objeto de difícil apreensão.

Para autores como Lefebvre, afirmar que o espaço é um produto social implica o reconhecimento de que nele imbricam-se três níveis: o primeiro se compõe da reprodução biológica, da reprodução da força de trabalho e da reprodução das relações sociais de produção, que em conjunto correspondem ao nível da *prática espacial*. Esta produz um espaço e posteriormente dele se apropria, refere-se ao espaço percebido, associação entre tempo e espaço. Ainda nesse mesmo espaço, coexistem representações dessas relações sociais: as *representações do espaço*, ou o espaço concebido, aquele correspondente aos lugares de dominação, produto da ação tecnocrática, que quase sempre mobilizam campos do conhecimento como a arquitetura, o urbanismo, a geografia e a sociologia enquanto ferramentas para o conhecimento balizador das concepções sobre e para o espaço. Por fim, os *espaços de representação*, correspondendo ao espaço vivido, subordinado à dominação, mas que, no entanto, representam momentos alternativos de uso desse espaço, no sentido de procurar lhe restaurar seu sentido de obra. Os espaços de representação são ações emancipadoras em um espaço ordenado, regulado, impositivo. Esses três momentos intervêm diferentemente na produção do espaço, coexistindo ao mesmo tempo e no mesmo lugar. (LEFEBVRE, 2006).

O espaço socialmente produzido (produto social) é produto e produtor ao mesmo tempo. Ele não é somente o meio e o fim, mas é, sobretudo, a condição sob a qual a organização social capitalista ganha sentido. Como salientado por Costa e Costa (2005), o espaço social é “*um conceito que considera a ideia de ambiente construído para produção e consumo, mas ao mesmo tempo vai além dela, incorporando as práticas sócio-espaciais*” (COSTA; COSTA, 2005, p.371). Através da leitura das relações entre as práticas e representações do espaço, podemos compreender seu grau de interdependência e a forma em que as primeiras são muitas vezes definidas pelas últimas. Essas representações do espaço se estabelecem tanto em meio ao senso comum, quanto pelos centros de dominação, também não se excluindo a reflexão acadêmica.

O presente trabalho parte do pressuposto de que, a partir do momento em que se reconhece a diferença entre o espaço em si - em sua forma opaca, como objeto ou coleção de objetos inertes - e o espaço enquanto produto social, é necessário explicitar o movimento entre seus vários níveis, a relação com as outras estruturas, principalmente seu rebatimento sobre as formas sociais, tornando-as, de certa forma, contingentes ao espaço, como propõem Lefebvre e Soja.

Soja (1993) afirma que, em relação a essa “propriedade” do espaço, parte do campo de pesquisa urbana tem se posicionado sob um ponto de vista que a aceita

explicitamente, questionando a ideia de espaço como parte de uma superestrutura, a partir da argumentação de que o espaço social é definido por relações sociais (políticas, econômicas, ideológicas), mas que, no entanto, também reage sobre estas⁷. Nesse sentido, propomos refletir sobre a seguinte hipótese teórica: as representações do *lugar*, advindas muitas vezes das práticas legítimas que qualificam uma espacialidade como lugar, passam ao plano das práticas hegemônicas, condicionam a produção de uma espacialidade específica, constituindo *não-lugares*, *espaços abstratos*, ou simplesmente *espaço*, à semelhança de *lugares*.

Para Soja, se por um lado as relações sociais como instâncias formadoras do espaço são amplamente aceitas no âmbito da teoria social, o mesmo não ocorre com o reconhecimento da contingência dessas mesmas relações a este mesmo espaço:

As teses sobre a contingência espacial das relações sociais, de que essas relações sociais de produção e de classe podem ser reconfiguradas e possivelmente transformadas, através da espacialidade evolutiva que as concretiza, ainda são, talvez, a parte da interpretação materialista do espaço mais difícil de ser aceita pelos estudiosos marxistas contemporâneos. (SOJA, 1993, p.155).

De fato, o suposto avanço na teoria do conhecimento a respeito da relação entre espaço e sociedade, considerado aqui pelo reconhecimento de uma interação dialética entre eles, não é feito sem dificuldades. A orientação adotada neste trabalho é a de procurar apreender melhor produção da realidade prático-sensível, portanto socioespacial, levando-se em conta que ela não se explica a partir daqueles aspectos que se mostram mais explícitos aos sentidos. Consideramos que não há como chegar ao conhecimento do que acontece no plano da materialidade, sem que esse pensamento, ou o exercício de reflexão sobre o real não seja tomado por representações. Assim buscaremos, no decorrer da pesquisa, um caminho que procura não perder de vista o fato de que tais categorias e conceitos são representações da realidade. Ou seja, as ideias sobre as coisas não podem ser consideradas como sendo as coisas em si.

⁷ Em relação a esse posicionamento teórico a respeito da interação espaço-sociedade, Soja ainda salienta que um segundo grupo mantém a perspectiva marxista tradicional e que não aceita as propriedades “transformadoras” do espaço, para os quais isso significaria incorrer naquilo que eles denominam falsa consciência ou vício espacialista. Finalmente, um terceiro grupo de analistas urbanos marxistas permanece “indeciso”, oscilando entre a visão reformista e a tradicional. Esses, segundo Soja, admitem que há uma relação dialética entre o espaço e os fatos sociais, porém não chegam a assumir essa postura de forma explícita em seus trabalhos. (SOJA, 1993).

Em relação às ideias, deve ficar claro nesse trabalho a diferença no emprego dos termos *representação* e *representação do espaço*. Enquanto a primeira será usada aqui para designar conceitos e categorias sobre o espaço, oriundos da reflexão acadêmica, a segunda se refere a um sentido mais específico, utilizado sobretudo por Lefebvre (2006), que representa concepções abstratas definidoras de uma dada espacialidade. Ambas, portanto, podem ser instrumentalizáveis ou não, uma vez que, de uma forma ou de outra, estruturam as intervenções na realidade concreta. Ainda que essas categorias sejam instrumentos para poder compreender a dinâmica do espaço urbano, acreditamos que são elas, em conjunto com uma prática renovada, o meio possível de fornecer o horizonte e as possibilidades de construção de uma outra realidade.

Tomamos então como nossa hipótese a seguinte questão: A constituição de *lugares*, considerados como territórios onde se inscrevem práticas residuais ou tentativas de manter em determinadas parcelas do espaço urbano seu sentido de obra não pode se explicar, ou se sustentar pelos *usos* e *apropriações* que, teoricamente, definem tais espaços como *lugares*. Assim, o processo de formação de determinado espaço é, essencialmente, explicado a partir de níveis exteriores ao fenomênico, sendo estruturado – e ao mesmo tempo estruturante – no plano das ideias e representações que são construídas sobre um determinado objeto.

Isso implica não considerar o espaço como coisa, como sistema fechado em si mesmo, ou organismo. Ou seja, tomar o espaço pelo espaço. Por outro lado, também não significa dizer que produziremos uma análise sobre as reflexões ou representações produzidas a respeito do espaço social. Trata-se na verdade de buscar compreender as interações entre esses níveis. É nesse sentido que Bourdieu afirma: “*a separação entre o mundo das ideias e o mundo das coisas é artificial... uma vez que entre as estruturas e representações não haveria separações, mas sim relações dialéticas*”. Para esse autor ainda, tanto as visões mais corriqueiras sobre o mundo social, ou seja, o senso comum, quanto a teoria acadêmica, “*fazem parte da realidade social e podem adquirir um poder de construção absolutamente real*” (BOURDIEU, 2004).

Ainda que este trabalho não seja um estudo do campo e das representações acadêmicas sobre a construção de um determinado objeto, gostaríamos de evidenciar aqui o caráter dialético presente entre o mundo das coisas e o das ideias. Adotamos, como pressuposto principal, essa perspectiva, através da qual o espaço concreto, do percebido e do vivido é determinante e ao mesmo tempo determinado pelo concebido, ou seja, pelas representações do espaço. Essas representações, por sua vez, não só definem a prática espacial, mas podem ser também circunstanciais aos espaços de representação. O objetivo principal deste trabalho consiste, portanto, em desvelar o

movimento entre esses planos, tendo como contexto o processo de renovação do Hipercentro de Belo Horizonte, procurando evidenciar algumas relações constituintes da produção de *lugares*, ou seja, a relação entre as práticas que incidem sobre essa espacialidade, as ideias e os usos do espaço.

Para efeito de estudo, consideramos que as intervenções urbanas recentes na cidade de Belo Horizonte, precisamente no âmbito do Programa Centro Vivo, conforma-se como objeto capaz de contribuir ao entendimento das contradições que são próprias à produção do espaço. O Programa Centro Vivo, implementado pela atual administração municipal, tem se caracterizado por intervenções no *Hipercentro* de Belo Horizonte, como as reformas da Praça Sete, do Parque Municipal e da Praça da Estação, além de recuperações de fachadas em prédios e revitalizações de ruas e avenidas. Tais projetos teriam como principal objetivo o *“reforço do centro da capital como região simbólica da cidade e do Estado, valorizando a diversidade de suas atividades e consolidando-o como local de encontro de todos e de oportunidades de negócios e geração de emprego”* (BELO HORIZONTE, 2006). Neste contexto específico, o que é possível afirmar a respeito da construção de *lugares*? Como ocorrem no processo de sua produção, as interações entre diferentes planos da realidade? E o que essas interações podem revelar a respeito do processo de produção do espaço na redefinição dessa nova centralidade?

Assim, este estudo tem como objetivo geral refletir criticamente sobre o processo de produção do espaço, tendo como recorte espaço-temporal o processo de reabilitação do Hipercentro de Belo Horizonte. Tal análise implica um confronto de planos distintos do processo, ou seja, uma reflexão tanto das práticas urbanísticas, quanto das práticas que se dão no plano da realidade vivida pelos grupos “usadores” desses espaços, sobretudo aqueles que, a princípio, não são o alvo específico das “melhorias” implementadas. Mas acima de tudo, supõe atentar para a dialética entre coisas e ideias. Tomamos como pressuposto o fato de que o plano do cotidiano, do espaço vivido, apropriado e usado pelo cidadão é insuficiente para explicar o modo como os *lugares* são produzidos, suas possibilidades e contradições. Mais do que isso, é necessário pôr em questão as concepções que tomam o *lugar* - tomam a ideia de lugar - como modelo de construção do “espaço de todos”.

Procuraremos, num primeiro momento, incursionar pelas conceituações acadêmicas que refletem sobre a referida dualidade entre obra e produto, espaço e *lugar*. Não se trata de um exame exaustivo sobre algum desses conceitos e categorias, nem tampouco de uma tentativa de esgotar a reflexão sobre as contradições do espaço, o que já se colocaria de antemão como uma impossibilidade, devido à complexidade do tema e curto “espaço de tempo” definidos para a pesquisa de mestrado. Trata-se de uma

tentativa de estabelecer balizas conceituais que nortearão nossa reflexão, a qual, em seu percurso, pretende estabelecer uma relação dialógica com os autores referidos. Isso significa ter como horizonte a possibilidade de confrontar esses posicionamentos teóricos com nossa interpretação própria, que por sua vez também constituirá em uma representação pessoal acerca da realidade estudada.

Num segundo momento, apresentaremos outra dimensão de nosso objeto que, dada a natureza do que será exposto, pode ser considerado aqui como objeto empírico. Trata-se de discutir a ambiguidade presente nas intervenções urbanas contemporâneas, nas quais o Programa Centro Vivo se inclui. Assim discutiremos as duas principais matrizes de pensamento responsáveis por essa tensão, representadas aqui pelas práticas que caracterizam os Projetos Urbanos que, enquanto modo de atuação específica e ligados com a promoção da cidade, possuem características que devem ser relacionadas. Falaremos também sobre as principais consequências desse tipo de intervenção. De maneira oposta, esboçaremos os contornos de uma política nacional de reabilitação de áreas centrais, que tem um caráter diverso dos projetos urbanos. Trata-se de apresentar a forma que o Estado tem se posicionado e atuado oficialmente sobre essa problemática. Por fim, apresentaremos o Programa Centro Vivo, enfatizando principalmente as intervenções nos espaços públicos, principal foco deste trabalho.

Em um terceiro capítulo, ainda localizado no campo de experiências empíricas, caracterizaremos os espaços de representação no interior dos espaços renovados. Esse é, para nós, o momento e o lugar das contradições, onde o valor de uso se justapõe ao valor de troca, e que caracteriza a produção de lugares na metrópole.

Finalmente, em um quarto capítulo, iremos retomar algumas discussões teóricas e as observações empíricas, reconstruindo nosso objeto e, junto a ele, seu processo de produção. Considerando as limitações e reduções que podem ocorrer, trata-se de uma tentativa de apresentar nossa própria leitura e interpretação acerca das interações entre os planos que constituem a produção desta centralidade.

Capítulo 1: *espaço e lugar* nas representações acadêmicas

1.1 DIMENSÕES DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Ao analisar a cidade e suas contradições, a partir de uma perspectiva diacrônica, Lefebvre (1991c) sugere que a oposição entre obra e produto, além de bastante antiga, é o que caracterizou, em seu momento de maior plenitude, a cidade arcaica, grega e romana. Essa condição, ponto de equilíbrio de uma sociedade marcada pela opressão – antes que a exploração – define para o autor a ideia de *cidade*, onde tal contradição entre obras e produtos representaria mesmo a sua essência. Enquanto os grupos dominantes investiam na cidade, seus habitantes participavam ativamente da vida urbana, usando as ruas, praças e monumentos. Realizava-se a *Festa*⁸. O uso da cidade, nesse contexto foi propiciado pelo investimento desses grupos no espaço, o que, contraditoriamente, fazia da *Festa* uma componente da estratégia dominante, na medida em que o uso do espaço era incentivado como forma de persuadir e desviar o cidadão dos problemas mais explícitos da miséria e opressão. O uso do espaço aqui, permitido e estimulado pelos grupos dominantes, tornava legítima a posição daqueles que o controlavam.

Pode-se dizer então que, para Lefebvre, a cidade obra é o resultado do investimento “improdutivo” de grupos dominantes visando à manutenção do poder. É essa realidade contraditória que para esse autor caracterizava a cidade tradicional. Mais tarde, quando se desenvolveu o duplo processo de industrialização-urbanização, e conseqüentemente a implosão-explosão dos centros urbanos, houve a expansão do modo de vida industrial pelo território e, concomitantemente, o adensamento dos núcleos urbanos. Para Lefebvre, o movimento de implosão-explosão reforça as contradições do espaço com o reforço das centralidades, as quais se tornam centros de consumo, por excelência, mas possuindo ainda os lugares para festa: “*entram no valor de troca, mas ainda é valor de uso*” (LEFEBVRE, 1991c).

À medida que a indústria nascente passa a se instalar no interior da cidade tradicional, ocorre a aniquilação de suas práticas e seu modo de vida, suplantados pela prática industrial que carrega consigo uma outra racionalidade espacial. Esta, enquanto descarta a urbanidade típica da cidade antiga e medieval, procura reinventar a cidade,

⁸ A ideia ou o sentido de Festa foi definido por vários autores. Para Freud, “*uma festa é um excesso permitido, ou melhor, obrigatório, a ruptura solene de uma proibição*” (Freud, 1974, p.168). Para Caillois, Festa é “*a ocasião em que, nas sociedades hierarquizadas, se aproximam e confraternizam as diferentes classes sociais e onde, nas sociedades de irmandades, os grupos complementares e antagonistas se confundem, atestam sua solidariedade e fazem colaborar com a obra da criação os princípios místicos que eles encarnam e que acredita-se, ordinariamente, não devem se juntar.*” (Caillois, 1950, p.166). Este sentido da Festa também é encontrado em Durkheim, (1912).

conservando seus atributos que são indispensáveis ao desenvolvimento da indústria e da atividade produtora: de mão de obra, mercado consumidor, vias de circulação e distribuição etc. Há portanto uma reinvenção da cidade mediada por novos saberes, conhecimentos técnicos especializados, dentre os quais o autor salienta o urbanismo.

A cidade reinventada fica a meio caminho do que ele conceitua como uma *ordem próxima* e uma *ordem distante*. A primeira se refere às relações mais imediatas entre indivíduos de grupos e entre grupos. A segunda diz respeito às instituições que regem a sociedade. (LEFEBVRE, 1991c). Para o autor, a ordem distante é abstrata; no entanto toma forma, torna-se concreta ao se projetar na ordem próxima. Abstratamente, a cidade contém a ordem próxima e está contida na ordem distante. Na prática, ela é o suporte material na qual inscrevem as duas, onde se podem ler essas duas ordens. A cidade, portanto, é uma mediação. Para Lefebvre, na cidade reinventada o pensamento sociológico, político, urbanístico, tende a concebê-la suprimindo alguns de seus traços fundamentais, como o nível específico do habitar. Nesse momento em que a cidade explode, é aniquilada e depois reinventada, o espaço do habitar é substituído pela invenção do *habitat*, concebido pela prática urbanística. É quando se instaura a “sociedade burocrática de consumo dirigido”, o início de um novo código urbano, marcado por coações, imposições de toda forma, determinando um cotidiano programado (LEFEBVRE, 1991c).

Apesar desse movimento mais geral, de cima para baixo, há certas práticas que se reforçam à medida que a centralidade se fortalece: “os habitantes reconstituem centros, utilizam locais a fim de restituir, ainda que irrisoriamente, os encontros. O uso, (o valor de uso) dos lugares, dos monumentos, das diferenças, escapa às exigências da troca, do valor de troca” (LEFEBVRE, 1991c, p.79). Para o autor, tais lugares de encontro são o germe daquilo que ele conceitua como o urbano⁹, que à medida que ele se intensifica, tornam mais evidentes as tentativas de reconstituição do valor de uso na cidade. A sociedade urbana seria para ele, o *locus* onde se realizariam novamente as práticas que caracterizavam a cidade enquanto obra. No entanto, persiste nos centros urbanos capitalistas uma configuração dualista que caracteriza essas centralidades. Para o autor, seu traço mais característico é o “centro de consumo” correspondente ao centro tradicional, núcleo histórico, região central das metrópoles. Tal centralidade é, ao mesmo

⁹ O urbano é um conceito, uma orientação na obra Lefebvriana, mas em muitas passagens, ele é citado para designar lugares que já existiriam de fato. Para ele o urbano é “o lugar de encontros, convergência de comunicações e informações, [...] lugar de desejo, de desequilíbrio, sede da dissolução das normalizações e coações, sede do lúdico e do imprevisível” (LEFEBVRE, 1991, p.79). De qualquer maneira mais à frente ele diz que o urbano é um objeto que talvez nunca se esgote, “tomar esse ‘objeto’ por o real, como um dado da verdade, é uma ideologia, uma operação mistificante” (LEFEBVRE, 1991, p.110).

tempo, “lugar de consumo e consumo do lugar”, o que, em nosso caso, transparece nas inúmeras ações de renovações, reabilitações e requalificações de centros “degradados”, transformados quase sempre em lugares de encontro de consumidores de alta renda. No interior dessas centralidades, o valor de uso se dá através do valor de troca. “*Valor de uso no universo da troca*” (LEFEBVRE, 1991c). Esses são, portanto, traços da realidade que subsiste ao movimento de implosão-explosão das cidades, fazendo dessas últimas uma não-cidade, ou uma cidade reinventada¹⁰.

Para compreender melhor essa tendência contraditória que subsiste nessa cidade reinventada, no interior da realidade industrial, será útil passar a um exame rápido de uma outra conceituação lefebvriana: o *urbano* e o *espaço diferencial*. Para Lefebvre, o primeiro designa, acima de tudo, uma “orientação”, uma “virtualidade”, uma “presença-ausência”, ao mesmo tempo um conceito e uma possibilidade, que seria não só ignorado, como também e, principalmente, um campo obliterado pela racionalidade industrial. Para Lefebvre ele é uma “ideia, uma representação teórica, um possível-impossível” (LEFEBVRE, 2006). Mas a abstração reside menos no fato de ser um conceito, e mais no fato deste conceito ser definido pela forma da simultaneidade. Ao mesmo tempo, esta simultaneidade se inscreve no terreno. É, por isso, uma abstração-concreta.

Ainda que o autor esclareça que o urbano sempre existiu, desde a primeira reunião de pessoas, ele é ainda um vir a ser, ainda não realizado, mas em vias de realização. Na era do urbano, as diferenças ganham relevância e é um novo pensamento, em conjunto com uma prática renovada, que reconstitui essas diferenças ao real; um pensamento baseado no “*ponto de vista do encontro, da simultaneidade, da reunião, dos traços específicos da forma urbana*” (LEFEBVRE, 2006, p.44). O pensamento recupera as formas, funções e estruturas da realidade anterior, ou seja, próprias e constituintes da cidade arcaica e que foram suplantadas pela realidade industrial, e as restitui em um outro nível, em uma outra realidade, as “*formas urbanas, funções urbanas, estruturas urbanas*” (LEFEBVRE, 2006, p.48).

Esse outro espaço-tempo surge como diferencial. Seus elementos só se definem em conjunto, uma vez que só podem ser qualificados em relação a outros, ou seja, a partir de suas diferenças. As qualidades desse *espaço diferencial* se definem por características ao mesmo tempo, unitárias e duais, melhor explicadas a partir dos conceitos de *isotopia* e *heterotopia* apresentados a seguir. Para o autor, nessa realidade

¹⁰ Para Lefebvre, até mesmo para se perceber essa realidade, existem dificuldades, pois tendemos a observá-la com o olhar viciado da racionalidade prática industrial, que oculta a complexidade do urbano. Somos incapazes de “saltar do cotidiano para o urbano”. (LEFEBVRE, 2006)

diferencial, tudo aquilo que antes era separado pela prática e pelo pensamento industrial, agora é reunido numa simultaneidade e explicitado, fazendo emergir suas particularidades. A forma do urbano, portanto, se difere das segregações passadas, onde as coisas, pessoas e atividades se separam e tornam-se incompatíveis. Enquanto nesta última, há a homogeneização pela separação, na forma do urbano as diferenças são explicitadas pela reunião.

Lefebvre diz que o urbano existe desde o início, desde a primeira reunião feita pelo homem de coisas e de objetos, de forma que no espaço se imbricam várias camadas, vários tempos e espacialidades: o rural, o industrial e o urbano. O primeiro possui várias topias, é marcado por uma heterogeneidade, um espaço ou vários, definidos cada qual por suas peculiaridades, oriundas do terreno ou do clima: dos ciclos naturais. O segundo é marcado por um espaço homogêneo, mensurável, quantificável e, por isso, passível de ser (re)produzido. Aqui o autor introduz o conceito de *isotopias*. São partes comparáveis do espaço, que possuem semelhança, características comuns, geralmente entre espaços industriais, ordenados, produzidos para uma determinada função. São isotópicos em relação ao outro. Para o autor, “*as isotopias são lugares do mesmo. Enquanto as heterotopias são lugares do outro*” (LEFEBVRE, 2006).

Esses conceitos nos informam melhor a respeito da diferenciação dos espaços na confusão dialética entre a realidade industrial e urbana. Podemos supor que hoje há uma tendência de anulação das diferenças entre os espaços, das *heterotopias* espaciais, e uma instauração de um espaço *isotópico*. Poderíamos considerar então que, após o desenvolvimento da indústria, e através da instrumentalização de novos conhecimentos como o urbanismo, haveria uma tendência de prática homogeneizante. No entanto, a hipótese teórica sobre o *urbano*, especificamente a respeito de sua forma de centralidade, forma de reunião e de encontro, nos permite entender que é no interior desse espaço *isotópico*, homogêneo, que emergem *heterotopias*.

Esses espaços do outro são conceituados ainda em Lefebvre, como lugares nos quais as diferenças e as particularidades ainda não foram retidas pela prática industrial. No entanto, esse *espaço diferencial* surge a partir de uma perspectiva diacrônica, como resultado do processo de produção do espaço. Para o autor, se cada modo de produção produz seu espaço característico e dele se apropria, cada momento histórico tem como correspondente a formação de um espaço novo, que se sobrepõe ao anterior e apresenta características novas. Tal espaço seria formado a partir de um código comum a uma dada realidade social e que corresponde às práticas e representações características dessa sociedade. A decodificação de tal código permite informar os aspectos que são

próprios dessa realidade social, ou seja, as ações, as coações, as idealizações (LEFEBVRE, 2006).

O *espaço diferencial*, portanto, aparece como um resultado, como consequência de um outro espaço, o *espaço abstrato*. Ele torna explícitas as diferenças, anuladas previamente pelo *espaço abstrato* que se identifica com o capitalismo industrial. Assim, a ideia de *espaço diferencial* pode ser mais bem apreendida como oposição e consequência de um espaço anterior, gerado por um modo de produção que experimentou seu auge no período fordista. Esse *espaço abstrato* é vazio de significados e simbolismos para o usuário, negando tanto as diferenças, como também tudo aquilo que pode ser considerado como obstáculo e resistências¹¹ e corresponde ao espaço do trabalho alienado, que é produzido pela massa impedida dele se apropriar. Tal espaço corresponde, para Lefebvre, ao “*espaço dominante, o dos centros de riqueza e de poder [...] ele reduz a si, por uma ação frequentemente violenta, aos obstáculos e resistências*” (LEFEBVRE, 2006, p.53).

Para o autor, o *espaço abstrato* não se define somente pelas suas características concretas, físicas, pela racionalidade dos planos, pela ortogonalidade dos arruamentos e traçados geradores, nem pela forma espetacular dos edifícios ou pela monumentalidade dos espaços “públicos”. O que é preciso salientar é o fato de tal espaço carregar a negatividade em relação ao que o precede, ao histórico, ao espaço definido pelos símbolos e pelos ritmos cíclicos do tempo¹². Esse espaço também carrega a negatividade em relação ao que dele se origina, configurando-se como o espaço do poder, onde o verdadeiro sujeito seria o Estado que paira acima de tudo e de todos, enquanto os grupos sociais e suas lutas são negadas, por um lado, e por outro têm sua atenção e seus anseios desviados.

O que se observa, é que tal espaço abstrato é carregado de contradições. Estas não somente nascem ou são próprias deste espaço, como são, na verdade, oriundas de outras temporalidades passadas, aqui agravadas, elevadas a um ponto onde a irrupção de resistências é inevitável. No interior de relações de produção nascem outras novas, com suas respectivas espacialidades:

¹¹ Para Lefebvre, no espaço abstrato, o simbólico aparece, se objetiva, ainda que de maneira deformada, resultado da prática corrente que desconhece e produz desconhecimento sobre o sensível. (LEFEBVRE, 2006).

¹² Em sua formulação das modalidades do espaço que se sucedem, Lefebvre apresenta o espaço histórico, que precede o espaço abstrato, da mesma forma que o diferencial sucede a este último (LEFEBVRE, 2006).

De modo que o espaço abstrato, em que pese sua negatividade, engendra um novo espaço, que terá o nome de espaço diferencial. Por que? Porque o espaço abstrato tende para a homogeneidade, porque ele reduz as diferenças existentes, e porque o espaço novo só pode nascer (ser produzido) acentuando as diferenças (LEFEBVRE, 2006, p.56).

Portanto, para o autor, o espaço diferencial é uma probabilidade e ao mesmo tempo uma consequência do espaço engendrado pelo modo de produção atual. Enquanto este último teria uma existência verificável, o primeiro faz parte de uma idealização, é uma utopia e se inscreve no possível-impossível que acompanha a instauração do urbano. Assim, a partir do que foi colocado por Lefebvre, podemos afirmar que este espaço diferencial se instaura como formas heterotópicas em meio à prática homogeneizante, de natureza isotópica. Procurando discorrer sobre o estatuto do lugar no contexto de economias cada vez mais mundializadas, Santos atenta para o mesmo tipo de contradição na metrópole atual.

1.2. LUGAR E TERRITÓRIO

Ao refletir sobre o conceito de *território*, Santos (1994) afirma que a “interdependência universal é a nova realidade do *território*” e que se o Estado-Nação era conformado pelo território, hoje vivemos a “transnacionalização” do *território*. No entanto, nem todos os lugares são transnacionalizados, assim, o território habitado, aquele definido pelos “tempos lentos”, impõe à sociedade em rede uma outra possibilidade de ser vivenciado, baseado, sobretudo em seu valor de uso. Para Santos, o *território* adquire hoje outras conotações, devido ao contexto de competitividade entre atividades capitalistas. Ele se conformaria em termos de espaços contíguos e espaços em rede, ou em termos de horizontalidades – lugares ligados por contiguidade territorial – e verticalidades – ligações entre pontos distantes, unidos por formas e processos sociais. Tais verticalidades constituem por sua vez o espaço das redes. Sobre essa dualidade Santos afirma que:

constituem uma realidade nova que, de alguma maneira, justifica a expressão verticalidade. Mas além das redes, apesar das redes, depois das redes, com as redes, há o espaço de todos,

todo o espaço, porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns (SANTOS, 1994, p.16).

Ambos os lugares que conformam o espaço banal e o espaço das redes, podem ser coincidentes no interior de uma mesma espacialidade. O que os torna diferentes são as relações estabelecidas com outros lugares. Em Santos, o *lugar* pode ao mesmo tempo fazer parte de um *território* em rede, devido as suas relações com outro *lugar* distante, e conformar um espaço banal, devido as suas relações com lugares contíguos a ele. Então, no interior do *território*, a simultaneidade dos acontecimentos reflete a dialética entre uma ordem próxima e uma ordem distante (LEFEBVRE, 1991c), que se materializa sob a forma de um conflito constante entre o ato de viver e a produção de uma espacialidade definida pela racionalidade da técnica.

Em suma, o *território* em Santos é o *locus* de uma oposição entre as forças de mercado e as possibilidades da vida cotidiana, no qual o *lugar* se constitui enquanto horizontalidade, espaço de contiguidade que se opõe como resistência à tendência dominante de estes mesmos espaços se constituírem como “espaços lisos” ou “espaços abstratos”, os espaços normatizados e normatizadores das redes.

Visto dessa forma, o espaço, e toda a discussão a seu respeito, se torna preeminente face às especificidades da vida cotidiana, na qual toma lugar a dominação dos centros de controle e de consumo, a partir das alianças entre o capital e o Estado. É através do entendimento de um conteúdo político do espaço, das mobilizações de forças que podem se apoiar nele, que podem ser formuladas as alternativas práticas e teóricas para uma ação reformadora. Como afirma Santos:

Através do entendimento desse conteúdo geográfico do cotidiano, poderemos, talvez, contribuir para o necessário entendimento (e talvez, teorização) dessa relação entre espaço e movimentos sociais, enxergando na materialidade, esse componente imprescindível do espaço geográfico que é, ao mesmo tempo, uma condição para a ação; uma estrutura de controle, um limite à ação; um convite à ação. Nada fazemos hoje que não seja a partir dos objetos que nos cercam (SANTOS, 1996, p.257).

Assim, devido à contigüidade espacial, é no *lugar* que a vida social partilhada entre indivíduos se politiza, as oposições se exasperam e as disputas afloram. O *lugar*

pode ser entendido como espaço das possibilidades, especificidade do espaço social, constantemente em confronto com o espaço homogêneo, espaço abstrato, no qual “o vivido se esmaga, o concebido o assalta, o histórico se vive como nostalgia” (LEFEBVRE, 2006, p.57). Em outras palavras podemos afirmar que tanto a concepção de *lugar* em Santos, quanto a de *espaço diferencial* em Lefebvre, delimitam uma mesma componente socioespacial, a saber, o lugar da disputa, de interesses contrários, e da luta pelo restabelecimento do valor de uso contra a hegemonia do espaço abstrato, caracterizando os conflitos que são comuns à cidade.

Uma outra conceituação de *lugar*, mais voltada para a problemática das identidades no momento atual de mundialização, é explorada por Doreen Massey. Para essa autora, o desenvolvimento de uma outra noção de *lugar* se faz necessário no momento atual, onde a compressão espaço-tempo teria como uma de suas consequências a perda de referenciais e identidades. Aqui, ambos se relacionam com a sensação de pertencimento que um determinado grupo possui em relação a um *lugar*. É, portanto, um estado psicológico relacionado diretamente com o espaço físico mais imediato, ou seja, com a realidade concreta experimentada por esse grupo ou indivíduo. Mas também se refere a costumes e modos de vida vernaculares.

Para Massey há a necessidade de se pensar em que condições deve se reconstituir o *conceito* de *lugar*, de forma que ele seja compatível com as novas e constantes (des)territorializações causadas pelo novo modelo de acumulação flexível. A perda de referenciais, ou a coexistência de novos com os antigos em um mesmo *lugar*, tem implicado reações políticas muitas vezes opostas entre os grupos que coabitam uma mesma porção do território. De um lado, posições radicais procuram restabelecer alguma identidade e senso de pertencimento, voltando aos particularismos tradicionais e ao resgate das heranças culturais. Tal posição tem exacerbado os localismos e conflitos nacionalistas. De outro lado, grupos progressistas encaram tais medidas como a incapacidade de entender a dinâmica da realidade e até mesmo sua negação, distanciando-se cada vez mais das possibilidades de traçar estratégias de mudança (MASSEY, 2000).

A autora desenvolve seu conceito como uma alternativa a um posicionamento radical, de modo a ser compatível com “*um sentido adequadamente progressista do lugar*” (MASSEY, 2000 p.181). Assim, busca uma noção que permita que as singularidades e a sensação de pertencimento seja compatível com a “condição pós-moderna” em que vivemos, sem se posicionar, no entanto, de uma maneira radical.

Dessa forma, Massey procura uma conceituação alternativa de *lugar* que deve partir da relação entre este e suas conexões com o exterior, e não em direção às relações que coexistem dentro de determinados limites definidos. Portanto, uma dicotomia entre barreiras definidoras de um dentro e de um fora, ou condicionantes temporais, como por exemplo a existência de uma história ou tradição que diz respeito a um local, parece ser superada no momento em que o *lugar* passa a ser definido a partir do conjunto de relações sociais que interagem sobre um determinado substrato material. Massey afirma que:

Trata-se de um lugar de encontro. Assim, em vez de pensar os lugares como áreas com fronteiras ao redor, pode-se imaginá-los como momentos articulados em redes de relações e entendimentos sociais, mas onde uma grande proporção dessas relações, experiências e entendimentos sociais se constroem numa escala muito maior do que costumávamos definir para esse momento como lugar em si, seja uma rua, uma região ou continente. Isso por sua vez, permite um sentido do lugar que é extrovertido, que inclui uma consciência de suas ligações com o mundo mais amplo, que integra de forma positiva o global e o local (MASSEY, 2000, p.184).

Dessa forma, uma concepção progressista do *lugar* se desenvolve em oposição àquela noção estabelecida sob o senso comum e caracteriza-se por ser: a) não-estático, à medida que é definido por relações sociais que se modificam com o tempo, deixando de ser entendido como forma, e passando a ser visto como processo; b) os *lugares* passam a não ter mais fronteiras rigidamente estabelecidas, o que nos obriga a defini-los enfatizando-se a teia de relações que se estabelecem entre diferentes pontos do espaço; c) nesta nova definição, é impossível estabelecer uma identidade única a um *lugar*, a menos que ela seja aquela formada pela multiplicidade de matrizes identitárias que permeiam a rede de relações sociais (MASSEY, 2000).

O esforço teórico de reconceituação do *lugar* parece aqui ter resultado em uma redefinição paradoxal, onde o *lugar* é definido por sua condição de (des)espacialização/ (des)temporalização, na medida em que as relações sociais que o conforma parecem estar cada vez menos articuladas, tanto com seu sítio físico quanto com sua tradição histórica. De fato, tal ideia de *lugar* é capaz de abranger a diversidade de novas relações sociais que se desenham em uma emergente “sociedade da informação”. Portanto, essa “consciência global de lugar” se compatibiliza à noção de *redes*, as quais se constituem

para Castells, como *“a nova morfologia social de nossas sociedades”* (CASTELLS, 1999, p.497). No entanto, as determinações que fazem com que o *lugar* assumam algum sentido, ou seja, assumam um caráter de resistência, aqui são provenientes mais de uma ordem distante do que propriamente de um resultado de ações imediatas.

Procurando estabelecer as relações ambíguas entre a dualidade *espaço e lugar*, Sharon Zukin (1996) parte de uma análise das intervenções recentes que mobilizam principalmente a indústria da cultura. Zukin, referindo-se à construção da paisagem nas metrópoles atuais, atenta para o fato de que estas paisagens são caracterizadas não somente pelos edifícios espelhados da arquitetura *high-tech*, comum em qualquer cidade de médio porte ou nos grandes centros de negócio e consumo. São caracterizadas também e, principalmente, pelos antigos lugares, agora renovados, transformados pelos processos de revitalização, capazes de atribuir às antigas estruturas supostamente “obsoletas”, novas formas e funções, adequando-as à cultura e hábitos de consumo do modo de produção atual. Esses espaços não possuem somente valor de troca. Nesse sentido, as antigas formas da cidade industrial passam por uma refuncionalização na pós-modernidade, conservando um caráter impreciso, *“fazem a mediação entre natureza e artefato, uso público e valor privado, mercado global e lugar específico”* (ZUKIN, 1996, p.205). Para a autora, esses são “espaços liminares”, marcados sobretudo por uma ambiguidade presente na maneira pela qual tais lugares são apropriados (usados).

É esse caráter liminar que impede uma leitura e uma apreensão clara do espaço, pois sob sua transparência mais imediata, percebe-se a desconstrução de determinadas relações sociais que outrora contribuíram para a configuração e a conformação das especificidades daquele espaço. Essas novas relações são instauradas por uma nova espacialidade, descolada de uma apropriação específica, mas definida por usos que são variáveis, próprios de uma paisagem em transição: *“Misturando funções e histórias um espaço liminar situa o usuário meio-a-meio entre instituições”* (ZUKIN, 1996, p.206).

Nesse sentido, podemos considerar que as forças de mercado comandam processos de desterritorialização no interior de uma espacialidade que funciona como apoio para a formação de identidades sociais sólidas. Para a autora, uma paisagem urbana pós-moderna *“mapeia a oposição entre mercado – as forças econômicas que desvinculam as pessoas de instituições estabelecidas – e lugar – as forças espaciais que ancoram ao mundo social, dando base para uma identidade estável”* (ZUKIN, 1996, p.206).

Entretanto, não se trata de afirmar que os processos de enobrecimento se instauram da noite para o dia, tampouco de forma absoluta. A paisagem dos centros

urbanos contemporâneos se assemelha, conforme Zukin procura mostrar, com um mosaico, uma colcha de retalhos social e espacial. Persistem aí, tanto novos espaços de consumo quanto aqueles antigos onde suas especificidades são marcadas por maneiras de habitar, da casa, da vizinhança, dos lugares não lucrativos (ZUKIN, 1996).

Em relação a esse momento de liminaridade de certos espaços, Zukin possui uma interpretação particular sobre os processos de *enobrecimento*, apresentando-o um processo de inversão de valores, ou momentos do espaço. Haveria então uma mudança entre o *vernacular* e a *paisagem*. Para a autora, a diferença entre esses dois termos é que, enquanto a primeira refere-se ao espaço definido por atividades corriqueiras, ritos e costumes ligados ao lugar - fazendo parte do universo dos sem poder, a última é sempre construída e imposta pelos que detêm o poder, especificamente pelas forças de mercado. Nas metrópoles capitalistas centrais, os consumidores são atraídos pela centralidade e pelo poder cultural que o *vernacular* passa a representar. Essa inversão seria típica da pós-modernidade onde os velhos edifícios e as antigas estruturas, galpões, fábricas, centros históricos, são, a partir de um dado momento, investidos de valor, num movimento onde tudo se torna *paisagem*, e mais ainda, uma paisagem construída à imagem dos símbolos vernaculares: “*Enquanto o enobrecimento redefine o significado social de um lugar especificamente histórico para um segmento de mercado, a descentralização densa redefine o mercado imobiliário em termos de um sentido de lugar*” (ZUKIN, 1996, p.209).

Para Zukin, essa inversão constitui em si mesma, em certa “experiência pós-moderna”. Isso se relaciona diretamente com o momento histórico no qual o capitalismo passa a investir maciçamente no imobiliário, na produção do espaço, correspondendo à uma nova estratégia de acumulação após a crise do fordismo. No contexto de redefinição dessas áreas, o lugar histórico passa a ter um significado especial para o mercado, a partir do momento que passa a figurar como valor cultural, ou seja, torna-se valor de troca. Ao mesmo tempo, a conformação de novas áreas passa a ter como orientação a criação de um sentido de *lugar*. Diante desse “duplo processo” o lugar apropriado enquanto valor de uso, se desmorona diante de espaços fetichizados. Retornando a Lefebvre, percebe-se que, em certa medida, a cidade reinventada pelo mercado hoje é desenhada tendo como modelo as estruturas obsoletas que outrora simbolizavam a própria cidade industrial. Dessa forma, poderíamos considerar que a prática espacial estabelecida, após tomar como modelo os espaços vernaculares, passa a reproduzir *lugares*, agora também investidos de valor e transformados em mercadoria de consumo?

Uma suposta inversão dos *lugares*, ou do *vernacular* para a *paisagem*, depende não só de estratégias de investimento, mas de “processos de apropriação cultural”

(ZUKIN, 1996, p.209). Para Zukin, existem *apropriações culturais* que são produzidas, reproduzidas e programadas. Assim, essa paisagem é estabelecida não por práticas de resistência, mas por ações de apropriação de atores específicos que desempenham papéis específicos.¹³ Alguns grupos – profissionais liberais, artistas – estabelecem primeiro o sentido de liminaridade que caracteriza tais espaços na pós-modernidade. São suas práticas que fornecem algum sentido de lugar, ao passo que sua valorização como mercadoria, sendo a finalidade última, corresponde à anulação desse *lugar*. Em relação a tais práticas, “*o sentido de lugar que é seu produto material sucumbe no tempo, frente aos altos rendimentos das forças de mercado*” (ZUKIN, 1996, p.211). Trata-se, na verdade, da construção de um sentido de lugar pelas forças de mercado.

Para a autora, a ideia de *lugar* está associada à delimitação socioespacial comunitária. O *lugar* é uma categoria que tem seu sentido definido por uma única perspectiva, por um senso único e específico que caracteriza a cultura e os hábitos de uma comunidade. É por essa razão que a erosão da localidade, da comunidade baseada no *lugar*, é feita pela imposição de perspectivas múltiplas, pelas forças do mercado. No entanto, a constituição do *não-lugar*, ou da *paisagem*, é feita a partir da imposição de imagens do próprio vernáculo, aqui idealizado e abstraído de sua verdade implícita e de sua história. A paisagem é então criada tendo como base uma imagem idealizada daquilo que foi ou era para ser o *vernáculo* ou o *lugar*. Para Soja, essas práticas correspondem à construção de espaços-simulacros, marcados pelo “*crescente poder político e social das simulações do real como substitutos lógicos e comportamentais para eventos e condições materiais reais*” (SOJA, 1994, p.166).

Contudo, a constituição de uma paisagem urbana pós-moderna é relacional. Se tal paisagem se caracteriza pelo seu consumo visual, ela somente existe para aqueles que podem consumi-la. Assim elas não se realizam para aqueles grupos não consumidores, excluídos dos altos circuitos de troca. Para Zukin, “*a resistência às múltiplas perspectivas da paisagem pós-moderna pode ser demonstrada com autenticidade por aqueles que não participam dos modos dominantes de consumo visual*” (ZUKIN, 1996, p.214). Em outras palavras, podemos dizer que a constituição da paisagem é relacional não só pelo fato de não ser consumida por todos, ou seja, por ser seletiva, mas pela maneira pela qual é apropriada, podendo ser mediada pelo capital ou pelo uso. Essa perspectiva abre o caminho para uma discussão a respeito dos lugares ressignificados no interior das paisagens, uma reconversão em segundo grau, onde a

¹³ Fazendo uma analogia biológica, esses seriam como “espécies pioneiras” que iriam viabilizar e incentivar todo o processo de fixação em uma dada área. A autora chama tais atores de “infraestrutura crítica”. ZUKIN, 1996.

paisagem se torna *lugar*, devido ao fato de estar condicionada a modos particulares de apropriação.

Nessa perspectiva, Guattari, faz uma diferenciação entre o conceito de *espaço* e o de *território*, à medida que o primeiro se refere a arranjos espaciais conformados para atender a determinadas funções que são pré-estabelecidas, colocadas num plano, projeto, ou programa. O segundo se conforma a partir de significados simbólicos que lhe são atribuídos por uma coletividade, relacionando um grupo e seus usos do espaço a uma delimitação físico-concreta. *Espaço*, portanto, seriam os lugares planejados e projetados que repertoriam a prática do urbanismo, visando atender a certas funções. São equipamentos urbanos como praças, parques, avenidas etc. Por sua vez, os *territórios* seriam uma espacialidade materializada fora da ordem do sensível. São definidos a partir de relações subjetivas. Nesse sentido, Guattari afirma que:

Os Territórios estariam ligados a uma ordem de subjetivação individual e coletiva e o espaço ligado mais às relações funcionais de toda espécie. O espaço funciona como uma referência extrínseca em relação aos objetos que ele contém, ao passo que o território funciona em uma relação intrínseca com a subjetividade que o delimita (GUATTARI, 1985, p.110).

Para o autor, existe um momento historicamente datado, onde teria ocorrido uma inversão na relação entre espaço e território, de modo que o primeiro vem suplantar o segundo; tal momento coincide com a emergência da cidade capitalista, quando a cidade deixa de ser um conjunto de espaços significados e passa a ser definida como uma *“resultante da interseção de equipamentos”* (GUATTARI, 1985, p.111). Aqui Guattari tem a mesma interpretação que Lefebvre sobre as práticas que acompanham o surgimento da cidade industrial. O surgimento de centros urbanos totalmente planejados, a partir da racionalidade urbanística que impõe ao espaço uma funcionalidade inscrita em zonas e equipamentos coletivos, tem por consequência a supressão da componente obra, característica da cidade. Para o autor, *“a inversão da relação entre equipamentos coletivos e circunscrição urbana tem por dom recalcar completamente os territórios individuais desencantando as relações urbanas”* (GUATTARI, 1985, p.111).

A relação entre espaço e território ainda contém uma relação contraditória onde, em um espaço tornado liso, podem ocorrer processos de reestriações, que são como reterritorializações artificialmente produzidas, levadas a cabo pelo poder hegemônico. Essa *“reestriagem capitalista do espaço”* teria como principal função a recuperação de

antigos signos, produtores de significados, fazendo-os trabalhar a favor do sistema. É nesses “espaços de reestriação capitalista” que as possibilidades do uso são subjugadas por coações e por uma codificação que, apesar de exacerbada, poucas vezes é perceptível.¹⁴ Em Guattari as reestriações possuem o mesmo sentido da inversão entre *paisagem* e o *vernacular* colocado por Zukin. Em ambos, o sentido de *lugar* é um objetivo procurado pelas *práticas espaciais*.

Mesmo nesse contexto da conformação de lugares artificiais e de espaços, existe para Guattari, algum investimento naquilo que ele chama de “espaços existenciais”, uma vez que haveria um desvio no uso, na utilização de equipamentos urbanos que foram projetados para finalidades, distintas de seu emprego corrente por grupos específicos. É nesse sentido que se constituem os “territórios de subjetivação ou territórios existenciais” (GUATTARRI, 1985, p.114).

Tais *territórios* seriam formados a partir do uso, das relações que se conformam com o espaço, regidas por valores muitas vezes subjetivos, capazes de transformar um *espaço liso* em um *território*. Para o autor, os fatores que possibilitam essa transformação na qualidade dos espaços, essa conversão, se situam na própria materialidade prático-sensível desses espaços, mas estão ligados com suas subjetividades. Nessa perspectiva, tais elementos conversores poderiam até mesmo ser isolados e reproduzidos, no sentido de reproduzir territórios existenciais aprioristicamente, ainda que ele considere que “*não é nem a cidade nem o espaço que desempenha esse papel de condensador semiótico*” (GUATTARRI, 1985, p.114). Para ele, é o caráter condensador da arte que permite trabalhar essa reconversão de sentidos, e somente nessa perspectiva o trabalho do técnico/artista poderia subverter seu próprio papel de agente do conhecimento aplicado e instrumental e contribuir para a promoção e constituição de *territórios*.

Para o autor, os *territórios existenciais* são a possibilidade de resistência diante de espaços cada vez mais homogêneos, e hoje, mais do que nunca, dos espaços renovados. Para ele a formação desses territórios corresponde a uma *micropolítica*¹⁵

¹⁴ Em relação a tais espaços na cidade, ou da própria cidade moderna, planejada, o autor considera que arquitetos e urbanistas têm um papel essencial, ainda que dúbio. Cabe a eles transformar os espaços lisos em espaços estriados. Através de intervenções de caráter mais artístico do que necessariamente técnico, os espaços poderiam ter seus sentidos ressignificados, ou seja, transformados em território. Ver Guattari, 1985.

¹⁵ *Micropolítica* é um conceito desenvolvido por Guattari, o qual se refere às práticas que têm como efeito alterar as percepções e os valores entre um grupo e um objeto, fato ou fenômeno. Ela é sempre uma ação, um modo de posicionamento de natureza insurgente, disparado por aquilo que ele chama de *efeitos de subjetivação*. Ver GUATTARI & ROLNIK, 1996.

como via de resistência à atomização da vida. Os *territórios existenciais* consistem, portanto, no momento em que se coloca em prática essa *micropolítica*, quando, no contexto urbano, é iniciada pelos usos não esperados que se realizam em espaços programados. Proença Leite, ao analisar os usos e apropriações do espaço no bairro revitalizado do Recife antigo, utiliza a expressão *contra-usos do espaço*¹⁶, para designar as possibilidades de “*não apenas subverter os usos esperados de um espaço regulado, como de possibilitar que o espaço resultante das ‘estratégias’ se cinda, para dar origem a diferentes lugares, a partir da demarcação socioespacial da diferença e das ressignificações que esses contra-usos realizam*”. (LEITE, 2004, p.215).

Certeau, ao discorrer sobre a categoria *espaço*, não procede a uma análise propriamente dita da espacialidade concreta, ainda que se refira a ela. Sua reflexão sobre o *espaço* e *lugar* deriva de um estudo dos relatos, das estruturas narrativas sobre o *espaço*. No entanto, em seu trabalho, o próprio relato é considerado uma prática formadora de *espaço*, capaz de recompor uma experiência prévia do corpo, ao mesmo tempo em que organizam os *lugares*, fazem percursos, qualificam o território:

Essas aventuras narradas, que ao mesmo tempo produzem geografias de ações e derivam para os lugares comuns de uma ordem, não constituem somente um suplemento aos enunciados pedestres e às retóricas caminhatórias. Não se contentam em deslocá-los e transpô-los para o campo da linguagem. De fato, organizam as caminhadas, fazem a viagem antes ou enquanto os pés a executam (CERTEAU, 1994, p.200).

É necessário então que a discussão sobre *espaço* e *lugar* seja aqui relativizada. Devido a questões de método, esse autor analisa as práticas espaciais focalizando-se nas ações narrativas que se referem ao *espaço*.¹⁷ É a partir daí que ele vai poder utilizar dessas estruturas narrativas como decodificador do *espaço*, sendo elas, portanto, que permitem a Certeau “ler” a cidade, aqui transformada de fato em texto urbano.

Então, para esse autor, entre *lugar* e *espaço* existe uma distinção. O *lugar* se refere a uma relação entre elementos que definem equilibrada e harmonicamente um

¹⁶ Ver LEITE, 2004.

¹⁷ É Lefebvre que atenta para as armadilhas de uma interpretação semiótica da cidade. Para ele, a análise linguística é incapaz de apreender a realidade urbana em sua totalidade, uma vez que não alcança os níveis e dimensões que a compõem. Uma análise dessa natureza não vai além dos dados, os mais imediatos, colocados pela prática no plano do vivido. Ver Lefebvre, 2006.

determinado campo. Circunscrito a essa delimitação, cada elemento separado realiza uma performance que lhe é especificada previamente. O conjunto de elementos realizando um trabalho estável e constante, define numa ordem imutável que, em relação à realidade urbana, podem ser os próprios equipamentos urbanos. Para Certeau, as possibilidades de se fazer uso deles já estão dadas de antemão e correspondem à finalidade para que foram projetadas. Um ponto de ônibus não pode ser usado senão como um local onde os usuários se assentam, esperam e embarcam. *“Aí se acha, portanto, excluída a possibilidade, para duas coisas, de ocuparem o mesmo lugar. Aí impera a lei do próprio: os elementos considerados se acham uns ao lado dos outros, cada qual situado num lugar próprio e distinto que define”* (CERTEAU, 1994, p.201). Aqui, o *lugar* é o lugar daquilo que é prescrito. A princípio, é impossível usar um ponto de ônibus como equipamento esportivo, por exemplo.

Nessa perspectiva, o *lugar* é análogo a uma máquina, se constitui de um mecanismo onde cada elemento realiza uma função que lhe foi programada, supõe ou impõe uma situação ideal, uma realidade constante, num equilíbrio de forças em que a resultante dos vetores seria sempre nula. Nesse *lugar*, qualquer perturbação ou desvio de uso ou finalidade é entendido como disfunção. O *lugar* é o campo correspondente a uma configuração ideal, a uma racionalidade que define um arranjo abstrato, congelado e distanciado de qualquer prática que suscite seu mau funcionamento.

De maneira oposta, o *espaço* supõe uma cinética própria e variável, forças cujas direções e sentidos só podem ser apreendidas na fração mínima de tempo. Ele é o não-campo definido pelo movimento caótico e não articulado entre seus elementos. Como em um “movimento browniano” de partículas, o conjunto de elementos não permite mais que delimitar uma forma que é disforme. Para Certeau, *“o espaço é o efeito produzido pelas operações que os orientam, o circunstanciam, o temporalizam, e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais”* (CERTEAU, 1994, p.202). Em suma, enquanto o *lugar* corresponde a um nível máximo de coerência entre as funções desempenhadas por seus elementos, tendendo no limite ao sentido mais estrito do normativo, o *espaço* é o lugar subvertido por componentes que suscitam a incoerência e o imprevisível: *“A rua geometricamente definida por um urbanismo, é transformada em espaço pelos pedestres”* (CERTEAU, 1994, p.202). É importante perceber que os termos *espaço* e *lugar*, aqui têm sentidos opostos às acepções que até agora foram apontadas.

Aqui toma importância os relatos que se constituem em ações performativas, definindo um percurso a fazer. Esse movimento que delimita um campo de tensões refere-se ao *espaço* que é definido por ações de sujeitos históricos. Diferente de uma

descrição, de uma referência a um quadro estático, de uma imagem, os *relatos do espaço* – e não de *lugares* – quando referentes à metrópole, ao plano do urbano, relacionam-se às operações *táticas*, uma vez que, entre o *ir* e o *ver* nas estruturas narrativas, existe a diferença entre a apreensão de uma imagem que faz parte da ordem dos *lugares* (um quadro estático) e a ação que define um *espaço* (vetores com resultante não nula). Para Certeau, o que define um espaço, acima de tudo, não são as inscrições que podem perfazer ações de resistência, mas sim o movimento, a ação: “o espaço é sempre um *‘lugar praticado’*” (CERTEAU, 1994, p.202).

1.3 TÁTICAS E ESTRATÉGIAS

Mais do que a definição propriamente dita das categorias *espaço* e *lugar*, enfatizaremos a qualidade das ações que as determinam. Dessa forma, ganha relevância compreender o significado do que Certeau conceitua como *táticas* e *estratégias*.

Para esse autor, as *estratégias* definem intervenções localizadas, operações de natureza impositiva determinando um campo regido pelo poder. As *táticas* tomam forma no interior desse terreno, utilizam os elementos do poder, alterando-os, transformando-os, manipulando o produto de uma “ordem distante” e modificando-o a seu favor. Esse processo de “feitura”, essa transformação, supõe modalidades de lidar com o que é imposto ou estabelecido. Assim, o uso do espaço é um deles, é uma “maneira de fazer” (CERTEAU, 1994).

Compreendem um processo no interior de outro processo. Àquilo que é posto, no caso do espaço urbano, uma intervenção implementada pelas forças dominantes do Estado, do capital ou de ambas em conjunto, corresponde uma apropriação, que pode ou não corresponder às finalidades definidas pela racionalidade técnica (urbanística). Essa apropriação pode compreender um modo passivo de se apropriar do espaço, ou pode possuir um caráter ativo, que se apropria a sua maneira. Para Certeau, os “modos de fazer” correspondem de maneira geral ao consumo transformador daquilo que é estabelecido pela ordem corrente. Tratam-se então as *táticas* de uma maneira de fazer que, por essência, é um consumo subversivo do produto: “*Estes estilos de ação intervêm num campo que os regula num primeiro nível, mas introduzem aí uma maneira de tirar partido dele, que obedece a outras regras e constitui como que um segundo nível imbricado no primeiro*” (CERTEAU, 1994, p. 92).

É importante ressaltar que, para o autor, o sujeito que recebe, que utiliza ou consome um produto, não pode ser qualificado pelo tipo de produto que é consumido. Deve-se levar em conta, sobretudo, o *modo* como é consumido, como é assimilado e transformado pelo “consumidor”, constituindo a “maneira de fazer”, que caracteriza o modo de apropriação desse sujeito em relação ao objeto, portanto ao uso que se faz dele.

Para Certeau, *estratégias* dizem respeito à definição de finalidades essenciais para um sujeito que, por essência requer uma delimitação espacial, ao mesmo tempo como meio de impor sua autoridade e condições, como meio de alcançar um espaço que se coloca como finalidade, como objeto de querer:

A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc.). Como na administração de empresas, toda racionalização ‘estratégica’ procura em primeiro lugar distinguir de um ‘ambiente’ um ‘próprio’, isto é, o lugar do poder e do querer próprios (CERTEAU, 1994, p.99).

Em relação às *táticas*, elas são definidas menos como uma maneira de colocar as estratégias em movimento, ou como complemento do objetivo estratégico. Esse, por exemplo, é o sentido explicitado por Harnecker (2003) em sua análise da acepção do termo em Lênin. Em se tratando do conceito de estratégia, ele implica, de início, um exame da correlação de forças sociais em questão. Essa estratégia consiste na determinação de objetivos a serem alcançados ao longo do tempo, segundo as posições, os movimentos do “oponente”. É uma ideia não estática e não se refere ao plano do imediato. Analisando o sentido do termo estratégia no domínio militar, Harnecker afirma que: “*dá-se o nome de estratégia à forma de planejar, organizar e orientar os diversos combates [...] tendo em conta uma visão de conjunto de todas as forças com as quais se conta, assim como das forças inimigas, para atingir o objetivo fixado: ganhar a guerra contra determinados adversários*” (HARNECKER, 2003.)

No campo político, essa mesma autora chama atenção para o fator subjetivo no qual o estrategista deve se ater, e que se vincula aos rumos que os acontecimentos adquirem ao longo do tempo. Analisando o significado que o termo adquire no domínio da

luta de classes¹⁸, politicamente a estratégia é construída a partir de: i) análise da correlação de forças; ii) construção de articulações capazes de levar adiante um objetivo; iii) subordinação de uma massa a um núcleo, uma “vanguarda”; iv) orientar os objetivos no sentido de uma estratégia unificadora.

Nessa acepção podemos considerar que uma estratégia implica ações táticas. Essas relacionam diretamente com a situação concreta e específica de cada realidade, devendo ser capazes de formular ações objetivas e fixas, voltadas unicamente a essas especificidades. Portanto elas devem ser capazes de organizar uma ofensiva maciça, quando a correlação de forças é favorável às forças em questão e, ao mesmo tempo, saber organizar uma retirada quando essas se apresentam em desvantagem. Sobre a tática revolucionária Harnecker a define como “o conjunto de orientações concretas formuladas para pôr em prática a estratégia revolucionária em cada nova conjuntura política” (HARNECKER, 2006).

Enquanto que Harnecker compreende como tática o modo de ação em que os objetivos estratégicos são colocados em prática, sendo esses, portanto, momentos complementares num mesmo plano de ação, que visam ao mesmo objetivo, em Certeau elas são definidas como ações de natureza oposta à estratégia dominante, ainda que especialmente elas não sejam exteriores ao espaço do poder estratégico. Entre esses dois autores então, as definições de tática têm natureza contrária.

“Chamo de táticas a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. (...) A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Ela não tem portanto a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável” (CERTEAU, 1994, p.100).

As táticas dependem, acima de tudo, de tirar proveito da ocasião, aproveitar das falhas do imprevisível e instaurar o imprevisto. Assim, o que as define são os momentos do possível, que surgem no interior de um espaço de poder, objeto ou campo próprios de uma estratégia, ou de um resultado/conquista de uma estratégia.

¹⁸ Harnecker faz uma retomada histórica do emprego e definição dos termos *estratégia* e *tática*, empregado por Lênin no contexto específico da revolução russa do início do século passado. Ver Harnecker, 2003.

Em Certeau, enquanto as estratégias definem um lugar a partir de uma espacialidade física, a tática supõe o aproveitamento do momento, a apropriação do tempo, ainda que, para isso, ela não abra mão de uma base espacial. É o próprio Lefebvre que chama atenção para o fato de que “as relações sociais não flutuam no ar”. É neste sentido que Certeau supõe que as práticas cotidianas têm antes um caráter tático que estratégico:

Habitar, circular, falar, ler, ir às compras ou cozinhar, todas essas atividades parecem corresponder às características das astúcias e das surpresas táticas: gestos hábeis do ‘fraco’, na ordem estabelecida do ‘forte’, arte de dar golpes no campo do outro, astúcia de caçadores, mobilidade nas manobras, operações polimórficas, achados alegres, poéticos e bélicos (DE CERTEAU, 1994, p.103).

Para o autor, trata-se mesmo de um movimento de “fazer com”, que permanece de certa forma oculto pelas coações impostas pela produção que impõe não só uma racionalidade que lhe é própria, mas também uma lógica que enquadra os consumidores na sua racionalidade. Em relação à oposição espaço/lugar, tais maneiras de fazer constituem a criação de *espaços*, sem que estes sejam exteriores aos *lugares*. Sendo momentos de uma mesma realidade, ambos coexistem dentro dos mesmos limites físicos, coincidindo no tempo e no espaço.

Retomando as conceituações aqui expostas, ainda que apresentem nomenclaturas variáveis, todos esses conceitos têm em comum o fato de representarem a espacialidade da metrópole como um campo de tensões. Esse campo é marcado por uma dualidade entre as determinações - postas por uma ordem dominante - e as ações, quase sempre de natureza tática, nos termos de Certeau (1994) - colocadas em movimento por coletividades que buscam restituir ou garantir sua autonomia, ou a utilização do espaço e do corpo, sem restrições.

Podemos reformular nossa hipótese teórica, se considerarmos, principalmente, a concepção da paisagem de Zukin, resultado de uma inversão onde as forças de mercado mobilizam a espacialidade vernacular, instaurando de cima para baixo um sentido emulado de *lugar*, (um lugar programado) que se realiza, num primeiro momento, pela “infraestrutura crítica”. Somada tal concepção de lugar invertido, similar à ideia de “reestriações” de Guattari, que acredita que podem ser produzidas artificialmente, com a concepção de estratégia colocada por Certeau (1994), podemos reescrever nossa

hipótese. Procuraremos explicitar um movimento que é oposto ao que foi conceituado como sendo de natureza tática. Aqui, são as forças de mercado que procuram tirar proveito, astutamente, do sentido de obra que ainda persiste ou foi restituído aos centros urbanos. Nesse sentido, a própria restituição de um valor de uso nos centros degradados se torna objeto de uma estratégia, ou alguma coisa como uma “*contra-tática*”, colocada em prática pelas representações que se fazem desses lugares.

Capítulo 2: o espaço concebido como lugar

2.1 O PLANEJAMENTO ENTRE A OBRA E O PRODUTO

Para Fernandes (2003), a readequação dos espaços frente às transformações operadas na economia e nas relações sociais é um fenômeno que requer uma nova *démarche* por parte do urbanismo. Este tem pela frente desafios tanto em relação ao processo de produção das cidades, quanto à cultura corrente na área.

Em relação ao processo de produção das cidades brasileiras, a autora considera que existem dois “campos de tensão” que, apesar de apresentarem interesses divergentes, em alguns casos podem ser complementares.

Um primeiro campo, o campo corporativo, corresponde às orientações urbanísticas voltadas à produção da cidade no mundo globalizado. Na falta de uma política urbana nacional, os organismos e corporações internacionais encontram um caminho livre para orientar ações que visem ao aumento da competitividade entre as cidades. O segundo campo, o do direito, ganha força no Brasil a partir da década de 80, sobretudo pelas conquistas políticas obtidas na luta pela democracia. A principal consequência das disputas em torno desse campo foi a aprovação do Estatuto das Cidades, em 2001. Nessa perspectiva, abrem-se possibilidades de acesso aos benefícios públicos à maior parte da população, tradicionalmente excluída do usufruto dos investimentos públicos no espaço da cidade. Nesse caso, e especificamente no que se refere às ações urbanísticas que incidem sobre áreas centrais, esses direitos dizem respeito às questões ligadas à acessibilidade ao espaço público, à oferta de moradia e de equipamentos públicos comunitários, além das políticas de conservação do patrimônio arquitetônico.

Para a autora, essa dupla tendência tem marcado a orientação urbanística brasileira, ainda que tais experiências sejam insuficientes para uma caracterização sumária e precisa. Para Fernandes, em linhas gerais, nota-se que as ações no campo corporativo tendem a seguir fórmulas consagradas internacionalmente para a atração de capitais. Investimentos urbanísticos para viabilização de infraestrutura de grandes eventos (de congressos e feiras internacionais, até grandes festivais culturais ou eventos esportivos tais como Copa do Mundo e Olimpíadas) vêm sendo propostos há quase vinte anos, desde as experiências tornadas como emblemáticas em Boston, Baltimore e Barcelona¹⁹. Dessa forma, concordamos com a autora de que esse seja um campo de

¹⁹ As experiências em Boston (1967), Baltimore (1970) e Barcelona (1990) podem ser consideradas como paradigmáticas no cenário do planejamento e urbanismo que acompanharam

ação marcado pelo “*conservadorismo e/ou folclorismo da maior parte das realizações da cidade corporativa*” (FERNANDES, 2003).

As ações no campo do direito, por outro lado, mostram para a autora certa dose de inércia, apesar do avanço em relação às discussões referentes aos problemas urbanos e conseqüentemente uma repolitização da cidade. Mas os planos diretores não deixam de ter um componente ilusório; após o Estatuto das Cidades, eles passam a ser definidos como o instrumento através do qual a cidade e a propriedade urbana realizam sua função social, mas decorridos quase sete anos de aprovação da lei 10.257 de 2001, suas premissas principais ainda esbarram em grandes entraves, principalmente jurídicos e legais, no tocante às questões ligadas à propriedade privada. Para Villaça (2005), a grande ilusão que existe nos planos diretores atuais decorre da distância que há entre o discurso e a prática administrativa, bem como da desigualdade política econômica brasileira (VILLAÇA, 2005). Esse autor, ao analisar o caso específico de São Paulo – crítica que, nesse caso, se aplica à maioria das cidades brasileiras – chama atenção para o fato de que, apesar do apoio de vários setores sociais, o processo de elaboração não contempla questões que são de fato problemas urgentes e imediatos para a maioria da população. Esse seria o fator principal do não comparecimento de grande parte da população, e mesmo setores econômicos, nas instâncias participativas de elaboração dos planos. Pare esse autor, trata-se de um processo fadado ao fracasso, quanto mais estiver sob controle de *experts*: “*O debate deve vir de baixo para cima e não ser um evento no qual a maioria comparece convidada pela minoria*” (VILLAÇA, 2005 p.90).

Um posicionamento semelhante ao de Fernandes tem Compans (2004), a qual também compreende que, após a aprovação do Estatuto das Cidades, em 2001, passa a existir uma polarização de tendências ou matrizes de pensamento em relação ao planejamento urbano. Para ela fica claro que, de um lado se posicionam os defensores do planejamento estratégico, apoiados na crença do investimento no espaço da cidade, como motor na atração de fluxos de capitais. De outro lado, os setores alinhados com o Movimento Nacional pela Reforma Urbana, os quais acreditam que a função social da propriedade e da cidade deve ser alcançada por meio dos instrumentos jurídicos e urbanísticos que demandam uma maior regulação por parte do Estado.

as mudanças econômicas após a década de 1970, e pioneiros na ideia de que as cidades devem se tornar competitivas para atrair todo o tipo de investimento, privado ou público. No caso de Barcelona, é considerada hoje como exemplo a ser seguido no que tange ao planejamento estratégico de cidades, e se configura em modelo amplamente replicado em outras partes do mundo. No Brasil, as experiências recentes para viabilizar os jogos Pan-americanos no Rio de Janeiro e, mais recentemente, a perspectiva criada pela possibilidade de sediar a Copa do Mundo de futebol em 2014, abriu uma disputa interna entre grandes cidades brasileiras, cada qual apresentando sua proposta de intervenções em infraestrutura e equipamentos esportivos.

A autora quer chamar atenção para o fato de que, muitas vezes, tais instrumentos podem ser reapropriados por determinados atores e usados para fins não necessariamente justos sob o ponto de vista da justiça social. Dessa forma, o que passa a ser importante é, dentre outros fatores (mecanismos de participação, conselhos, assembléias), o “formato institucional” que pode fazer com que haja um favorecimento de determinados interesses em detrimento de outros²⁰.

Em suma, analisado os planos de São Paulo e Rio de Janeiro, a autora salienta que, a princípio, não fica explícito nesses planos em qual perspectiva se inserem. O que vai informar se o plano tem um caráter mais corporativo ou democrático é, portanto, sua operacionalização. Assim, no caso de propostas de planejamento de matriz híbrida, ou seja, que adotam equilibradamente características próprias da agenda da reforma urbana e do planejamento estratégico, o que realmente determina seu caráter é menos o conteúdo do plano e mais o “desenho institucional” ou a forma com que os instrumentos serão utilizados. Ou seja, é a forma como serão utilizados tais instrumentos.

Há ainda, segundo a autora, um dilema enfrentado pelas coletividades, pois quanto mais rígido for esse desenho em relação à prática dos instrumentos de recuperação da malha urbana, menor será a capacidade de o executivo lidar com investidores externos num cenário onde a flexibilidade dita as normas. Por outro lado *“quanto mais flexível ela for, menor capacidade de vigilância terá a sociedade civil sobre as inúmeras negociações que irão ocorrer pela cidade”* (FERNANDES, 2003, p.209).

É essa exigência pela flexibilidade legislativa e operacional que pode desvirtuar todo o projeto de construção de uma cidade democrática. Sem mecanismos de participação popular e controle público, instrumentos que garantiriam a função social da cidade podem ser transformados em instrumentos concentradores de renda. Nesse sentido, há o caso das Operações Urbanas em São Paulo que, desde 1991, quando apareceram pela primeira vez no Anhangabaú, vinculam um modelo de investimento baseado em parcerias público-privadas, a partir das quais tanto o Estado, quanto a iniciativa privada saíam ganhando. Conforme mostrado por Fix (2003), tal iniciativa, vista como uma “fórmula mágica” capaz de viabilizar investimentos na cidade em tempos de recursos públicos escassos, seria mais um mecanismo concentrador de renda, obscurecendo sob a aparência do bom planejamento, as articulações entre capital e

²⁰ Para a autora, existem três aspectos que servem para avaliar a existência de “critérios de seletividade” presentes na legislação que define os planos: I) o caráter mais ou menos redistributivo dos instrumentos; II) o poder que o Executivo terá de definir: na concessão de direito de construir, quem poderá construir o quê e onde; III) o grau de transparência da administração e a possibilidade intervenção da sociedade civil na contestação e suspensão dos mesmos. (COMPANS, 2003, p.200).

Estado. Aqui, além de considerável investimento inicial realizado com recursos municipais, há o fato dos investimentos serem de certa forma desviados das áreas prioritárias. Dado início a um processo de renovação urbana, há muitas vezes, como a autora verifica no caso da Operação Urbana Faria Lima, em São Paulo, a necessidade de reinvestimentos na infraestrutura do entorno, para corrigir os efeitos do adensamento quase sempre não planejado. Vale ressaltar que, inicialmente, o instrumento é completamente desvirtuado, uma vez que sua proposição inicial seria viabilizar investimentos em certas áreas sem que as ações em regiões prioritárias não fossem prejudicadas. Além disso, há sempre o risco de uma operação não se consolidar, mesmo após o investimento público inicial, ficando o prejuízo por parte da coletividade²¹.

Voltando à suposta polarização de matrizes de planejamento proposta por Compans, ou sua diferenciação entre dois “campos de tensão”, como propõe Fernandes, passamos a um exame mais minucioso a respeito dos fundamentos de um e de outro. Não se trata exatamente de analisar os fundamentos ideológicos dessas matrizes, mas de um estudo de sua forma mais acabada, no que tange especificamente às políticas ou planos de intervenção em áreas urbanas centrais. Dessa forma, analisaremos primeiramente a ideia de Projeto Urbano, suas principais características e seus fundamentos, em nossa visão, explicitamente frutos de uma racionalidade economicista, a qual entende que na cidade contemporânea é imprescindível a implementação de medidas capazes de torná-la um ator competitivo no mercado de cidades, fortalecendo e consolidando possíveis vocações e finalmente estar apta à atração de investimentos. Nesse sentido não podemos deixar de mencionar os processos de *gentrification* como a principal consequência nesses casos. Posteriormente analisaremos os contornos que delineiam uma política nacional de reabilitação de áreas centrais, considerando a priori, que essa política está alinhada – ao menos discursivamente – ao ideário da luta por uma cidade mais igualitária e democrática. Isso nos permite compreender qual é atualmente o posicionamento oficial do Estado, em nível federal, com relação às áreas centrais das metrópoles, além de tornar mais claro qual é o papel do estado enquanto ator relevante no processo. Finalmente, passaremos às especificidades do processo de renovação da área central de Belo Horizonte, no âmbito do Programa Centro Vivo, entendido aqui como o momento onde as representações do espaço tomam forma. Trata-se de nossa leitura particular acerca da prática espacial corrente na área central de Belo Horizonte.

²¹ Sobre Operações Urbanas em São Paulo, ver FIX, M. A “fórmula mágica” da parceria público-privada: operações urbanas em São Paulo. In: Schicchi, M. C; Benfatti, D. (Orgs). Urbanismo: Dossiê São Paulo – Rio de Janeiro. Campinas: PUCCAMP/PROURB, 2003, p. 185-198.

2.2. O PROJETO URBANO: ESTRATÉGIAS E AÇÕES

Para Tsiomis (2003), a ideia de Projeto Urbano é, antes de tudo, difusa e contraditória. Apesar de se tratar de uma noção na qual seus significados variam de acordo com as especificidades legais ou urbanísticas de cada país, o autor considera que há pontos comuns entre *project urbain*, *projeto urbano*, *urban design*. O que talvez haja de comum a todas essas denominações é que todas elas surgem em resposta ao urbanismo normativo e funcionalista praticado principalmente nos anos vinte do século passado.

É sabido que, após sua consolidação com a Carta de Atenas, o urbanismo, enquanto técnica, estabelecia às cidades – independentes de suas especificidades – normas e métodos rígidos de traçado e zoneamento. Mais do que isso, a cidade deveria obedecer a imposições normativas balizadas em torno de uma concepção abstrata de cidade ideal. Esta concepção está muito bem representada nas propostas de muitos dos arquitetos e urbanistas do século XX, sobretudo aqueles organizados em torno dos CIAM, e sintetizadas no documento conhecido como Carta de Atenas²². Essas disposições vieram a se concretizar desde o início do século passado, na Europa e Estados Unidos, e se intensificaram e se disseminaram nos anos que seguiram ao pós-guerra. Tais práticas se efetivaram em alguns países do terceiro mundo, como foi o caso brasileiro (Brasília) e indiano (Chandigarh), locais onde essas ideias encontraram condições políticas e ideológicas ideais para sua concretização.

Sem entrar em detalhes sobre o urbanismo modernista, o fato é que tais práticas começaram a ser questionadas já mesmo por volta dos anos 50, principalmente por um grupo de jovens arquitetos, que se organizaram formando uma vertente crítica no interior do movimento moderno em arquitetura e urbanismo. O Team-X²³, como passou a ser

²² Os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM) realizados entre os anos de 1928 e 1956 estabeleceram as bases práticas e ideológicas que nortearam a produção arquitetônica e urbanística no período, sobretudo na Europa, onde se realizaram todos os encontros. É no IV CIAM – que, sob a influência de Le Corbusier, marca um novo posicionamento do grupo, enfatizando a cidade e o planejamento urbano – em que são definidas as 111 proposições que compõem a Carta de Atenas. Essas se agrupam sob 5 temas principais: habitação, trabalho, recreação, circulação e edificações históricas. Sobre esse período, ver FRAMPTON, Kenneth. *História crítica da Arquitetura Moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

²³ Os principais integrantes do Team-X eram Peter e Alyson Smithson, Aldo Van Eyck, Jacob Bakema, George Candilis e Shadrach Woods. Foram responsáveis pela organização do X e último CIAM, realizado em Dubrovnik, em 1956, marcando uma posição crítica em relação aos dogmas funcionalistas que reinavam absolutos no campo da arquitetura e urbanismo. Ver FRAMPTON, Kenneth. *História crítica da Arquitetura Moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

denominada essa subcorrente moderna, foi profundamente influenciada por outras disciplinas das ciências humanas. Esse grupo questiona os fundamentos totalizantes e homogeneizadores do urbanismo moderno, propondo formas de ação e pensamento que fossem menos abstratas e mais próximas das especificidades locais. Essa maneira de fazer e pensar a arquitetura e o urbanismo não é exclusivo desse campo do conhecimento e ocorre em outras disciplinas científicas, a partir dos anos 60. Dessa forma, podemos afirmar que o Projeto Urbano, em sua acepção primeira e original, corresponde a uma resposta ou reação, levada a cabo por um movimento de contestação surgido no seio da própria arquitetura e urbanismo modernistas e que, pelo menos inicialmente, pode ser considerado como uma nova postura em relação à realidade urbana. Nesse sentido Tsiomis afirma que:

Nesta nova abordagem para a época, cujas origens remontam a Patrick Geddes e onde a influência de Lewis Mumford é visível, a contaminação da antropologia e das outras ciências humanas é evidente. É esta contaminação que mina os fundamentos das certezas de um urbanismo com pretensões 'científicas' e, em consequência, de um urbanismo puramente normativo (TSIOMIS, 2003 p.280).

Entretanto, depois de decorridos quase trinta anos, o Projeto Urbano, em nossa opinião, não pode ser considerado como uma estratégia de ação homogênea. Se considerarmos os diversos processos de requalificação urbana em curso, podemos concluir que cada um deles é um conjunto de intervenções, soluções urbanísticas e arquitetônicas, que variam de lugar para lugar, apesar de, como já dito, terem à disposição um repertório limitado de opções. Para Tsiomis, a noção de Projeto Urbano é variável e comporta diversos significados, devido principalmente ao contexto de incerteza no qual ele é implantado. Dessa forma, mais que procurar uma definição, deve-se buscar as dominantes que são comuns aos Projetos Urbanos. De acordo com esse autor elas são:

I) O Projeto Urbano está sempre submetido a um plano ou programa.

II) Pode ser um projeto de embelezamento disfarçado de estratégia, ou uma estratégia disfarçada de projeto de embelezamento.

III) Ele responde a uma estratégia territorial.

IV) Em outros casos pode não estar vinculado a plano algum, aparecendo como intervenção isolada.

V) O Projeto Urbano articula ou se torna “lugar” onde se confrontam os interesses de diversos atores.

VI) Geralmente ligado à concepção do espaço público, ainda que para essa expressão não haja nenhuma ou pouca referência. (TSIOMIS, 2003 p.281).

Esse delineamento, apesar de útil, é ainda muito vago e não permite precisar a noção de Projeto Urbano. De fato, Tsiomis evita proceder a qualquer definição acabada da expressão, precisamente por estar submetido tanto a fatores externos (interesses múltiplos, aspectos econômicos, questões políticas), quanto também às condicionantes mais específicas e imediatas de projeto. Dessa forma, o que apreendemos até aqui é que o Projeto Urbano, à medida que é a arena onde se convergem interesses situados em múltiplos níveis, é uma modalidade de intervenção que está essencialmente situada no limiar entre dimensões distintas da produção do espaço. Está entre uma ordem distante, aquela que corresponde a interesses ou condicionantes de ordem política e econômica muitas vezes supra-locais ou internacionais, e entre uma ordem próxima, pois deve ser uma resposta a uma problemática específica e imediata, ou seja, deve responder a questões de projeto e conflitos localizados na escala do local.

Para Tsiomis, o Projeto Urbano se situa entre a autonomia relativa aos imperativos mais imediatos da ação urbanística (formais, históricos, ambientais) e à heteronomia relativa aos imperativos dos atores ou fatores externos que indiretamente afetam o projeto (Tsiomis, 2001). De qualquer forma, excluimos de nossa análise qualquer consideração que leve a crer que o Projeto Urbano representa simplesmente uma prática espacial fundamentada em conceitos opostos àqueles do urbanismo moderno. Isso seria estabelecer uma definição acabada e redutora para essa prática.

Tsiomis ainda afirma que o Projeto Urbano é também um mediador entre as diferentes estratégias dos vários atores implicados. Aqui seu caráter heteronômico emerge como ponto de convergência entre lógicas às vezes divergentes, ainda que tais alianças possam ser muito frágeis, fazendo do processo de projeto somente o momento de maior equilíbrio entre interesses opostos.

Dessa forma, ainda caminhando no sentido de precisar mais e melhor o Projeto Urbano, podemos afirmar que ele atende a seus objetivos próprios (a deficiência em relação a um equipamento público, a falta de moradia, circulação), mas atende também a interesses e objetivos que ultrapassam as questões imediatas e a problemática que envolve as questões do entorno. Trata-se de afirmar que sua autonomia é apenas relativa, atendendo também aos interesses do outro.

Entretanto, a essência do Projeto Urbano seria multiclassista, não estando vinculado nem somente aos moradores e usuários da área afetada, nem aos grandes grupos que investem no espaço. Pelo contrário, o Projeto Urbano atingiria a diferentes grupos sociais, uma vez que significa o momento de aliança – ainda que precária – entre eles. É a partir dessa consideração que o autor depreende um outro comportamento incerto em relação ao Projeto Urbano: a relação entre morfologia urbana e as temporalidades coexistentes na cidade permitem situá-lo entre a diacronia e a sincronia.

As transformações sofridas pelo espaço, ao longo do tempo, permitem que ele assuma diferentes significados no decorrer de um eixo temporal linear. Ao mesmo tempo, os diferentes significados que o espaço adquire entre os vários grupos sociais, faz com que a forma da cidade, (ou melhor, o significado das formas) assumam múltiplas significações na medida em que tal espaço é lido ou percebido de maneiras diferentes entre um grupo e outro, dependendo das representações do espaço que são válidas para um determinado grupo. São essas mudanças de significado que permitem que a forma da cidade mude sincronicamente. Além de uma estratificação econômica, acompanha uma estratificação de leituras em relação ao espaço urbano.

Por outro lado, os Projetos Urbanos também denunciam o posicionamento dos principais atores sociais, em relação à conjuntura da cidade. Esse posicionamento pode refletir o modo como esses atores enxergam a cidade: entre a crise e a mutação. Entre eles existe uma diferença de escala: há os Projetos Urbanos que se posicionam diante de uma crise do espaço, no caso, uma crise da cidade, para a qual se orientam intervenções reparadoras capazes de reativar cidades ou centralidades em crise, como o declínio econômico, por exemplo. Por outro lado há Projetos Urbanos que se inserem numa perspectiva de crise ou mutação de escala global. Enquanto os primeiros correspondem a intervenções mais modestas, de embelezamento ou patrimoniais, os segundos são projetos ambiciosos nos quais a própria crise da cidade aparece como oportunidade de transformação, devendo ser combatida, acelerando o processo de transformação.

Observando o fenômeno da globalização, há teorias, visões ou tomadas de posição que dizem que o problema não é

mais afrontar a crise, mas inovar seguindo a mutação econômico-social, espacial e territorial. Entretanto, no Projeto Urbano, estes posicionamentos que seguidamente não exploram as razões políticas profundas desta mutação, se reduzem a acompanhar de maneira acrítica ou cínica as tendências econômicas dominantes para responder simplesmente a programas de sua conveniência (TSIOMIS, 2003, p.283).

No entanto, é o próprio autor quem chama atenção para o fato de que, uma tomada de posição em relação a crise ou mutação das cidades não faz sentido e, citando Lefebvre, afirma que “urbano e crise é uma tautologia” e que “o projeto urbano deve atender simultaneamente tanto a crise quanto a mutação” (TSIOMIS, 2003). Ou seja, independente de sua escala de atuação, o Projeto Urbano deve procurar ir ao encontro da problemática urbana. De qualquer maneira, para Yanis Tsiomis, ele é menos uma prescrição impositiva, e mais uma tomada de posição (*démarche*) em relação ao espaço e à cidade. Ainda que subordinada a uma estratégia, e configurando uma intervenção concreta no espaço, o Projeto Urbano deve responder às especificidades de cada caso, não a partir de corolários normatizantes ou de uma agenda estabelecida *a priori*, e sim procurando soluções derivadas do pacto estabelecido entre os diferentes atores urbanos. Se enquanto solução formal, o Projeto Urbano não pode ser visto como oposto ao funcionalismo modernista, enquanto *démarche* específica representa um posicionamento definitivo e claro em relação à cidade. Ele postula soluções díspares e abertas em relação ao espaço concebido e vivido, e é essa *démarche* que Tsiomis considera como “*antítese em relação aos princípios estritos do movimento moderno e do urbanismo do planejamento*” (TSIOMIS, 2003, p.284).

Outros autores também apresentam os novos Projetos Urbanos como uma alternativa ao urbanismo modernista. Para MACHADO (2004), esse é caracterizado sobretudo por “*procedimentos mais reflexivos, adaptados a uma sociedade complexa e a um futuro incerto*”, uma vez que o urbanismo normativo e funcional “*torna-se defasado*” (MACHADO, 2004, p.91). Supondo-se que a sociedade e a cidade se encontram agora em um contexto de imprevisibilidade, os diversos projetos que compõem o plano seguem os acontecimentos e os caminhos que a cidade percorre, aproveitando-se das oportunidades e dos momentos mais propícios à ação.

Para essa autora, os Projetos Urbanos tem a priori uma natureza incerta, sendo difícil prescrever uma agenda prévia de projeto. Entretanto, também concorda que obedecem a uma estratégia mais ou menos definida. Para Machado, “*o Projeto Urbano*

pretende enfrentar a crescente dificuldade de reduzir as incertezas e os imprevistos de uma sociedade aberta, democrática, e marcada pelas acelerações da nova economia” (MACHADO, 2004, p.92)

Citando Ascher, a autora concorda que o Projeto Urbano, em seu processo, é a instância de negociação onde se imbricam os interesses e as circunstâncias definidoras da ação, sendo que o projeto representa uma decisão acertada entre os diferentes atores sociais no palco urbano. Acima de tudo, representa “*o contrato pela lei, a solução pela norma*” (MACHADO, 2004, p.92). Criticando a denotação vazia com que a expressão é utilizada, muitas vezes, como mera solução de composição urbana, cita Devilliers (1994) que tenta resgatar seu significado original antes de ser indiscriminadamente banalizado nos anos 90. É nessa época que, no Brasil, surgem as primeiras experiências concretas de intervenção, recebendo todas elas a denominação genérica de Projetos Urbanos: Rio de Janeiro, Santo André, Recife, Salvador, Porto Alegre, Belém.

Devilliers (1994), citado por Machado (2004), afirma que o projeto não se faz diante de necessidades urgentes, ele é construído aos poucos e é resultado da interação e debate entre todos os agentes. Para ele, o Projeto Urbano tem um caráter global, devendo atuar na totalidade dos espaços públicos da cidade, promovendo uma continuidade espacial (DEVILLERS, 1994).

Acima de tudo, o Projeto Urbano “*caracteriza-se por não ter uma codificação prévia*” (MACHADO, 2004, p.93), ou seja, cada projeto é único, tanto em soluções quanto em metodologia, pois os atores e as situações são variáveis. Ainda assim, mesmo que os Projetos Urbanos se diferenciem de caso a caso, para Machado eles possuem traços em comum devido ao atendimento de “*interesses gerais*”. Eles não se limitam a questões estritamente espaciais, mas principalmente sociais e econômicas.

A autora salienta que tais intervenções ganham força na medida em que o Estado abandona uma política baseada na provisão ampla de investimentos públicos, e reforça a finalidade dos Projetos Urbanos como saída viável em um contexto, que Tsiomis classificaria como de mutação. Para ela os Projetos Urbanos são necessários após o “*enfraquecimento dos estados e preponderância dos municípios num contexto de disputa por investimentos globalizados*” (MACHADO, 2004, p.93). À medida que esse contexto se consolida, de “*ciudades como atores sociais*”, se generalizam essas formas de intervenção. Elas se tornaram, para a autora, como “*uma forma de aumentar sua visibilidade, aumentar o acesso à cidade e à boa urbanidade*” (MACHADO, 2004, p.93). São caracterizadas por serem ações pontuais, em áreas com problemas específicos, podendo ser apenas melhorias em espaços públicos, até a implementação de grandes

infraestruturas. Para Machado, o Projeto Urbano é o novo paradigma de intervenção na metrópole contemporânea e é próprio dela. Fica claro para essa autora que, uma cidade que postula um lugar no circuito de cidades globais, ou até mesmo para ser digna do adjetivo contemporânea, deve necessariamente adotar soluções que configuram um Projeto Urbano.

Numa perspectiva explícita sobre o papel dos Projetos Urbanos, num contexto de crise da cidade, Moscato (2003) afirma que é uma alternativa, principalmente aos planos diretores, em geral uma síntese de decisões e consensos acertados entre os atores, impondo um quadro estático em relação às ações que devem ser colocadas em prática na cidade. Por sua “natureza passiva”, o plano torna-se incapaz de acompanhar e responder com as devidas ações, as transformações em curso na cidade. Nesse sentido, torna-se necessário que esse plano incorpore mecanismos de ação que incidam sobre um tempo e espaço pré-estabelecido e que possibilite responder às questões mais imediatas sobre cidade. Sob o ponto de vista desse autor, o Projeto Urbano vem a ser o momento no qual a cidade toma consciência de si mesma, “escolhendo” na prática concreta, os destinos e as formas em que serão empregados os investimentos públicos. Trata-se de um mecanismo de fazer cidade, em seu sentido mais estrito:

Assim, o projeto urbano cumprirá o papel de evidenciar para a população o modelo de cidade escolhido. Desta forma, o projeto urbano será o instrumento que resolverá a contradição entre o plano de conjunto e o urbanismo de fragmentos. Além disso, se constituirá no modo real de construção da cidade (MOSCATO, 2003, p.275).

Nesse sentido, o Projeto Urbano é responsável pela construção de uma imagem de cidade que seria o reflexo da consciência crítica dela sobre si mesma, por parte dos cidadãos. Essa nova imagem deve ser capaz de suplantar a imagem anterior em crise e representa, por sua vez, algo a ser superado. O Projeto Urbano constrói não só uma nova cidade, mas uma cidade que emerge vitoriosa de um momento de crise. Para Moscato, portanto, o Projeto Urbano deve buscar dar forma concreta a uma concepção de cidade estabelecida pelo seu imaginário coletivo.

O que é comum na conceituação de Projetos Urbanos em todos esses autores, é o fato de ser apresentado como uma solução contemporânea para a crise da cidade, seja ela inscrita apenas no contexto local, seja ela de caráter mais abrangente. Outra característica é o Projeto Urbano como momento de convergência de interesses entre os

mais diversos atores da cidade. No caso específico de Moscato (2003), esse é um reflexo da consciência de toda a cidade sobre si mesma, o que remete a um caráter democrático e abrangente do processo de planejamento, capaz de espelhar na concretude das práticas, as representações de toda a coletividade urbana.

Ressaltamos aqui que tal imaginário, quando plasmado em projetos e intervenções concretas, responde mais aos requisitos impostos por agentes externos e pelo mercado de cidades do que propriamente o reflexo de uma leitura crítica da cidade, por parte de seu corpo social. O que se verifica é que tais intervenções são as materializações de um “imaginário coletivo” bastante específico, que responde aos preceitos estéticos e hábitos de consumo de atores específicos, sejam eles os investidores ou consumidores primários desse espaço. Isso explica uma contradição entre o discurso sobre o Projeto Urbano e as práticas espaciais. Se essa imagem é uma solução, tanto em busca de competitividade quanto de uma suposta leitura coletiva do espaço, era de se esperar resultados diversificados e que devessem atender às especificidades de cada caso ou cidade, mas o que se observa é uma homogeneidade projetual, através da replicação das mesmas fórmulas tanto no planejamento quanto nas soluções típicas de urbanismo.

Observamos hoje, no que diz respeito às intervenções urbanísticas propriamente ditas, um repertório de soluções formais que, se por um lado é vasto e diversificado, por outro é, em sua essência, replicado e repetido através de um mesmo modelo; esses espaços geralmente atendem a um público consumidor de espetáculos culturais, grandes eventos onde se realizam negócios, e formas de habitar bastante características. Trata-se de afirmar que, se existe uma dominante comum a todos os casos, ela diz respeito a atender esse público, fornecendo esse espaço-mercadoria e as condições de consumo. Nesse sentido, busca-se a visibilidade e promoção da cidade em um circuito superior de fluxo de capitais. De fato, não poderia ser diferente, uma vez que em todos os casos onde se verificam esse tipo de posicionamento ou *démarche*, há a repetição da mesma solução, ou seja, partem de um mesmo caso bem sucedido, tornado o modelo no qual se espelham as outras cidades.

No sentido colocado por Vainer (2002), a imagem renovada da cidade é uma consequência que tem por objetivo sustentar a condição de “superação” conseguida pela cidade diante de uma crise, ou “sentimento de crise” generalizado. É a imagem da cidade, traduzida em um urbanismo de impacto, que garante as condições que asseguram a “trégua social” necessária a uma cidade competitiva, sendo que os Projetos Urbanos se constituem em meios que informam aos atores relevantes o grau de

potencialidade para o investimento ou consumo desse espaço. Em relação a esse urbanismo promotor de cidades, Vainer afirma que²⁴:

Com tal objetivo, o urbanismo monumentalista patriótico é reentronizado, produzindo no final do século XX os novos arcos do triunfo do capital transnacionalizado. A instrumentalização imediata e consciente das tecnologias urbanísticas e arquitetônicas, bem como de capitais, para mobilizar consciências, é claramente enunciada como tendo por objetivo primeiro alimentar o patriotismo cívico (VAINER, 2002, p.94-95).

Assim sendo, esse urbanismo espetacular serve a dois objetivos aos mesmo tempo. Funciona como mecanismo que despolitiza o espaço da cidade, ao agregar diante de uma única causa – a qual muitas vezes se dogmatiza por se tornar algo acima de qualquer questionamento – a diversidade de atores da cidade, instaurando um clima de otimismo cegante em relação a tais objetivos. Por outro lado, essas condições potencializam os investimentos e encorajam o aporte de capitais e atores externos.

2.3 GENTRIFICATION E POLÍTICAS DE REABILITAÇÃO

Além da noção de Projeto Urbano, não podemos deixar de discorrer sobre as consequências negativas que acompanham os processos de intervenção em áreas centrais. Sejam eles em países de centro ou de periferia, e independente da terminologia usada, o que se verifica, após a implementação desses projetos, são mudanças de caráter social, envolvendo os moradores e usuários desses espaços. Podemos dizer que os processos de intervenção em áreas centrais dão início a um outro processo, que consiste na troca ou substituição de antigos residentes por outros novos, pertencentes a classes sociais de maior poder aquisitivo. Iremos discorrer sucintamente sobre esse fenômeno - a *gentrification*, ou conforme o termo é às vezes usado no Brasil, enobrecimento. Optamos por utilizar o termo em sua acepção original, mesmo que

²⁴ Para Vainer (2002), o papel desse urbanismo promotor está diretamente relacionado com a sustentação do que ele chama de *patriotismo cívico de cidades*. Após uma análise crítica do Plano Estratégico do Rio de Janeiro, esse autor afirma que o sucesso do plano está condicionado, entre outros fatores, à disseminação de um sentimento generalizado de crise da cidade, para que, então, possa existir as condições para que os atores sociais relevantes se compactuem no sentido da construção de uma cidade renovada, apoiada no *patriotismo cívico da cidade*. Em relação a essa interpretação, ver VAINER, 2002.

etimologicamente isso signifique um distanciamento ainda maior do contexto brasileiro. A opção por abordar a temática da *gentrification*, neste trabalho, deve ser esclarecida em dois pontos: em primeiro lugar, nosso trabalho não se trata de uma pesquisa sobre tal problemática e muito menos sugere que no contexto do Hipercentro de Belo Horizonte, haja algum indício do estabelecimento de *gentrification*²⁵. Ainda que para nós exista essa possibilidade, para que isso pudesse ser afirmado seria necessária uma pesquisa mais detalhada sobre o mercado imobiliário e o padrão socioeconômico de possíveis novos moradores no Hipercentro. Em segundo lugar, essa abordagem se deve ao fato de que as análises sobre o fenômeno de *gentrification* podem lançar luz sobre o processo de renovação de centralidades urbanas de uma maneira geral, avançando para além da questão da substituição de moradores ou usuários.

O termo *gentrification* foi usado pela primeira vez pela socióloga Ruth Glass em 1964²⁶. Denota a substituição dos antigos moradores de uma área por outros novos. Tal mudança ocorre em relação à classe social que ali se estabelece e não implica necessariamente transformações físicas (demolições ou reconstruções) que possam ocorrer antes ou depois dos novos moradores. É importante salientar que, na maioria das vezes, a área em questão é submetida a intervenções físicas superficiais e não transformam o caráter arquitetônico local. Portanto, trata-se de uma mudança social que implica a conservação dos atributos físicos da área, por serem estes (somados a questões simbólicas e ou históricas) os responsáveis por uma determinada atribuição de significado por parte de um público particular. Para Rubino, “o habitante que se muda para a área em questão, aceita e aprecia a área como ela é, ou imagina que seja devido às virtudes que identifica naquele lugar” (RUBINO, 2004, p.288).

Ao discorrer sobre o significado do termo, a autora cita o trabalho de Tom Slater (2001), o qual identifica duas vertentes interpretativas para a questão da *gentrification*: uma acredita que sua origem é o capital, a outra crê que seja o consumo.

A primeira, tendo como referência os trabalhos de Neil Smith, crê que o capital imobiliário encontra nos centros das cidades uma oportunidade de auferição de lucros, devido não só à existência de imóveis sem uso ou abandonados, mas também

²⁵ No caso do centro de Belo Horizonte, isso deve ser ainda mais relativizado pois, diferente de outras metrópoles, sua área central sempre conservou, dentre outros, o uso residencial. Atualmente, a renda mensal média dos moradores da região do Hipercentro é de cerca de 10 salários mínimos, conforme os dados obtidos do diagnóstico realizado pela Práxis Consultoria e Projetos, para subsidiar o Plano de Reabilitação do Hipercentro. Nesse sentido ver, Belo Horizonte, 2007.

²⁶ GLASS, Ruth. *London: Aspects of Change*. Centre for the Urban Studies and MacGibbon and Kee, Londres, 1964.

subutilizados. A autora lembra que, nesse caso, trata-se mais de uma volta do capital do que de pessoas.

A outra abordagem do processo tenta explicá-lo através da existência de uma nova classe média, com gostos, hábitos e estilo de vida característicos, capazes de constituir um grupo suficiente para a transformação de uma área. A evolução do processo, de acordo com essa interpretação, tem analogia com processos biológicos; uma vez assentados os primeiros pioneiros, em um quarteirão onde os preços se elevam rapidamente, a valorização se estende por todo o bairro, expulsando aqueles para os quais os preços se tornaram impraticáveis, e ao mesmo tempo, atraindo novos consumidores aptos a pagar por aquele espaço e o estilo de vida que o acompanha.

Analisando os sentidos que o termo *gentrification* adquire nos países desenvolvidos, Smith (1996) salienta que ele muda de acordo com o posicionamento político de seus interlocutores: para alguns que se opõem ao processo e o entendem como danoso e negativo em relação aos moradores pobres locais, esse termo possui uma conotação política ao capturar o sentido de luta de classes presente nas transformações em curso nas grandes cidades. Outros, mais simpáticos ao processo, procuram atenuá-lo através da substituição do termo por outros como “reciclagem”, “renascença”, “revitalização”. Há ainda aqueles que são atraídos pelo fato de tal processo permitir uma leitura otimista, devido a seu senso de renovação, modernização e limpeza urbana. Aí ele é reforçado, principalmente, pelo desinvestimento que marcou a década de 1970 e alimenta a retórica embasada na decadência. Smith salienta que a linguagem da renovação sugere que tais áreas não eram vivas antes da renovação:

The language of revitalization, recycling, upgrading and renaissance suggests that affected neighborhoods were somehow devitalized or culturally moribund prior to gentrification. While this is sometimes the case, it is often also true that very vital working class communities are culturally devitalized through gentrification as the new middle class scorns the streets in favor of the dining room and bedroom (SMITH, 1996, p.32).

O termo *gentrification* expressa o caráter de classe que existe sob o processo, ainda que não seja necessariamente uma “gentry”²⁷ que retorna ao centro, mas sim uma classe média branca. Por isso o termo *gentrification* é mais realista que os outros termos,

²⁷ O termo “gentry” de origem inglesa, diz respeito a camadas sociais pertencentes a uma média nobreza de origem rural.

sendo uma terminologia autoexplicativa. Nesse sentido, uma exemplificação e definição clássica para o termo, cunhada por Ruth Glass é:

One by one, many of the working-class quarters of London have been invaded by middle classes – upper and lower. Shabby, modest mews and cottages – two rooms up and two down – have been taken over, when their leases have expired, and have become elegant, expensive residences. Larger Victorian houses, downgraded in an earlier or recent period – which were used as lodging houses or were otherwise in multiple occupation – have been upgraded once again... Once this process of “gentrification” starts in a district it goes on rapidly until all or most of the original working-class occupiers are displaced and the whole social character of the district is changed (GLASS, 1964, citada por SMITH, 1996).

Smith (1996) ainda aponta para os riscos decorrentes da generalização do termo *gentrification*. Sua difusão - ainda que comporte um lado positivo - principalmente em relação aos estratos mais populares, permitindo-lhes ao menos contestar as interpretações mais românticas sobre a modernização, possui também consequências indesejáveis. É entre alguns círculos mais críticos, acadêmicos ou não, que a banalização do seu significado pode acarretar o esvaziamento de seu conteúdo. À medida que o processo de *gentrification* passa a ser discutido como uma questão de inevitabilidade de intervenção nos núcleos históricos, ele se esvazia de conteúdo social implícito em sua terminologia. Nesses termos, discutir a pertinência ou não de um projeto permite que os atores contrários à *gentrification* sejam considerados de antemão como vozes anacrônicas e incapazes de aceitar as transformações urbanas contemporâneas.

Concordamos que, se tal processo se reduzisse à questão da preservação do patrimônio edificado, posicionar-se contrariamente seria não só anacrônico, como também denunciaria a não compreensão do caráter instável do ambiente urbano. Entretanto, a *gentrification* engendra uma problemática que ultrapassa, em muito, a espacialidade mais imediata da área em questão. O que não se deve perder de vista é o caráter político subjacente à luta de classes que o termo sugere. Assim, a *gentrification* se relaciona mais às disputas de interesse entre atores sociais urbanos, do que necessariamente à problemática arquitetônica ou urbanística envolta sob as intervenções em núcleos históricos. Ainda que essas impliquem também disputas, são bastante estéreis em relação às suas consequências sociais, porque, acima de tudo, não

ultrapassam as questões envolvendo o valor histórico das edificações, a pertinência de intervenções e a compatibilidade temporal entre diferentes abordagens ou linguagens arquitetônicas.

Em essência, o que para Smith (1996) caracteriza os processos de *gentrification* do pós-guerra, das antigas experiências europeias que resultaram em enobrecimento no século XIX, é sua extensão e seu caráter sistêmico. As experiências em Paris e Londres se limitam, espacial e temporalmente, à área ocupada pela cidade e não tem continuidade à medida que se avança para o século XX. Diferente disso, os processos de *gentrification* que vêm ocorrendo desde 1960 nas maiores cidades capitalistas se espalharam por outras cidades grandes e médias de países onde o capitalismo é mais avançado. Mais recentemente, precisamente após 1985, esse processo passa a ocorrer em grandes cidades dos países ditos de terceiro mundo ou em desenvolvimento, como Buenos Aires, Johannesburg e São Paulo. Nesse sentido, seria válido e interessante discutir as possibilidades de replicação e as especificidades do mesmo processo ocorrer em metrópoles secundárias do terceiro mundo. Para Smith, o fato é que, após a década de 60 do século passado, políticas de *gentrification* tornaram-se generalizadas e deixaram de ser exclusivas das grandes metrópoles desenvolvidas.

Outra característica que difere o processo de enobrecimento atual das antigas experiências pontuais, é seu caráter sistêmico. Ou seja, a partir de 1970, a *gentrification* passa a estar integrada com um processo mais amplo de reestruturação econômica de nível global. As contradições no sistema capitalista que originaram formas mais flexíveis de acumulação, resultaram em novas formas e processos espaciais, tanto nas economias de centro quanto na periferia: “[...] *their whole urban geography underwent a concomitant restructuring*” (SMITH, 1996, p.39). No novo contexto econômico onde as cidades se tornaram, ao mesmo tempo, “agentes sociais” e adversárias, a *gentrification* é um processo marcante e característica daquelas que buscam o título de “*global city*”.

Esse mesmo caráter sistêmico do processo é compartilhado por Zukin (1996), para quem a renovação de antigos edifícios e sua refuncionalização como moradias para a classe média ou comércio sofisticado, constitui hoje o *modus operandi* da urbanística contemporânea. Mais que isso, tal prática compreende para Zukin a formação de uma paisagem urbana pós-moderna. Esses espaços são, para a autora, os lugares da mediação entre dois mundos: o mercado e o lugar. Conforme já falado anteriormente, compreendem espaços liminares, através dos quais é possível mapear novas formas de consumo e apropriação cultural. Para Zukin, as áreas centrais passam a ser não somente o destino de investimentos privados em tempos de reestruturação produtiva, mas também são investidos de “valor cultural”:

A pós-modernidade diz respeito à nova inversão das identidades sócio-espaciais entre paisagem e vernacular que tais mudanças implicam. Como o enobrecimento e a novas construções nos antigos centros das cidades, a residência unifamiliar especialmente dilapidada, o vernacular que restou, tudo isso é revisto como paisagem e investido de poder cultural (ZUKIN, 2001, p.208).

Se por um lado isso se relaciona com a capacidade do investidor impor perspectivas novas a uma paisagem e vendê-la, de outro lado sua performance não pode se desvincular de uma tendência que toma de assalto a sociedade contemporânea, a partir de algum momento em 1970, onde “tudo virou cultura”²⁸. Especialmente nas grandes cidades, qualquer artefato material ou imaterial que seja envolto em uma aura de significações, passa a receber atenção ímpar por parte do poder público local, devendo ser preservado, resguardado, tombado. No caso específico do campo da urbanística, tal mudança é responsável pela instauração de um novo paradigma projetual, agora não mais preocupado em harmonizar a totalidade da cidade, e sim obcecado com as especificidades e a microproblemática local.

Não iremos discutir neste trabalho como os novos padrões de gosto são socialmente produzidos e os mecanismos através dos quais esses padrões são impostos ao tecido social. Vamos partir da consideração de Zukin, que considera os processos de *gentrification* como um processo de apropriação cultural. Tal processo parte do momento em que um grupo de pessoas não moradoras do local reivindicam para si o direito de apreciar tal espaço enquanto “produto para consumo cultural”.

Mesmo nos estágios primordiais do enobrecimento, a apropriação cultural é um processo em duas etapas. Primeiro um grupo social que não é relacionado de modo nativo seja à paisagem seja ao vernacular toma uma perspectiva de ambos. Em segundo lugar, a imposição de sua visão – transformando o vernacular em paisagem – conduz a um processo material de apropriação espacial (ZUKIN, 2000, p.210).

²⁸ Nesse sentido, ver ARANTES, Otilia. Cultura da cidade: animação sem frase. Revista do Patrimônio, nº 24. Brasília, IPHAN / Ministério da Cultura, 1996, p. 229-240

É nesse momento que ocorre o que Zukin denomina de “inversão de vernacular em paisagem” (ZUKIN, 2000), quando extratos sociais de alta renda – a “infraestrutura crítica” – atribuem ao espaço a chancela de “bem cultural”. O processo de *gentrification* é desencadeado e após o momento em que se instalam os novos moradores, essa infraestrutura crítica procede à disseminação de seus próprios valores – em relação ao lugar, agora transformado em paisagem – reeducando o gosto e transformando o modo pelo qual outros possíveis consumidores interpretam uma área anteriormente considerada como pouco atrativa.

A análise de Zukin no tocante à *gentrification*, é, portanto, uma integração entre as duas perspectivas opostas e propostas por Slater, como modos de interpretação desse processo. Se, por um lado, a etapa contemporânea do capitalismo requer o investimento na produção de uma espacialidade distinta, por outro lado ela não teria êxito, ou melhor, o consumo desse espaço não se efetivaria sem que uma mudança estrutural de gosto e padrões culturais se generalizasse nas centralidades urbanas. É nesse sentido que o próprio Smith também aceita a tese de que processos de enobrecimento devem ser compreendidos a partir da correlação de forças econômicas e novos hábitos culturais. Assim, ao relacionar a flexibilidade econômica pós-fordista e o pós-modernismo em termos culturais, questiona a forma como podemos interpretar o fenômeno da *gentrification*: “*If Baudelaire, Engels and Berman all saw the Haussmannization of Paris as one defining moment of a capitalist modernity, can we see in gentrification a defining geography of posmodernity?*” (SMITH, 1996, p.43).

Se pensarmos o processo no contexto brasileiro, podemos levantar algumas questões: alterações no uso de imóveis e o investimento privado na restauração são suficientes para gerar transformações substanciais numa região? Por outro lado, há a existência de grupos sociais suficientemente consolidados para impor um determinado modo de vida e operar um processo de enobrecimento? Quais seriam as especificidades dos processos de enobrecimento – se é que podemos chamar assim – no caso de algumas metrópoles brasileiras?

Para Rubino (2004), algumas cidades brasileiras cujos centros tradicionais passaram por revitalizações, principalmente aquelas ligadas à atividades turísticas, sofrem já um processo de *gentrification*. A autora, citando os casos de Recife e Salvador, afirma que, em ambos os casos, a revitalização causada principalmente sob a égide da preservação e tombamento de sítios históricos, transformaram essas áreas em locais de consumo, de encontro e pontos turísticos. Entretanto, tais ações parecem ter sido insuficientes para transformar o perfil residencial dessas áreas:

Ainda que se trate de um processo de gentrification, é também uma mudança de uso, de função da área – ainda que mais ‘nobres’, os novos usuários estão ali muitas vezes de passagem, o que enfatiza o consumo visual, mas enfraquece o argumento do morador que carrega consigo um novo estilo de vida (RUBINO, 2004, p.293).

Dessa forma, o que não parece ocorrer no caso brasileiro é a mudança de classe social entre os moradores, ou esta é somente uma mudança não consolidada e ainda em curso. No entanto, como sugere Rubino (2004), uma tendência de planejamento claramente alinhada com “a matriz corporativa” (FERNANDEZ, 2004) tem sido colocada em prática em muitas das metrópoles brasileiras, evidenciando a produção e consumo do espaço ligado ao turismo e às atividades culturais. A leitura sobre o tema da *gentrification* pode colaborar tanto no esclarecimento de como esse processo se delineia, quanto no sentido de explicitar os efeitos de um alinhamento às práticas mercadofílicas de planejamento e urbanismo.

Enfatizamos o caráter polarizador dos centros urbanos atuais, através de práticas espaciais que têm origem em outros referenciais. Vamos apresentar as políticas públicas estatais voltadas para os núcleos históricos das cidades, e que, a princípio, configuram uma matriz de ação e pensamento oposta àquela vista até aqui. Como sugere Fernandes, o “campo do direito” tem como perspectiva a produção de um espaço mais democrático e que atenua as tendências segregadoras que têm acompanhado as práticas espaciais correntes.

2.4 A REPRESENTAÇÃO ESTATAL DO ESPAÇO DE TODOS

Para Botler e Rolnik (2004), o processo de crescimento das cidades brasileiras, ocasionado principalmente devido ao intenso fluxo migratório originário do campo, produziu um adensamento das áreas urbanas via extensão das áreas periféricas. Esse padrão de urbanização, que se inicia a partir da década de 1950 e se intensifica entre meados dos anos 60 até início dos anos 80, terá grandes implicações para a estruturação e dinâmica das áreas centrais das grandes cidades brasileiras. Orientado pelo modelo de planejamento urbano vigente na época, que privilegiava a expansão da infraestrutura viária, e por uma política de habitação subsidiada por linhas de crédito

destinado tanto à produção de grandes loteamentos para classes populares, quanto para centralidades novas para a classe média, há o esvaziamento dos centros tradicionais²⁹.

Soma-se a isso mais dois fatores: de um lado, certo desestímulo por parte dos planos metropolitanos em ocupar os núcleos centrais com usos institucionais. De outro, o fato das políticas voltadas à conservação do patrimônio material – já bastante consolidadas a partir de 1980 – terem uma orientação no sentido de congelar os núcleos históricos tradicionais como resquícios de uma temporalidade incompatível com os usos correntes e que, portanto, deveriam permanecer intactos.

Enquanto os edifícios de algum valor histórico/cultural passaram a ser vistos como patrimônio e protegidos de qualquer função que não a de simples monumento arquitetônico, os centros se esvaziam não só em relação ao número de residentes, mas também em relação às atividades que tradicionalmente tinham esse espaço como suporte³⁰. Para Botler e Rolnik, é exatamente nesse momento em que, iniciado o esvaziamento do centro, há uma transformação em relação à qualidade dos espaços centrais, *“degradaram-se os espaços públicos e o acervo edificado. Proliferaram os cortiços e foram gerados vazios urbanos no coração das cidades”* (BOTTLE e ROLNIK, 2004, p.143).

A partir daí, têm início as tentativas de revitalização, já na década de 1980, e que inicialmente não eram mais que políticas de preservação restritas aos sítios históricos, incapazes de reverter a situação de subutilização das áreas centrais. Nos anos 90, conforme já visto, organismos internacionais impõem um modelo de planejamento calcado na disputa por investimentos transnacionais, contaminando, em muitos aspectos, o planejamento urbano em algumas cidades brasileiras como Rio de Janeiro, Salvador, Curitiba e São Paulo, e conseqüentemente intensificando a disputa dessas cidades pelo aporte desses capitais internacionais. Em relação ao ambiente construído, as áreas centrais, ou núcleos históricos dessas cidades passam a ser o polo de projetos urbanos geralmente subordinados a planos estratégicos, que visam à promoção da imagem dessas cidades no contexto da economia globalizada. A renovação das áreas centrais, nesse sentido, faz parte das políticas de *marketing* de cidade que, conforme apontado

²⁹ Soma-se a isso o aumento vertiginoso do número de automóveis nas grandes cidades brasileiras no período do “milagre”. Por um lado, os congestionamentos, o barulho e o tráfego intenso dos automóveis contribuíram para tornar as áreas centrais locais pouco convidativas a moradores e pedestres. Por outro, eles viabilizaram às classes médias o abandono dessas áreas em direção a novas centralidades nos arredores do centro tradicional.

³⁰ No caso de Belo Horizonte, a fuga de algumas atividades do centro tradicional deve-se à formação de outras centralidades, mas em parte deve-se também à sua expulsão induzida pela legislação, como veremos adiante.

por Sanches, é possível verificar *“uma ênfase na forma mais que na função, uma ênfase nos projetos urbanos pontuais mais que nos planos gerais, buscando melhorar a imagem urbana mediante a criação de novos espaços ou pela revitalização de espaços antigos”* (SANCHES, 1999, p.123).

Os autores salientam que muitas cidades brasileiras, “globalizadas ou não”, adotaram o modelo e tornaram generalizadas intervenções em áreas centrais. Esse modelo, entretanto, se analisado no contexto global de grandes metrópoles de economias periféricas ou emergentes, como é o caso brasileiro, expõe fragilidades e contradições. Dessa forma é necessário atentar para as especificidades, tanto do contexto metropolitano das cidades brasileiras, no tocante ao déficit habitacional, quanto das práticas espaciais que têm lugar em cada centralidade enquanto um microcosmo particular.

Trata-se de questionar a prática corrente de orientar os investimentos para as áreas centrais, tendo em vista a precariedade e o déficit habitacional nas franjas metropolitanas, uma vez que, desde início da década de 1980, a política de subsídios para provimento de unidades habitacionais via BNH entra em declínio até sua completa extinção. Tanto políticas de corte “preservacionista”, que impunham uma ordem estática e inflexível aos centros, quanto o investimento na redefinição dessas áreas como enclaves elitizados, mostram-se incompatíveis frente à carência de ofertas de moradias, sobretudo para classes baixas.

Soma-se a isso, para os autores, uma outra preocupação: o abandono e fuga de atividades das áreas centrais dão lugar a outros usuários e economias pouco desejadas: “vendedores ambulantes e catadores de lixo”, bem como “moradores de rua, cortiços e favelas”, compõem um quadro preocupante, no momento em que a crescente informalidade nas relações de trabalho torna cada vez mais frágil e suscetível a situação das classes baixas.

É por essa perspectiva que Botler e Rolnik compreendem a incompatibilidade de políticas de promoção de cidades em situações onde a metropolização ocorre sem que estágios anteriores tenham se consolidado plenamente, ou seja, onde a aglomeração ainda é um organismo precário. Tendo em vista tais incompatibilidades entre o processo socioespacial de metropolização no Brasil, que tende a criar periferias precárias e alto déficit habitacional, e as práticas que se consolidam em relação aos centros urbanos, principalmente aquelas ligadas às políticas internacionais de revitalização dessas áreas, o Estado, no âmbito federal, se posiciona oficialmente estabelecendo medidas que visem à utilização mais justa da terra urbana. Influenciada pelos setores ligados ao ideário da

Reforma Urbana, ganha impulso a proposta para uma Política Nacional de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais (PRAUC), que se fortalece principalmente após a aprovação da lei que regulamenta o Estatuto das Cidades, que introduz uma noção norteadora das questões metropolitanas, a ideia de função social da propriedade e da cidade.

Tendo como princípio a extensão dos benefícios da urbanização a todas as camadas sociais, bem como a atenuação dos problemas causados por tal processo, uma política de âmbito nacional é então formulada. Tal política anuncia oficialmente a vontade pública de promover um “desenvolvimento includente”.

Trata-se, nesse âmbito, de uma política de reabilitação urbana que crie as condições e instrumentos necessários para conter e reverter o processo de expansão, repovoando e dinamizando áreas centrais esvaziadas de forma multiclassista (ROLNIK e BOTLER, 2004, p.145).

Deve ser salientado que, anteriormente à formulação de uma política nacional de reabilitação, já havia, desde 2000, uma experiência posta em prática em âmbito nacional. Essa experiência foi fruto do trabalho conjunto entre a Caixa Econômica Federal, que dá início ao Programa de Revitalização de Sítios Históricos (PRSH), e o Ministério da Cultura, através do Programa Monumenta.

O PRSH incidia sobre áreas tombadas como patrimônio cultural (não só por Lei Federal), reabilitando imóveis vazios para fins habitacionais. Contava com recursos próprios e provenientes do Programa de Arrendamento Residencial (PAR). Para casos onde houvesse a necessidade de restauro das unidades e o orçamento fosse superior ao limite máximo estabelecido pelo PAR, haveria busca de recursos via lei de incentivos à cultura (renúncia fiscal). Utilizando-se de uma metodologia também usada para reabilitar centros históricos na França, o PRSH, por meio da delimitação de Perímetros de Reabilitação Integrada (PRI), identificaria o conjunto de imóveis com potencial para reabilitação, num contexto de ação conjunta com outros setores públicos (serviços, equipamentos públicos etc), contando com outras fontes de recursos nesse caso. O Programa Monumenta, por sua vez, contava com recursos do BID, do Governo Federal e Municipal, restaurando imóveis tombados pelo IPHAN, além de treinar e capacitar mão de obra especializada. Entretanto, seu campo de atuação é um pouco restrito e limita-se a contemplar somente os imóveis já tombados pelo IPHAN.

Ainda como antecedentes de uma política nacional de reabilitação, houve o esforço pontual por parte de alguns municípios de implantar programas de reabilitação

urbana. São Paulo, Porto Alegre, Recife e Rio de Janeiro estabeleceram programas independentes que, se por um lado tornou explícita a falta de uma política nacional que realmente articulasse os papéis das várias esferas de atuação estatal (municipal, estadual e federal), por outro lado demonstrou a vontade política em nível local para o estabelecimento de um programa mais amplo e articulado.

De uma maneira geral, a reabilitação de centros urbanos parece se focar principalmente na questão do déficit habitacional. Tal programa faz parte da agenda federal de ampliação da terra urbana à população de baixa renda, numa tentativa de superar a condição de extrema exclusão social que caracteriza nosso processo de urbanização. O estoque de imóveis abandonados ou subutilizados nos centros das cidades é considerado como de grande potencial, não só habitacional, mas também cultural, de lazer e comercial. Tais imóveis constituem estatisticamente um montante de mais de cinco milhões de unidades domiciliares vagas³¹.

Assim, o Estado considera que uma política nacional de reabilitação urbana objetiva não só diminuir a expansão periférica das zonas metropolitanas, mas levar às famílias de baixa renda melhores condições de vida, ao oferecer esse estoque subutilizado de imóveis como moradias e equipamentos comunitários. Com a criação do Ministério das Cidades, articulando as propostas tanto do Programa Monumenta quanto do PRSH, inicia-se uma nova fase no tratamento das chamadas áreas centrais degradadas. Criado em 2003, pelo Governo Federal, o Programa Nacional de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais (PRAUC) é uma proposta multi-setorial em que o Ministério das Cidades articula a ação conjunta entre este e o Ministério do Turismo, da Cultura, do Planejamento e dos Transportes.

A formulação de uma política, hoje, parte de um pressuposto de que a reabilitação urbana consiste no processo de recuperação e reapropriação, pelos cidadãos, de áreas já consolidadas da cidade (BOTLER E ROLNIK, 2004, p.146).

Tal política visa ao desenvolvimento social e econômico da cidade, focando-se não mais nas questões estritamente preservacionistas, mas em uma perspectiva mais ampla de *“revitalizar edifícios ociosos, áreas vazias, subutilizadas, além da melhoria dos espaços e serviços públicos, bem como de equipamentos comunitários”* (BOTLER e ROLNIK, 2004, p.146).

³¹ BRASIL. Secretaria Nacional de Programas Urbanos. *Reabilitação de centros urbanos*. Brasília: Ministério das Cidades, 2005.

Em princípio, uma política de reabilitação urbana deve incidir sobre a cidade como um todo. De acordo com esses autores, entretanto, ela prioriza inicialmente áreas centrais, por uma questão prática: as áreas centrais reúnem os elementos favoráveis à aplicação dos instrumentos contidos no Estatuto das Cidades, ainda que tal política pudesse ser aplicada a outras centralidades que não o núcleo histórico.

Dessa forma, a estratégia de requalificação dessas áreas parece incidir principalmente na questão do repovoamento, através de incentivos que visem ao aumento da oferta de moradias, além de ações direcionadas ao enfraquecimento do processo de esvaziamento, através da melhora qualitativa dos espaços públicos. Na verdade, para os autores trata-se de uma política de reabilitação que impeça a expulsão da população de baixa renda e sua substituição por outros extratos sociais. Em suma, uma política de reabilitação deve seguir as seguintes diretrizes gerais:

I) Promover a melhoria da qualidade de vida das populações das áreas centrais.

II) Estimular e consolidar a cultura da reabilitação urbana e edificação.

III) Contribuir para a redução do déficit habitacional por meio da ocupação dos vazios urbanos e acervo edificado.

IV) Apoiar a permanência e inclusão social da população de baixa renda que reside ou trabalha na região, melhorando a acessibilidade à moradia, ao trabalho, e aos serviços públicos.

V) Contribuir com o exercício da função social da propriedade, por meio da aplicação dos instrumentos previstos no estatuto da cidade.

VII) Apoiar a interação das ações públicas municipais.

VIII) Estimular a atuação conjunta pública e privada para viabilizar os investimentos necessários (BRASIL, 2004).

Essas diretrizes estão explicitamente pontuadas nas publicações editadas pelo Ministério das Cidades, objetivando disseminar práticas intersetoriais e a articulação entre

os diversos planos que compõem o planejamento urbano metropolitano, e enfatizam que essas ações de iniciativa estatal, através da atuação do Ministério das Cidades, “*devem induzir a mudança da prática atual de expansão horizontal de nossas cidades, substituindo-a pela prática da reabilitação urbana, contribuindo para recuperar o estoque residencial degradado, conservar o patrimônio cultural e melhorar as condições de vida da população*” (BRASIL, 2004, p.53). Aqui, tornam-se claros os resquícios das experiências anteriores e a impossibilidade de lidar com áreas centrais sem que a discussão passe pela questão das políticas de preservação do patrimônio material. Isso se deve principalmente ao fato das áreas centrais das cidades brasileiras coincidirem com seus núcleos históricos, fazendo com que as políticas de reabilitação passem inevitavelmente pela conservação/proteção do patrimônio cultural. Seja o patrimônio arquitetônico, ou a noção ampliada de patrimônio ambiental urbano³², o fato é que, para o Estado, as políticas de reabilitação devem ser implementadas considerando o acervo cultural existente na área. E é exatamente esse aspecto que vamos destacar.

Apesar de o discurso estar embasado na realização da função social da cidade, principalmente através da provisão de unidades habitacionais, a preocupação com o patrimônio arquitetônico ainda é premente. E não poderia ser diferente, uma vez que, em muitos casos, o grau de degradação e abandono dessas estruturas requer uma atitude rápida por parte do Estado e da iniciativa privada. De certa forma, tal política estabelece uma continuidade com as políticas anteriormente voltadas para a área central. Entretanto, se tais políticas dispunham mais sobre o estabelecimento de normas sobre o patrimônio, assumindo o caráter normatizador e cerceador dos usos e atividades nesses espaços, hoje o Estado adota uma postura contrária, que busca tirar proveito das potencialidades, sobretudo econômicas, que são próprias dos conjuntos históricos.

Portanto o Estado abandona seu papel tradicional de regulador, controlando os usos e ações em áreas tombadas através da negação e adota uma postura de promotor de transformações, “articulando projetos de desenvolvimento”. Nesse sentido, destacamos aqui o significado que o termo “reabilitação” assume no contexto de uma política nacional. Trata-se de um projeto, no qual seus instrumentos de planejamento contemplam “ações estratégicas” que visem ao desenvolvimento do próprio conjunto, tendo como ponto de partida, seu potencial cultural conservado:

³² Ver YÁZIGI, Eduardo. *Patrimônio ambiental urbano: refazendo um conceito para o planejamento urbano*. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges (org.). *Dilemas Urbanos – novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo, Contexto Acadêmica, 2003.

Não se trata mais aqui simplesmente de gerir passivamente – ou pelo poder de controle negativo – as inevitáveis mudanças que sofrem os conjuntos urbanos, mas de induzir estrategicamente o desenvolvimento desses conjuntos, considerando o seu patrimônio cultural como um bem e como importante base para que se construa um projeto de desenvolvimento local (BRASIL, 2004, p.56).

Dessa forma, deve ficar claro que tal política nacional, não visa apenas à recuperação do estoque subutilizado de habitações, mas também a promover as condições que permitam sustentar o desenvolvimento dessas áreas, a partir de seu potencial cultural. Assim, uma definição mais sintética de uma política nacional seria a:

Gestão de ações integradas, pública e privada de recuperação e reutilização de áreas já consolidadas da cidade compreendendo os espaços e edificações ociosas, vazias, abandonadas, subutilizadas, insalubres e deterioradas, a melhoria dos espaços e serviços públicos, da acessibilidade e dos equipamentos comunitários (BRASIL, 2004, p.56).

Para o Estado, a reabilitação tem, além da função de criar novas unidades habitacionais, também a de restituir antigas funções a essas áreas. Procurando subsidiar economicamente as propostas locais, o Ministério apoia os projetos enquanto os municípios elaboram e implementam os programas.

Em relação a sua forma de atuação, a principal estratégia do PRAUC é a coordenação das ações e investimentos através de Planos Locais de Reabilitação de Centros, apoiados técnica e financeiramente pelo Ministério das Cidades. A necessidade de um plano local é premente, devido à não articulação entre diferentes setores municipais, o que é uma situação generalizada nas administrações locais, somada à não integração dessas políticas nos níveis estaduais e federais. A formulação desses planos locais é uma tentativa de avançar, tanto em uma proposta intersetorial, quanto de participação social. Tanto o plano local quanto as ações e intervenções são apoiadas com recursos do orçamento geral da União. Assim, a Política de Reabilitação de Áreas Centrais teria a função de fomentar ações, cabendo ao município a gestão do plano local, e das intervenções urbanísticas.

Vale ressaltar também que tal programa assume arranjos institucionais que induzam a entrada de capitais privados na reabilitação das áreas centrais. Assim, para o Estado, a própria definição do termo “reabilitação” pressupõe a participação de atores privados nesse processo: *“Entende-se por reabilitação, a gestão de ações integradas públicas e privadas [...] na direção do repovoamento e utilização de forma classista”* (BRASIL, 2005, p.12). Na apresentação de suas principais diretrizes, esse aspecto é reforçado em mais de uma vez:

Estimular a atuação integrada do setor público e da iniciativa privada, com vistas a articular os investimentos, públicos e privados, no reaproveitamento do parque edificado, na conservação e melhoria da infraestrutura, dos serviços e equipamentos públicos [...] Adequar a legislação urbanística e administrativa para promover as parcerias público/privadas e públicas/públicas, assim como a gestão social da valorização do solo urbano decorrente das intervenções e a salvaguarda de bens e populações vulneráveis (BRASIL, 2005, p. 13).

As ações de recuperação do patrimônio imobiliário subutilizado requerem ações em conjunto entre vários setores do Estado. Dessa forma, em relação aos imóveis vazios existentes em grandes cidades e pertencentes a diversos órgãos como o fundo previdenciário (INSS), a Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA) ou ao próprio patrimônio da União, o Ministério das Cidades, através de convênios, procura destinar tais imóveis ao PRAUC. Dessa forma, são elaborados projetos de readequação imobiliária aos novos usos, os quais são posteriormente vendidos a agentes públicos como prefeituras, COHAB's ou ao fundo do programa PAR. De acordo com Brasil (2005), no caso do INSS por exemplo, dos 1.073 imóveis encaminhados para alienação em todo o Brasil, pertencem a esse órgão 126 terrenos e prédios com potencial para provisão habitacional em áreas urbanas centrais. É também o caso da RFFSA, que através de convênio com o Ministério das Cidades, Ministério dos Transportes, Ministério da Cultura e Caixa Econômica Federal, tem viabilizado a alienação de boa parte de seus imóveis não utilizados para o PRAUC. A secretaria do Patrimônio da União também tem trabalhado desde 2003, disponibilizando gratuitamente para fins de regularização e habitação seus imóveis, que neste caso são destinados a famílias com renda mensal de até cinco salários mínimos, os quais não são atingidas por outros programas. Com intuito de simplificar a entrega e destinação de imóveis vazios às famílias, a MP 292/96 permite que a alienação possa ser feita diretamente para as próprias famílias (BRASIL, 2005).

O Ministério das Cidades faz questão de frisar que a PRAUC tem um sentido diferente dos programas de revitalização colocados em prática desde a década de 1970 nos países desenvolvidos. Reconhecem-se os efeitos perversos de intervenções em áreas centrais e as diferenças que são próprias a cada processo socioespacial.

Lá, a reconquista dos centros para a ampliação de espaços públicos de qualidade, a implantação de projetos turísticos através do trinômio equipamentos culturais, entretenimento e gastronomia e atração de escritórios inteligentes para gestão de negócios globalizados, constituíram programas que reposicionaram essas áreas no ranking de competição global entre cidades (BRASIL, 2005, p.15).

Para o Estado, tal política nacional deve evitar, por um lado, a formação de novas periferias, devido às possíveis expulsões; e de outro lado, buscar romper com a ideia estabelecida de que requalificação significa necessariamente expulsão de classes populares. Para evitar que haja processos de enobrecimento, promove-se uma ampla oferta de habitações de caráter social nas áreas centrais, fato que, para o Ministério das Cidades, “*constitui-se em um dos eixos de atuação do programa nacional de reabilitação*” (BRASIL, 2005, p.18).

Entendemos que a provisão de habitação nos centros urbanos tradicionais seja a principal medida a ser adotada, no sentido do estabelecimento de uma política abrangente e que tenha como principal objetivo o combate ao padrão segregador do processo de urbanização que caracteriza as cidades brasileiras.

Passaremos agora a uma análise específica do processo de renovação da área central de Belo Horizonte. Faremos um rápido apanhado histórico acerca dos planos e projetos de intervenção na região central, que se intensificaram sob a forma de concursos e propostas, principalmente a partir dos anos 90 e que atualmente se consubstanciam, de fato, no âmbito do Programa Centro Vivo.

2.5. AS INTERVENÇÕES NO CENTRO DE BELO HORIZONTE

2.5.1. Antecedentes

A origem do Hipercentro da cidade liga-se inevitavelmente com as disposições urbanísticas presentes no plano original de Aarão Reis. Podemos afirmar que a região considerada hoje como Hipercentro corresponde, de certa forma, ao núcleo histórico da cidade. De acordo com o plano original de 1894, a definição de uma área funcional, com a sobreposição de residências e comércio, somados à alta densidade de vias de acesso e artérias viárias que cortam ou se cruzam na área, fizeram da porção norte da então zona urbana³³, o núcleo central da nova capital³⁴.

A origem da complexidade do núcleo central está diretamente relacionada com o traçado original de Aarão Reis e com a localização escolhida para implantar os principais edifícios da capital, entre os quais seriam formados eixos estruturadores. Foi assim, por exemplo, com a Praça da Liberdade, local escolhido para abrigar o Palácio da Liberdade, ponto mais alto da área urbana e centralidade do poder por excelência. Em oposição, está a Praça da Estação, localizada na parte baixa da região, às margens do rio Arrudas, onde se instalaram a Estação Ferroviária Central e suas instalações de apoio como galpões, depósitos e armazéns. É nessa região que se estabelece a “porta de entrada” da cidade, tanto para pessoas quanto para mercadorias, que chegavam principalmente do Rio de Janeiro. Essa centralidade também induziu uma ocupação do entorno que privilegiasse essa função, de forma que hotéis, bares e boa parte do comércio se instalassem nas imediações (VILLAÇA, 2001).

Ligando esses dois pontos extremos, temos a Rua da Bahia que permaneceu por muito tempo como principal rua e eixo de animação da cidade. Esta era cortada pela Avenida Afonso Pena, eixo monumental que estrutura toda a área urbana no sentido norte-sul, enquanto no sentido leste-oeste criou-se a Avenida Amazonas. O cruzamento desses dois eixos principais estabelece um ponto, a Praça Sete, que a partir de então carrega por toda a história da cidade o caráter de principal centralidade simbólica. Ao norte da Afonso Pena, no local onde foi construído o atual prédio da rodoviária, a partir da década de 19660, foi criado o Mercado Municipal. Articulando este último e a Praça da Estação, uma via de ligação destinada exclusivamente às atividades comerciais, a Avenida do Comércio, hoje Santos Dumont (BELO HORIZONTE, 1989).

³³ De acordo com o plano original de Aarão Reis, o plano urbanístico para a nova capital a dividia em três grandes zonas concêntricas. Uma zona urbana, formada por uma malha ortogonal cortada perpendicularmente por uma série de grandes avenidas e delimitada por uma grande avenida que a contornava (atual Avenida do Contorno). Uma zona suburbana, mais externa, e destinada a trabalhadores e pessoas que optassem por uma casa de campo. E finalmente uma zona rural, destinada à produção agrícola (COSTA, 1994).

³⁴ Adotaremos a expressão *núcleo central ou tradicional* para designar a região ao norte da área urbana que, a partir do Plano Diretor de 1996, passa a corresponder ao Hipercentro.

É importante salientar que as escolhas feitas pela comissão de planejamento da nova capital irão determinar o padrão de assentamento da área, principalmente no interior da Avenida do Contorno. Nessa área, além de definir a estrutura viária, o parcelamento e um microzoneamento, houve também o detalhamento arquitetônico de alguns equipamentos públicos como o Parque Municipal, praças e pontes. Nessa mesma região houve também uma grande diferenciação interna, não somente no que tange aos tipos de uso – o que já estava explicitamente claro no plano – mas também em relação ao tipo de morador que ocupa a área urbana. Nessa área planejada para se constituir como espacialidade privilegiada, a seletividade da ocupação foi garantida graças à aquisição dos terrenos através de leilão. Nota-se que existiu uma tendência à elitização, não só no entorno próximo dos prédios institucionais, mas de toda a área urbana, enquanto a chamada área suburbana, destinada principalmente à mão de obra usada na construção da cidade e antigos moradores locais, foi ocupada de forma intensa (COSTA, 1994).

Devido ao fato de ter se tornado altamente dispendioso o assentamento de famílias na zona suburbana, pois esta ainda necessitava da infraestrutura mínima para ser ocupada, e contrariando o plano das elites locais que aspiravam por uma ocupação segregada na nova capital, a administração municipal, numa inversão de sua estratégia, induz uma ocupação indiferenciada da área interior à Avenida do Contorno. Tal atitude ocasionou uma ocupação menos seletiva da área, devido ao grande número de famílias de baixa renda, principalmente trabalhadores que participaram da implantação da nova cidade³⁵.

A partir da década de 1920, a cidade recuperada de um processo de recessão causado pelo contexto da Primeira Guerra Mundial, experimenta um novo ciclo de crescimento. Belo Horizonte começa a se consolidar como um polo estadual e uma série de atividades industriais e comerciais, culturais e de saúde tornam a cidade uma referência no estado e elevam cada vez mais o número de pessoas, atividades e informações na nova capital e, sobretudo, em sua área urbana. No núcleo central e em torno da Praça Sete, em particular, aparecem as primeiras sedes bancárias mineiras (Banco do Comércio e Indústria em 1923, Banco da Lavoura em 1927 e Banco Mineiro em 1928) juntamente com um comércio expressivo. A instalação do obelisco no centro da

³⁵ Ainda que houvesse essa ocupação popular no interior da Avenida do Contorno, ela não foi intensa o suficiente para caracterizar a área como sendo popular. De acordo com Costa (1994), nas primeiras décadas após a implantação do traçado original, houve mais ocupação da zona suburbana que da zona urbana, permanecendo esta pouco adensada por muito tempo, e mesmo assim caracterizada por ser essencialmente ocupada por classes médias. Nesse sentido, ver Costa, 1994.

rótula da Praça Sete, em 1922, já demonstra o sentido de centralidade simbólica que a área desempenhava para determinados grupos, já nas primeiras décadas do século passado (BELO HORIZONTE, 1989)

O contexto que se segue até a década de 1930 é de grande expansão urbana, principalmente em direção a oeste. Acentua-se aqui a formação de assentamentos, tanto na região suburbana quanto na rural, aumentando o número de vilas operárias e de favelas. É nesse momento, mais precisamente em 1933, que o setor público elabora um novo plano para a cidade, com o objetivo de corrigir os desvios ocasionados desde o plano original de Aarão Reis. Além de uma redefinição das áreas rural, suburbana e urbana, pretende-se, com esse plano, atenuar a expansão horizontal da cidade, através da indução do adensamento da área urbana, propondo-se um gabarito mínimo para a área.

Em meados da década de 1930, o centro se transforma devido à indução ao adensamento. Há a substituição das antigas casas térreas por novos edifícios, mais altos. Além de um gabarito mínimo, houve o aumento de permissividade de ocupação dos terrenos, o que acarretou a valorização dos imóveis no centro e consequente expulsão de atividades menos nobres como indústria e comércio atacadista, que se transferem para novas áreas, sobretudo para a nova zona industrial (BELO HORIZONTE, 1989). Nesse momento, o entorno da Praça Sete de Setembro se impõe ainda mais como centralidade. Por estar localizado no cruzamento das duas principais vias da cidade, além de estar próximo à área onde se instalam os primeiros serviços públicos, a Praça Sete torna-se a principal referência simbólica e econômica na espacialidade da capital. É ali que será construído o principal abrigo de bondes do centro – importante fator centralizador e indutor de atividades – além de instituições financeiras e outros serviços (BELO HORIZONTE, 1989).

A partir da década de 1950, com o aumento do investimento federal para reforçar o processo de industrialização brasileira e a consequente consolidação da cidade industrial na zona oeste da capital como espaço da produção, as transformações, já em curso no centro de Belo Horizonte, se intensificam ainda mais. Como consequência, observa-se nesse período a acentuada fuga de atividades terciárias do núcleo tradicional e histórico. Paralelamente, há o início de um processo de diferenciação interna da área urbana, já institucionalizada como Área Central, com a formação de dois polos distintos no interior da Avenida do Contorno: uma região ao norte, já saturada por processos anteriores de ocupação e que passa por suas próprias mutações internas (como a substituição dos usos) e uma região sul, que começa a se adensar via substituição dos antigos edifícios por outros de maior gabarito (BELO HORIZONTE, 1989).

Como pressuposto, consideramos que neste momento há um possível abandono do centro histórico, diminuindo o uso residencial e de comércio sofisticado que segue em direção à região sul a reboque da classe média. Um dos motivos para a fuga da classe média do centro histórico é o aumento vertiginoso do tráfego de veículos automotores na área. Esse processo se acentua ainda mais a partir da década de 1960, com a consolidação do processo de metropolização. Acentua-se também as relações que se estabelecem entre as várias centralidades neste centro urbano em formação. Dessa forma, com um número maior de moradores, comércio e serviço se instalando na região sul, há a consolidação da Savassi e ao mesmo tempo a intensificação da degradação ambiental do centro tradicional, uma vez que boa parte dos investimentos na manutenção e conservação das edificações passa a ser direcionada para essa nova centralidade. O centro histórico, no que pese o adjetivo “degradado”, se torna cada vez mais uma área voltada ao consumo de segmentos de baixo poder aquisitivo. É nesse momento que o obelisco da Praça Sete é transferido para a Praça da Savassi, atestando que tal degradação não é somente física, mas que também permeia as próprias representações que se fazem do antigo centro.

Vale ressaltar que, nesse momento, a cidade começa a passar por um rápido processo de metropolização. Há uma relação cada vez maior entre as zonas periféricas – o que necessariamente significa um fluxo maior de pessoas e veículos em toda a Área Central – e principalmente entre a periferia e o núcleo tradicional, polo articulador da metrópole e para onde convergem obrigatoriamente os principais corredores de tráfego.

Com o fim do milagre brasileiro, no final da década de 1970, e uma conseqüente diminuição da renda, tanto das classes médias quanto das populares, o mercado imobiliário busca novas frentes de expansão ainda mais distantes do centro³⁶. No caso da oferta de moradias para a classe média e média alta, o mercado passa a oferecer, desde meados da década de 1970, a possibilidade de moradia em conjuntos residenciais fechados. Da mesma forma, os loteamentos populares são cada vez maiores, configurando a produção de um espaço voltado para a reprodução das relações sociais de produção (COSTA, 1994).

Destaca-se nesse momento a criação da Lei 2.662/76, Lei de Uso e Ocupação do Solo de Belo Horizonte (LUOS), que estabelece um zoneamento físico territorial na capital. Basicamente a LUOS procurou reverter o quadro de esvaziamento de população

³⁶ Tanto loteamentos populares a preços baixos, quanto condomínios afastados da zona urbana, são produzidos incessantemente durante a década de 1970. Entretanto a partir de meados da década, há uma diminuição dos primeiros, enquanto que os loteamentos populares continuaram seguindo a expansão da infraestrutura metropolitana custeada pelo Estado (COSTA, 1994).

residente no qual a Área Central se submeteu desde o início da década de 1970³⁷. Entretanto a LUOS não corrige nenhum padrão de ocupação do solo, ela apenas ajuda a consolidar as tendências observadas até então, uma vez que foi elaborada a partir de um levantamento dessas próprias tendências e a partir daí elas são apenas institucionalizadas. Ou seja, detectadas as tendências de uso e ocupação na área, houve mais um esforço no sentido de consolidá-las, que necessariamente uma correção ou rearranjo do padrão de assentamento: *“Deste modo, a Lei tem como consequência o reforço das tendências da formação espacial da cidade, constituindo-se, assim, em fator de consolidação dos processos de concentração/dispersão e segregação social do espaço já observados desde o primeiros períodos de sua história”* (BELO HORIZONTE, 1989, p.32).

Durante a década de 1970, o esvaziamento da população de residentes se intensifica ainda mais. Assim, o zoneamento proposto pela LUOS procura estabilizar a saída de moradores, criando para isso áreas residenciais com altos índices de aproveitamento para esses fins, e zonas comerciais (ZC) específicas para a Área Central. Nesse sentido, a LUOS estabelece a criação de:

- *Áreas mais interiorizadas de uso quase que exclusivamente residencial de alta densidade – ZR5.*

- *Áreas residenciais de alta densidade – ZR6 – onde já se permitem usos considerados não conflitantes com o residencial e localizadas em espaço de transição entre ZR5 e áreas comerciais de corredores.*

- *Corredores de uso predominantemente comercial de alta densidade - ZC5 – onde não são permitidos comércio atacadista e serviços pesados.*

- *Grande mancha de uso predominantemente comercial, de mais alta densidade do que a ZC5, praticamente correspondente ao Hipercentro (BELO HORIZONTE, 1989, p.47).*

³⁷ Estima-se que durante toda a década de 1970, a região central perdeu em termos absolutos, 13.400 habitantes, o que em termos relativos corresponde a uma queda na participação total na população da região central de 6,0% em 1970, para 3,3% em 1980 (BELO HORIZONTE, 1989).

Procurou-se estabelecer, assim, áreas mais propícias ao uso residencial, compatibilizando as ZR's com o tipo de atividade que poderia ser instalada no entorno, como comércio de pequeno porte, e excluindo os tipos de atividade comercial que causassem degradação ambiental ou fossem incompatíveis com a função residencial, como o uso industrial, por exemplo.

A partir de 1981, com a criação da Metrobel, órgão criado para controlar o setor de transportes da região metropolitana, são lançadas importantes diretrizes referentes à otimização do sistema de circulação metropolitana. Uma série de ações, entre elas o Projeto da Área Central (PACE) e o Probus, compõem um plano metropolitano de transporte, os quais acarretam modificações substanciais na dinâmica intraurbana e especialmente na Área Central. Esses planos, ao alterar vias de tráfego, sentido dos fluxos, espaços para pedestres, além de linhas e pontos de ônibus na região, tentam promover uma requalificação da área, ainda que limitada às intervenções no sistema de circulação de automóveis e pedestres, além do sistema de transporte coletivo.

Em 1995, a Área Central foi contemplada com seu primeiro conjunto de ações específicas, com a implementação do PACE, uma vez que a LUOS, mesmo modificando a dinâmica da ocupação do centro com o estabelecimento de zonas de uso residencial exclusivo, foi uma lei muito abrangente e genérica. Tendo como objetivos principais intervenções no sistema circulatório – tanto de veículos quanto de pedestres – além das áreas verdes da área central, o PACE procurou promover uma hierarquização maior entre as vias que cortam a área central, otimizando e racionalizando o uso do espaço viário, uma vez que o traçado original de Aarão Reis começou a se mostrar anacrônico e pouco funcional diante da centralidade que a região adquiriu no contexto metropolitano³⁸. Tendo como base a pesquisa Origem-Destino realizada em 1972, houve assim a necessidade de melhorar cruzamentos para veículos e espaços para pedestres, os quais se mostravam insuficientes face ao grande número de pessoas e veículos que circulavam no centro.

O PROBUS (Programa de Transporte Público por Ônibus), por sua vez, teve um caráter ainda mais específico, incidindo sobre a melhoria na qualidade do serviço de transporte coletivo. À medida que o processo de metropolização se acentua, a Área Central de Belo Horizonte se consolida como polo prestador de serviços e comércio para toda a região metropolitana, apesar da redução do uso residencial. A oferta do serviço de coletivos urbanos se estruturou ao longo do tempo, de modo a fornecer linhas que

³⁸ O traçado em dupla grelha fazia com que, em certos casos, houvesse nos cruzamentos, a formação de até oito esquinas, o que se mostrou pouco funcional à medida que o tráfego de veículos aumentava gradativamente.

ligassem diretamente cada bairro à Área Central, passando principalmente no núcleo tradicional. Com o crescimento da demanda para esse núcleo, houve a necessidade de criação de mais pontos de parada, ocasionando, para o caso de transbordos, grandes distâncias a serem percorridas pelos usuários. Isso teve implicações não só para o pedestre, mas também para a área, submetida a um grande fluxo de pessoas, uma vez que nessa época o número de transbordos realizados era da ordem de 600.000/dia e a distância média percorrida chegava a cerca de 800m (BELO HORIZONTE, 1985). O PROBUS tinha como metas organizar e otimizar o serviço a partir da definição de níveis de atendimento, de acordo com a demanda e distância a serem definidos (expressa, semi-expressa e serviços), tipos de itinerários (diametral, radial e circular) além de melhorias no sistema tarifário. O resultado dessas medidas para o centro foi a redução do número de transbordos e da distância a ser percorrida entre os pontos de parada (BELO HORIZONTE, 1985).

De acordo com Belo Horizonte (1985), deve-se ressaltar que, apesar de específicos, os projetos PACE e PROBUS significaram transformações efetivas no centro da cidade. No caso do PACE houve melhorias diretas na qualidade ambiental da área central devido à atenção com os espaços para pedestres. O PROBUS, por sua vez, também realizou melhorias diretas e indiretas nas condições de acesso a áreas da cidade anteriormente mal atendidas pelo transporte público, o que induziu à instalação de atividades de comércio para regiões além da Avenida do Contorno, agora servidas por linhas de coletivos urbanos.

Dada a forte ligação entre pontos de comércio atacadista, supermercados populares e os terminais e pontos de coletivos urbanos, tais medidas visavam à diminuição da intensidade e do fluxo de pessoas em áreas mais críticas do núcleo central. Nesse caso, é o próprio documento produzido pela Prefeitura Municipal em 1985, como referência para o Concurso BHCentro, que estabelece uma relação direta entre a quantidade de pessoas que transitavam pela área e a qualidade ambiental do lugar. Aqui é explícita a naturalização do termo “degradação” como resultado da aglomeração de pessoas na área central. Dessa forma, discorrendo sobre os efeitos do PACE, tal documento informava:

O centro tradicional passa então por um verdadeiro processo de 'limpeza', pela transferência de diversas atividades que em geral implicam degradação ambiental (parte expressiva do comércio atacadista e diversos supermercados populares cuja localização se dava junto aos terminais centrais, verificando-se o

surgimento deste tipo de estabelecimento junto aos terminais periféricos). Mas ao lado deste processo, verifica-se a acentuação da degradação ambiental do eixo Paraná/Santos Dumont, onde se concentram as linhas de ônibus (após veementes reclamações, este eixo passa por uma reformulação) (BELO HORIZONTE, 1989, p.34-35).

A grande quantidade de linhas de coletivos urbanos e pontos de parada em uma mesma via, certamente causa degradação ambiental, tanto devido à intensidade do tráfego automotivo local quanto à aglomeração de usuários nos pontos, causando obstrução e dificuldade de acesso para os passantes. Entretanto, a palavra “limpeza”, usada no texto com um caráter dúbio mas que certamente não se refere à uma limpeza social, não deixa de ter, a nosso ver, tal sentido. Uma vez que, eliminar ou afastar da área central atividades como comércio ou supermercado popular e pontos de ônibus, necessariamente implica mandar para longe do centro as camadas populares.

A nosso ver, é a partir da criação da Metrobel, que tem início o processo de requalificação da área central de Belo Horizonte, que pode ser caracterizada, nessa primeira fase, como sendo de caráter de limpeza.

Somando-se os resultados da LUOS e dos planos de ação sobre o sistema circulatório, houve um início de um processo de retomada do centro da cidade, como principal ponto simbólico e recuperação ambiental, atenuando o quadro de esvaziamento e abandono por parte de pessoas residentes no local, que vinha se generalizando, sobretudo, no centro tradicional. Contraditoriamente, é nesse mesmo período de implantação de melhorias físicas no centro que se instalam os camelôs nas calçadas, agora amplas o bastante para suportar, além de pedestres, as atividades de comércio informal.

Em 1974, após a criação da região metropolitana de Belo Horizonte, é implementada a superintendência de desenvolvimento da região metropolitana de Belo Horizonte (PLAMBEL). Este órgão vai elaborar diretrizes para o planejamento metropolitano, e dessa forma influenciar diretamente na criação da LUOS em 1976, bem como em sua reavaliação nove anos mais tarde (1985), com poucas modificações. O PLAMBEL se enfraquece no momento em que a constituição de 1988 delega aos municípios a responsabilidade para o planejamento urbano, através da obrigatoriedade de um plano diretor para cidades com mais de vinte mil habitantes (BELO HORIZONTE, 1989).

Em 1989, foi lançado concurso público nacional para a reestruturação do centro de Belo Horizonte (BH-Centro). O objetivo do concurso era realizar melhorias físico-ambientais na área considerada no edital como centro, delimitada por quatro pontos referenciais: complexo da Lagoinha, Praça Raul Soares, Parque Municipal e Praça Rui Barbosa. Ainda que inserido num amplo plano de reestruturação viária da Área Central, as propostas vencedoras do BH-Centro, em conformidade com o edital, tiveram um caráter de embelezamento urbano. Assim, com propostas pontuais e incidindo principalmente nos pontos mais estigmatizados da Área Central, o conjunto de intervenções configura-se como um amplo programa de redesenho – ainda que superficial – de boa parte do núcleo central.

Nos anos 90, há o início de uma nova postura em relação ao centro tradicional, com a preservação do patrimônio edificado e incentivo ao uso residencial, de acordo com as diretrizes do Plano Diretor em 1996. O zoneamento proposto para a zona central da metrópole estabelece a Área Central propriamente dita, correspondente à área delimitada pela avenida do contorno (ZCBH), e pela Zona Hipercentral (Hipercentro), conforme mostra a figura 01.

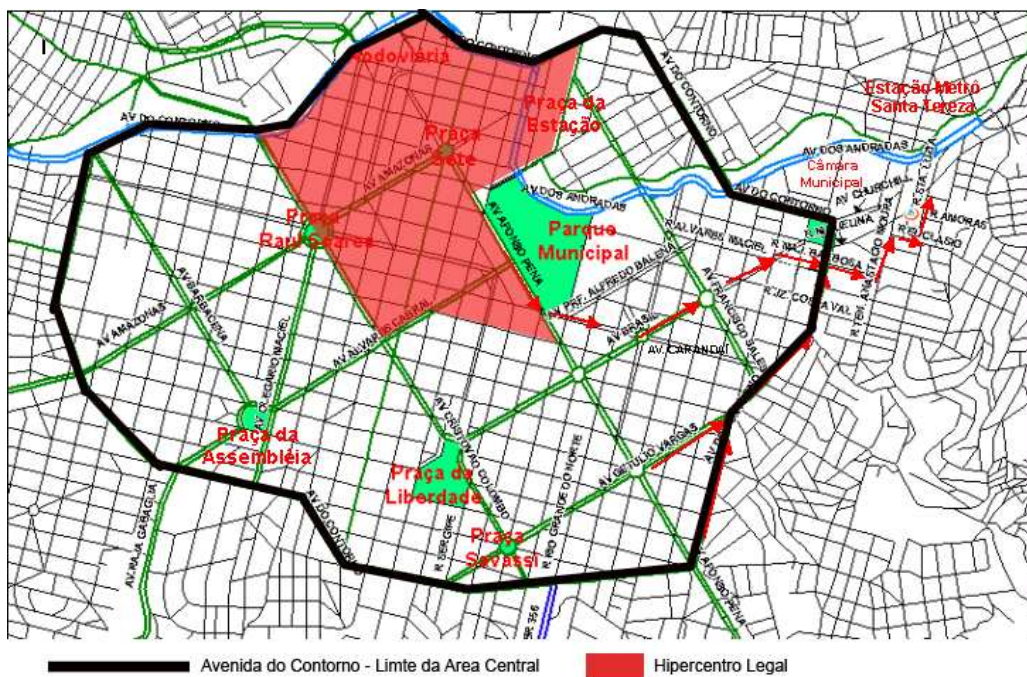


Figura 01: Área Central de Belo Horizonte e Hipercentro. Editada pelo autor

Em 1999 tem origem o Plano da Área Central (também chamado de PACE). Foi uma iniciativa da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte (BHTRANS), no intuito de adequar o sistema de transporte público e viário da Área Central para atender às diretrizes que iriam vigorar a partir da implementação das leis 7165/96 e 7166/96.

(VILELA, 2005, p.111). As principais medidas tomadas foram quanto à eliminação dos cruzamentos entre vias arteriais e locais, restrição do tráfego de veículos, tratamento de vias de pedestres e melhorias nas condições de acessibilidade, através de novo mobiliário urbano e sinalização. Foram propostos também a criação de anéis de circulação e a formulação de trajetos e corredores preferenciais para transporte coletivo, bem como a implementação de áreas de embarque e desembarque³⁹. Em suma, procurou-se preparar o Hipercentro para suportar futuros projetos.

O concurso Ruas da Cidade, instituído em 1999 pela PBH e pela BHTRANS, visava compatibilizar os problemas que eram específicos de cada área urbana definida no PACE-99, com a legislação já em vigor. Através de soluções de desenho urbano, foram resolvidos conflitos localizados e ao mesmo tempo obedecidas as diretrizes mais gerais contidas no PACE. Dentre as propostas vencedoras para cada área urbana, cabe ressaltar o projeto vencedor para o Hipercentro, ou Projeto Quatro Estações. Tal proposta, inicialmente prevendo intervenções no entorno do Arrudas, no trecho compreendido entre a Estação Central e a Estação da Lagoinha, se expande na direção de outras áreas do Hipercentro, extrapolando suas proposições iniciais e avançando em direção à Praça Sete (VILELA, 2005). As propostas vencedoras para a Praça Sete, juntamente com a Praça da Estação, se tornariam a partir de então as primeiras experiências, ainda isoladas, de recuperação do Hipercentro, e que mais tarde seriam incorporadas ao conjunto de outras ações setoriais, passando a fazer parte do Programa Centro Vivo.

2.5.2. As intervenções e o Programa Centro Vivo

Ainda em 2002, teve origem o plano de ação BH-Hipercentro, que consistia em uma tentativa de reunir e articular em um só programa as várias propostas ou projetos

³⁹ O Segundo a TTC - Engenharia de Tráfego e de Transportes S/C Ltda., empresa responsável pelos estudos e projetos do PACE, o plano compreendeu: o tratamento da circulação de pedestres em 1,1 mil metros de vias exclusivas para pedestres e junto a 30 interseções semaforizadas; a formulação de esquema de circulação prioritária para transporte coletivo por ônibus, em 5 km de vias ou faixas exclusivas pertencentes ao sistema viário principal; implantação de 14 estações de embarque/desembarque de passageiros, com plataformas duplas de 72 metros cada; reformulação e adaptação do Terminal Rodoviário existente para uso pelo transporte urbano; criação de 3 anéis de circulação do tráfego geral; reformulação da circulação no Complexo Viário da Lagoinha, que articula as áreas central, leste, oeste e norte do Município; criação de 10 interseções em desnível; ampliação da capacidade viária em 23 km de vias, com soluções de baixo custo.

em andamento nos diversos setores administrativos e que tinham o Hipercentro como palco de intervenção.

Atuando em linhas de ação diversas⁴⁰, o BH-Hipercentro tinha como principal objetivo a requalificação do Hipercentro da capital. A nosso ver, tal projeto consistiu em um embrião do Programa Centro Vivo, o qual herdou do BH-Hipercentro o caráter de articulador de propostas multisetoriais, mas também o avanço de propostas para além das soluções típicas de desenho urbano.

O Programa Centro Vivo, lançado oficialmente pela Prefeitura de Belo Horizonte em janeiro de 2004, constitui-se em um conjunto de obras e projetos sociais que visam à recuperação da área central da cidade. Trata-se de um amplo programa de requalificação e segundo a própria Prefeitura, seu principal objetivo é estabelecer as condições para *“reforçar o papel do Centro de Belo Horizonte como região simbólica da cidade e do estado, valorizando a diversidade de suas atividades e consolidando-a como local de encontro de todos”* (BELO HORIZONTE, 2006).

O programa atua em linhas de ação diversas, buscando não só a requalificação ambiental, mas também econômica, infraestrutural, cultural e de segurança para toda a área central.

De uma maneira geral, as ações compreendem a reforma de praças, parques, restauração de espaços públicos, marcos urbanos e prédios de valor histórico, despoluição visual e criação de percursos com valor histórico e cultural. As modificações nas vias públicas são propostas que procuram melhorar as condições de acessibilidade e trânsito dos pedestres, sendo este colocado como elemento preferencial e prioritário, em detrimento ao veículo particular. As iniciativas no campo da promoção das atividades econômicas compreendem a criação dos shoppings populares, melhorias nas condições para ambulantes nos locais permitidos, capacitação de trabalhadores e mão de obra através de programas e oficinas específicos. No campo da cultura, o projeto prevê oficinas e eventos culturais nos espaços públicos, melhorias na infraestrutura física de teatros e a criação de circuitos temáticos. Há também ações no sentido de melhorar a qualidade de serviços urbanos básicos como recuperação e manutenção de viadutos, construção de estações para coletivos, melhorias no controle do tráfego de veículos, iluminação, limpeza e drenagem urbana. Nessa mesma linha de ação, destaca-se a criação de restaurantes populares e a proposta de reconversão de edifícios subutilizados em unidades habitacionais. No campo da segurança pública, foi criado o serviço de segurança da área central, com a implementação da Guarda Municipal e do Programa

⁴⁰ Segundo Vilela (2006), essas linhas de ação contemplavam diversas ações sociais.

Olho Vivo. As principais ações do Programa Centro Vivo se encontram sintetizadas no anexo 01.

As ações tiveram início em Setembro de 2002, quando começaram as obras de requalificação da Praça Sete, antes mesmo do lançamento oficial do programa. Entretanto, a intenção de redesenho da praça era, conforme já visto, um desejo antigo da PBH.



Figura 02: Vista da Praça Sete. Fonte: PBH.

Assim, o projeto de reformulação da Praça Sete tem início nos concursos realizados no âmbito do BH-Centro, em 1989. Representa o trabalho conjunto de diversos escritórios de arquitetura de Belo Horizonte⁴¹, que subdivididos em equipes, se encarregaram de cada um dos quatro quarteirões fechados da praça. Além da valorização do obelisco – marco simbólico por excelência do Hipercentro – foram criados 4 quarteirões fechados e cada um recebeu uma denominação de grupo indígena: Xacriabá, Maxacali, Krenak e Pataxó.

⁴¹ Dentre as equipes vencedoras do concurso, a de identificação 3834 foi contratada pela Prefeitura Municipal para detalhar o projeto. Tal equipe era a reunião de cinco escritórios de arquitetura encabeçados por profissionais de reconhecimento nacional, como Eolo Maia, João Diniz, Sylvio de Podestá, Gustavo Penna, entre outros. Dividida as regiões da praça, coube a esse grupo o projeto de sua reformulação completa.

De maneira geral, esses espaços foram requalificados através de modificações como troca de piso, novos projetos luminotécnicos procurando valorizar os edifícios do entorno, instalação de novo mobiliário e espaços específicos para manifestações e encontros públicos buscando criar novos marcos de identificação, e preservar as árvores de grande porte. O obelisco foi valorizado através da ampliação de sua base, reutilização dos postes de iluminação originais e nova faixa de piso em seu entorno. Buscou-se criar áreas relativamente livres, e o projeto baseia-se no tratamento diferencial de cada um dos quatro quarteirões, segundo a leitura e a interpretação de cada equipe. A apresentação do projeto do quarteirão Maxacali, por exemplo, a cargo dos arquitetos João Diniz, Graça Moura e Márcia Moreira, é feita da seguinte maneira:

O trecho da rua Rio de Janeiro que coube aos arquitetos João Diniz, Graça Moura e Márcia Moreira foi tratado a partir de três ambientes percebidos através da relação do espaço com os edifícios existentes. O primeiro ambiente mais próximo à praça é de passagem e breve permanência. Ao longo das árvores definem-se percursos para a circulação intensa e eficiente de pedestres. Na parte mais central, os bancos proporcionam momentos de pausa, com visadas para o obelisco. A banca de revistas, os engraxates e o posto policial ficam situados neste espaço. - O segundo ambiente apresenta-se mais livre, por exigir acessos de serviço a um hotel ali situado. O posteamento é interrompido, porém o piso sinaliza sua ligação com os outros dois ambientes. - O terceiro ambiente caracteriza-se por ter edifícios mais baixos, ponto tradicional de venda de flores e foi valorizado através da cobertura semicircular para abrigo das floristas. O posteamento passa através do semicírculo e termina do outro lado da rua sinalizando, para quem por ali passa, a intervenção como retomada da História e do futuro da Praça Sete de Setembro (DINIZ, 2007).

Em relação à resposta projetual dada por cada equipe, percebe-se uma postura típica do desenho urbano, privilegiando-se a microescala do pedestre e dos usuários locais. São desenhados cuidadosamente não somente novos acabamentos, bancos e postes de iluminação, mas também os ambientes destinados a se compatibilizarem e servir como suporte às atividades que anteriormente já se verificavam na praça. Diferente das soluções radicais do período anterior, o urbanismo praticado aqui é portador de uma

nova postura em relação ao espaço público, que procura adotar soluções superficiais e que não resultem em conflitos com os usos correntes. A mesma postura diante dos condicionantes locais é assumida pela equipe encabeçada por Gustavo Penna, encarregada da reformulação do quarteirão Xacriabá:

A área é uma continuidade de alguns percursos peatonais do centro de Belo Horizonte, como a alameda da Igreja São José e a galeria Praça Sete. Nosso projeto procurou setorizá-la em três espaços de convivência. Um anfiteatro, um largo central e uma tribuna. Obtivemos desta forma uma disposição equilibrada para as funções consagradas pelo uso público que ali acontecem: a simpática tradição do jogo de damas, as manifestações políticas e a cerveja de fins de tarde. A ideia é transformar o lugar de passagem em lugar de vivência. Instrumentalizando o cotidiano do cidadão (PENNA, 2008).

De fato, tal investimento traduz muito mais que “boas intenções” em relação às práticas espaciais. A nosso ver, a requalificação da Praça Sete é um ponto de inflexão onde as diversas propostas de transformação do Hipercentro, nos moldes e no contexto dos Projetos Urbanos, deixam de compor somente o plano das representações e tomam forma concreta no plano da prática espacial. É nesse momento que o Estado decide, sem mais demoras, investir no centro tradicional, iniciando o processo de requalificação já projetado e especulado desde os primeiros concursos para a revitalização da Área Central. Tal ação é também o aval que garante ao capital imobiliário o início do investimento público na área central, agora vista como potencial frente de investimentos privados. Nas palavras de um investidor local, “a transformação na Praça Sete significou o sinal de que precisávamos, de que o Hipercentro teria investimentos públicos” (Informação verbal) ⁴².

⁴² Afirmação feita pelo Sr. Teodomiro Diniz, durante apresentação do painel “A visão do Setor da Construção Civil”. Seminário Morar no Centro, uma opção legal. Auditório da FIEMG, 20/04/2006.



Figura 03: Aspecto do calçadão fechada Xacriabá. Arquiteto Gustavo Penna, 2003. Foto de Junior Finocchiaro

Após a Praça Sete, seria a vez da Praça Rui Barbosa – conhecida popularmente por Praça da Estação – passar por uma renovação com o intuito de transformar uma das regiões mais estigmatizadas da cidade em um cenário compatível com o título de “porta de entrada” da capital. Trata-se, na verdade, de uma ampla área que compreende o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça Rui Barbosa, tombado por decreto em 1988 pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA). Tal conjunto é constituído, além da praça propriamente dita, jardins e esculturas, pelos edifícios e viadutos do entorno, todos eles datados do início do século XX⁴³.

A requalificação da Praça da Estação coincide com a instalação do Museu de Artes e Ofícios no antigo prédio da Estação Central. A iniciativa resulta de uma parceria entre o Instituto Cultural Flávio Gutierrez (ICFG), uma entidade do terceiro setor que intencionava instalar um novo museu na capital, a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) e o Ministério da Cultura. Assim é firmado, em 2001, um acordo através do qual a CBTU se prontificava a doar, em regime de comodato, todo o espaço físico do prédio sede da Estação Central ao ICFG, na condição de que o prédio fosse

⁴³ O Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça Rui Barbosa compreende a Praça, jardins e esculturas, a Estação Central, antiga Estação Ferroviária Oeste de Minas, Casa do Conde de Santa Marinha, Edifício Chagas Dória, Serraria Souza Pinto, Escola de Engenharia da UFMG, Instituto de Eletrotécnica, antigo Instituto de Química, Pavilhão Mario Werneck e Viaduto Santa Tereza.

restaurado⁴⁴. Em contrapartida, o Instituto doaria ao patrimônio público boa parte de seu acervo particular de obras, para viabilizar a implementação do museu.



Figura 04: Vista da Praça da Estação após o término das obras de reforma. Em segundo plano, o Museu de Artes e Ofícios. Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte

O projeto do museu contemplava, além da restauração do prédio principal, a recuperação do prédio vizinho, pertencente à Estação Oeste de Minas e a adaptação das plataformas de metrô em espaços permanentes de exposição, já que as instalações da CBTU ficam juntas à Estação Central de Metrô.

Em Setembro de 2003, o prefeito Fernando Pimentel dá início às obras de requalificação de toda a esplanada da Praça Rui Barbosa. A proposta tinha como objetivos específicos a readequação da área – já usada como espaço para grandes manifestações ao ar livre - para servir como espaço para grandes eventos (figura 04). Além disso, houve a preocupação em melhorar o acesso à Estação Central do Trem Metropolitano. Além da implantação de novo piso, perfazendo uma área de 12 mil metros quadrados, houve a instalação de duas fontes secas e 12 postes de iluminação especial nas laterais da praça, cada um com 20 metros de altura, e que delimitam o espaço da

⁴⁴ Além da restauração do prédio principal da Estação Central do Brasil, construída em 1922 em estilo neoclássico, há a readequação do edifício para ser transformado em museu. O programa consta de área para a exposição permanente e temporária, espaços para reserva técnica, laboratório de restauro, prédio para serviço educativo e centro de formação e capacitação profissional, voltado para ofícios artesanais, principalmente.

esplanada. Além disso, houve a instalação de novo mobiliário urbano e árvores, principalmente no eixo que dá acesso à estação de metrô.

Também em 2003, houve a revitalização de todo o Parque Municipal Américo Renne Giannetti, onde houve intervenções nos lagos, no teatro Francisco Nunes e nos pisos, além de implantação de novo projeto de identidade visual do parque e mobiliário urbano. O parque municipal é a terceira maior área verde da cidade e é um ponto de significativa importância na área central, recebendo uma média de 40 mil visitantes por final de semana. Sua recuperação faz parte de um plano específico, o Programa Parque 21 que, segundo a PBH, *“tem o objetivo de revitalizar e preservar os recursos existentes no Parque, e buscando a sustentabilidade econômica e social, as intervenções da Prefeitura aplicam os princípios do desenvolvimento sustentável preconizados pela Agenda 21”* (BELO HORIZONTE, 2006)⁴⁵. Dando continuidade às obras de requalificação do Parque, foi apresentado ao prefeito e amplamente divulgado pela mídia o projeto de um centro multiuso no coração do parque. O centro substituirá a Escola Municipal Imaco, que será demolida, e em seu lugar será criado um amplo espaço para lazer, cultura e educação ambiental. De acordo com o jornal O Estado de Minas, *“no primeiro pavimento, com 1,8 mil metros quadrados, haverá salas, auditório, café, espaço coberto e palco. O segundo andar vai abrigar uma biblioteca e duas varandas. No subsolo, estarão os camarins, depósitos e escritórios. ‘Um terraço para a apreciação das copas de árvores centenárias, com 800 metros quadrados, vai coroar o espaço’, disse o arquiteto”*.⁴⁶ O projeto é de autoria do arquiteto Gustavo Penna, o mesmo idealizador do calçadão Xacriabá, além de outras obras no contexto recente da produção arquitetônica de Belo Horizonte, como o ExpoMinas e o Parque Ecológico da Pampulha.

⁴⁵ Segundo o informativo eletrônico da PBH, entre as ações do programa estão: *“a implantação da primeira etapa do projeto de irrigação, limpeza da Lagoa dos Marrecos, melhoria da coleta de lixo, tratamento do solo, inventário quali-quantitativo da flora, limpeza dos monumentos e ações de gestão participativa visando à melhoria dos serviços prestados pelos ambulantes. A iniciativa prevê ainda elaboração e implantação do Plano de Manejo da Fauna, ampliação das ações de educação ambiental e a melhoria das condições de segurança com requalificação dos vigilantes, implantação de ramais nas guaritas e rádios comunicadores, redução e controle de circulação de veículos e implantação de rondas noturnas”* (PBH, 2006). Houve também a *“recuperação de todo o piso e pista de cooper, instalação de rampas de acessibilidade, pintura das edificações e do gradil externo, reforma e adequação das instalações sanitárias à acessibilidade e limpeza do espelho do Lago dos Marrecos. Os jardins também foram todos recuperados, com o plantio de mais de 22 mil novas mudas e poda de outras milhares.”* (PBH, 2006).

⁴⁶ Jornal O Estado de Minas (publicado em 01/02/2008).



Figura 05: Perspectiva interna do futuro Espaço Multiuso do Parque Municipal Renne Gianetti. Arquiteto Gustavo Penna. Fonte: Jornal O Estado de Minas, publicado em 01/02/2008.

Em 2004 começou também uma série de obras de reforma e readequação de várias vias do Hipercentro como a Avenida Alfredo Balena, a Alameda Ezequiel Dias, a Rua dos Caetés, a Rua Carijós e, mais tarde, a Rua Rio de Janeiro. Todas elas são parte do subprograma Caminhos da Cidade, que prevê a melhoria das condições de acessibilidade viária, privilegiando sobretudo o fluxo de pedestres.

No caso da Rua Caetés, essa melhora se deu através da ampliação e instalação de novos revestimentos nas calçadas, além da instalação de novas faixas de travessia com os devidos rebaixamentos e piso podotátil para deficientes visuais. Em todo o trecho da rua houve também a instalação de novo mobiliário urbano, como novos pontos de embarque e desembarque de coletivos, lixeiras, iluminação e sinalização, além de nova arborização. Ainda no sentido de facilitar a acessibilidade e o livre trânsito para o pedestre, houve a retirada de degraus e rampas irregulares que obstruíam a passagem.

Em conjunto com as obras na via propriamente dita, houve paralelamente a recuperação das fachadas do casario tombado pelo IEPHA, com a intenção de reaquecer o tradicional comércio local e que caracteriza a área desde o início da criação da cidade. Tal ação contou com a participação da iniciativa privada, mais especificamente da Telemar e da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL).

Na reforma da Rua dos Carijós - trecho entre a Rua São Paulo e a Rua Paraná - o foco principal é o favorecimento das condições de acessibilidade e trânsito de pedestres. Aqui se repetiram as mesmas ações da Rua dos Caetés, com a diferença que a Rua

Carijós não possui um acervo arquitetônico significativo e passível de recuperação, ficando a cargo dos comerciantes locais a recuperação das fachadas de seus estabelecimentos. No entanto, um trecho específico mereceu atenção especial. O quarteirão entre a Rua Curitiba e a Avenida Paraná, recebeu um considerável alargamento dos passeios, de modo a permitir somente uma única faixa para veículos e a grande área pública resultante deu origem a uma espécie de rua de serviço, onde foram instalados bancos, telefones e lixeiras, além de um monumento ao centro. Este, foi doado ao novo espaço público pelo Centro da Comunidade Luso-Brasileira, com sede próxima à Rua Carijós. Por esse motivo, conforme a placa metálica fixada em seu pedestal, o local passou a receber o nome de Largo Brasil e Portugal. O monumento é uma réplica de uma esfera armilar, instrumento que guiava os antigos navegantes portugueses. Agora é mais um símbolo da diversidade cultural que compõe o hipercentro. Segundo afirma o prefeito Fernando Pimentel, na solenidade de inauguração do largo, "*este instrumento era usado pelos antigos astrônomos e reproduz o movimento dos astros. Também foi usado como emblema de dom Manuel I. Agora é o marco dos laços que unem os cerca de 3.000 portugueses que moram na capital e os belo-horizontinos*"⁴⁷.



Figura 06: Vista do Largo Brasil e Portugal. Fonte: BHTRANS.

Em 2006 foram iniciadas as obras de requalificação da Rua Rio de Janeiro, nos quarteirões entre a Avenida Augusto de Lima e a Rua Tamoios. Também fazendo parte

⁴⁷ Jornal O Tempo (publicado em 11/05/2006).

do programa Ruas da Cidade, a PBH procurou promovê-la como a “primeira rua modelo da capital”. Em sua reforma, foram incluídos, além dos alargamentos de passeios, travessias elevadas, rebaixos, nova iluminação de pedestres, instalação de novo mobiliário urbano e pavimentação. Outras medidas também são consideradas como inovadoras para o acesso de pessoas com deficiência, como por exemplo a instalação de uma faixa de 1,2 metros de largura e livre de obstáculos, exclusiva para cadeirantes, a instalação de caixas acústicas com música clássica ou sons que imitam pássaros, ou ainda o plantio ao longo da via, de flores que exalam cheiros característicos. Tudo isso para contribuir na orientação de pessoas com limitações físicas ou sensitivas.

Além das ruas e avenidas acima citadas, a futura requalificação da Avenida Amazonas também faz parte do programa Caminhos da Cidade, no trecho entre o Boulevard Arrudas e a Praça Sete. Da mesma forma que as demais, haverá o aumento das calçadas, de 5 metros para 13, novos bancos, nova iluminação, faixas preferenciais para cadeirantes, retirada de estacionamentos, além de ações de conservação como do antigo piso em pedra portuguesa e do conjunto de palmeiras imperiais, ambos datados do início da construção da cidade.

Aqui serão retomadas as mesmas ações implementadas na Rio de Janeiro, conforme explicita o prefeito Fernando Pimentel: *“Essa será mais uma importante etapa do Programa Centro Vivo, pois a região tem um fluxo intenso de pedestres e nossa meta é fazer com que o Hipercentro volte a ser um local em que a mobilidade das pessoas seja privilegiada”*⁴⁸. Provavelmente, a intenção aqui será de ampliar as obras até a Praça Raul Soares, recentemente concluída, juntamente com o entorno do Mercado Central, cujas obras se encontram atualmente em licitação.

Na Praça Raul Soares, escolhida pelos moradores da Regional Centro-Sul como obra prioritária no OP Digital de 2006, as obras se constituem de duas etapas: uma primeira onde foram feitas melhorias na praça propriamente dita e na segunda fase, ainda a ser realizada, será a vez de seu entorno, que compreende as imediações do Mercado Central, Mercado novo e Minascentro. A Praça Raul Soares foi um tradicional local de encontro de Belo Horizonte. Tombada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA), a praça foi inaugurada em 1932 e é considerada como um dos principais “cartões postais” de Belo Horizonte. Entretanto, desde a década de 1980, provavelmente devido ao aumento do tráfego de veículos, a praça passou a ser vista como local degradado, ponto de encontro de garotos de programa, moradores de rua, usuários de droga e ladrões. Um dos problemas em relação ao acesso ao espaço da

⁴⁸ Jornal O Estado de Minas (publicado em 31/08/2007).

praça é o fato de ela estar localizada no interior de uma rotatória de trânsito, onde se cruzam vias de tráfego intenso, como a Avenida Amazonas, Bias Fortes, Augusto de Lima e Olegário Maciel (ver figura 08).

A reforma da praça incluiu melhorias na acessibilidade, com a instalação de faixas de pedestre elevadas nas quatro avenidas, e reforma do antigo piso colorido de pedras portuguesas. Foram também retiradas algumas árvores, trocados os antigos bancos e instalada iluminação cênica, além de novo paisagismo, com a fonte central que sincroniza sons, luzes e movimentos. Em relação aos antigos usuários, a praça adotará as mesmas medidas tomadas na Praça da Estação, com a instalação de câmeras de segurança e a presença da Guarda Municipal. Essa também é uma estratégia para encontrar novos parceiros privados que possam arcar com as despesas de manutenção da praça, orçadas em vinte mil reais mensais: *“Quando a praça estiver totalmente revitalizada e contando com a presença da Guarda Municipal e de câmeras para aumentar a segurança, acreditamos que será mais fácil encontrar interessados em ajudar a cuidar do espaço”*⁴⁹.

No próximo ano será dado início às reformas de todo o entorno da praça, onde se localiza o Mercado Central, consolidado como ponto de comércio, turismo e cultura, e o centro de convenções Minascentro. Além disso, a região tem um importante caráter estratégico, por se situar na principal via de acesso a outro significativo centro para eventos de grande porte, o ExpoMinas⁵⁰.

Além das intervenções físicas, fazem parte das transformações recentes no hipercentro de Belo Horizonte os planos e o aparato legal que dá suporte ao processo. Nesse sentido, ressalta-se a importância da lei 9.326/07 que regulamenta a reconversão de imóveis de uso comercial para o uso residencial na região do Hipercentro. Em maio de 2007 foi finalizado e lançado oficialmente o Plano de Reabilitação do Hipercentro, contendo os principais objetivos e diretrizes para nortear o processo de renovação.

⁴⁹ Depoimento dado pelo Secretário Municipal de Políticas Urbanas, Murilo Valadares ao Jornal O Estado de Minas. A busca de novos interessados se refere ao fato de que, desde 2003, quando uma instituição bancária deixou de arcar com as despesas de manutenção, os custos da praça passaram a ser de responsabilidade da Administração da Regional Centro-Sul (publicado em 31/08/2007).

⁵⁰ Após as obras de reforma iniciadas em 2003, o ExpoMinas, também situado na Avenida Amazonas, é considerado, de acordo com a Agência Minas, como o “mais moderno centro de eventos, exposições e feiras do Brasil e da América Latina”. A intenção do Governo do Estado de incrementar o novo espaço é impulsionar a vocação de Belo Horizonte como grande centro de turismo de negócios do país. A reforma, projetada pelo arquiteto Gustavo Penna, custou R\$ 150.000.000,00.



Figura 07: Vista e perspectivas das intervenções a serem realizadas no entorno do Mercado Central. Fonte: Jornal O Estado de Minas



Figura 08: Esquema da área de abrangência das reformas na Praça Raul Soares e adjacências. Fonte: Jornal O Estado de Minas.

Esse plano foi elaborado pela Secretaria Municipal de Políticas Urbanas (SMURB), contando com o apoio da Praxis Projetos e Consultoria Ltda., além de

moradores e trabalhadores da região central. O objetivo do plano é “apresentar propostas de planejamento, desenho urbano e paisagismo” na região compreendida pelo Hipercentro legal (lei 7.166/96) mais as áreas adjacentes, de acordo com o ilustrado na figura 09.

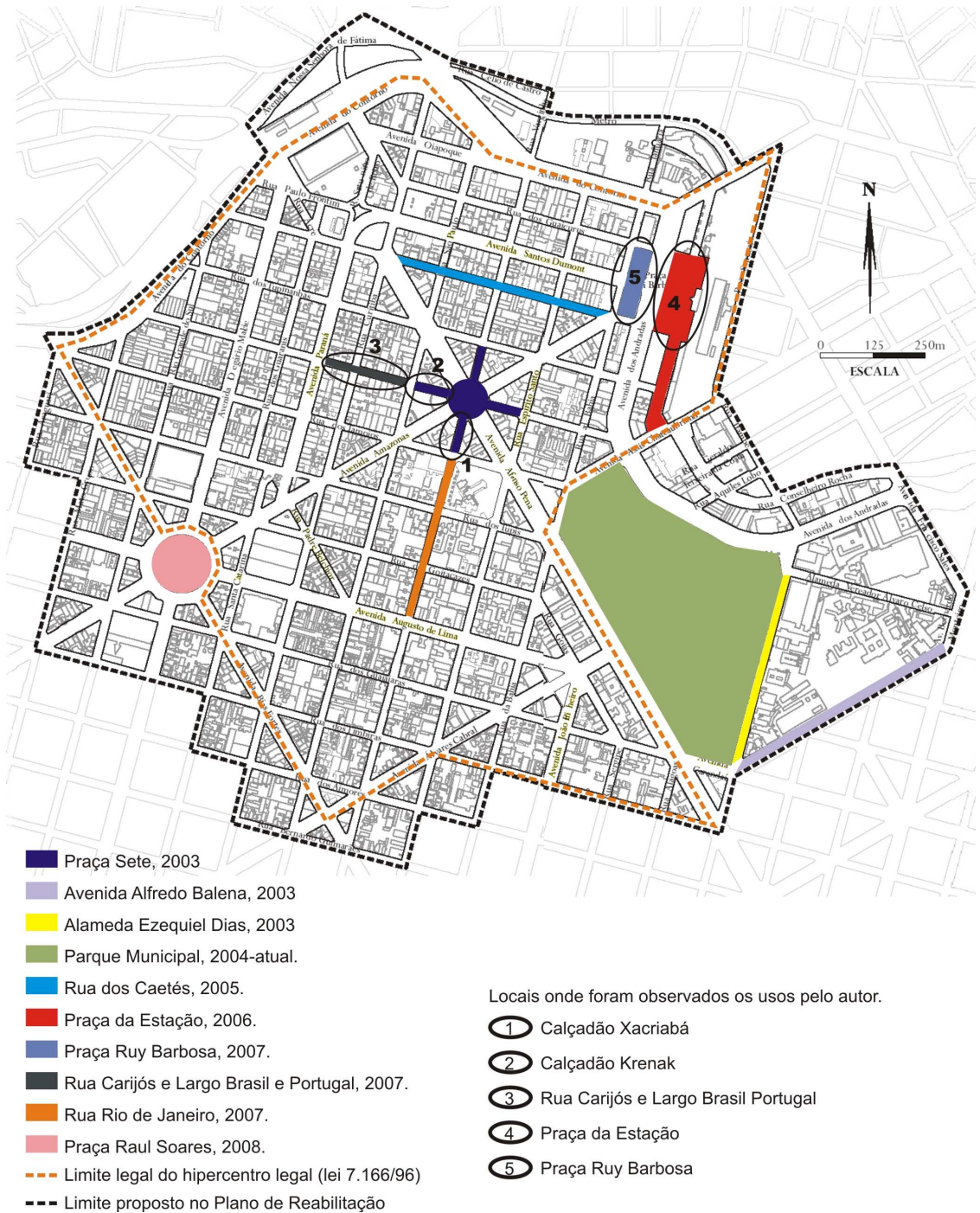


Figura 09: Mapeamento das intervenções já concluídas e pontos onde foram observados as formas de apropriação do espaço público. Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte, editado pelo autor.

O plano foi elaborado a partir de um amplo e detalhado diagnóstico da área, realizado pela Praxis Projetos & Consultoria, através de leituras técnicas e entrevistas, onde se pôde obter uma leitura aprofundada e detalhada sobre o Hipercentro. Foram contemplados desde aspectos como perfil socioeconômico, apropriação dos espaços públicos, segurança, legislação, percepções sobre o lugar, dentre outros. A partir daí, são propostas diretrizes gerais, setoriais e propostas de ação, de acordo com cada subárea do Hipercentro.

Em relação às diretrizes gerais, elas incidem sobre a melhoria do ambiente urbano e valorização das áreas públicas: reforço de seu valor simbólico, ordenamento das vias de fluxo priorizando o pedestre, estímulo ao uso residencial e outros usos que atraiam investimentos para a área, priorizando a construção de parcerias público-privadas e a participação comunitária. Ainda há as diretrizes gerais para cada subárea do Hipercentro, estabelecendo medidas que compatibilizem as novas ações com as “vocações” das respectivas subáreas como da Rodoviária, por exemplo – considerada como equipamento coletivo multifuncional – que contempla, entre vários usos, o comércio popular. O comércio popular é ainda reforçado na subárea formada pela Rua Guaicurus, Santos Dumont e Caetés.

As propostas são organizadas de forma setorial mas, segundo o próprio documento, *“guardam entre si extrema relação de interdependência e complementaridade”* (BELO HORIZONTE, 2007, p.19). Assim são apresentados projetos e ações na área de gestão, legislação, acessibilidade e mobilidade urbana, requalificação de logradouros públicos, apropriação de espaços públicos, definição de áreas especiais para requalificação, reocupação dos imóveis vazios, revitalização das galerias comerciais, além de operações urbanas.

Em relação a essas últimas, instituídas em Belo Horizonte desde o Plano Diretor de 1996, foram identificadas áreas passíveis da incidência desse instrumento, tais como: ao norte, a Rua dos Guaicurus, Rodoviária e entorno; a leste, nas adjacências dos mercados Novo e Central e Rua Padre Belchior; a nordeste, ao longo da Avenida dos Andradas e Casa do Conde. Entre as ações objetivadas pelo Plano de Reabilitação, estão: a diminuição do estigma social associado à prostituição e a dinamização do uso residencial e cultural, para o caso da Operação Urbana Rodoviária/Guaicurus; reforço da vocação para o turismo e apoio para as atividades de turismo de negócios e eventos, para a Operação Urbana Mercados; reforço cultural e atração de novos investimentos imobiliários, para o caso da Operação Urbana Casa do Conde (BELO HORIZONTE, 2007).

Em relação aos tipos de usos propostos, a operação Casa do Conde se difere mais das duas primeiras, apresentando um caráter mais livre em relação às propostas que apontam soluções como implantação de torres comerciais e usos culturais, enquanto as outras se limitam a reforçar as características consideradas previamente como “vocações” da área. Assim, podemos resumir que os usos são propostos no sentido de dinamizar ao máximo essas áreas, não deixando que elas se especializem por completo e que, ao mesmo tempo, cada uma possa se consolidar de acordo com seu potencial: área residencial para o entorno da rodoviária e Rua Guaicurus, área de negócios ao longo da Avenida dos Andradas e área de apoio ao turismo de negócios próximo aos mercados.

Em todas essas três operações urbanas são enfatizados os usos e atividades culturais, como espaços para gastronomia local, apresentações de grupos teatrais e pequenos espetáculos, principalmente no caso da operação urbana Casa do Conde, onde a presença do Museu de Artes e Ofícios parece irradiar para esse polo a instalação de museus, casas de espetáculos e shows.

Procuramos, até aqui, apresentar as principais ações e projetos do Programa Centro Vivo, voltadas principalmente para a requalificação dos espaços públicos. Ainda há várias ações e programas de cunho social, como a reforma e construção de restaurantes populares, campanhas educativas e artísticas, além de programas de combate à criminalidade e ações que intensificam a segurança pública e o controle social como o Programa Olho Vivo e a Guarda Municipal. Entendemos que todas essas ações estão interligadas, mas procuramos enfatizar aqui somente aquelas diretamente relacionadas com a produção da espacialidade concreta. Em relação a essas obras, existe uma clara vontade política no sentido de dar continuidade a elas. Segundo o prefeito Fernando Pimentel, *“o projeto Centro Vivo continua. A cada semestre a gente faz dois, três quarteirões de rua. São obras que têm que ser feitas com muito cuidado, com muita cautela sempre negociando com os comerciantes para não prejudicá-los”* (BELO HORIZONTE, 2006).

2.5.3 O Programa Centro Vivo enquanto Projeto Urbano; considerações

Se retomarmos as considerações de Fernandes (2004) e de Compans (2004), a respeito das matrizes ou campos de tensão que polarizam o urbanismo e o planejamento

urbano contemporâneo no Brasil, podemos considerar o processo de renovação do Hipercentro de Belo Horizonte como depositário dessas mesmas características. Para nós, trata-se de uma proposta híbrida em que se pode compreender claramente as preocupações que envolvem essa centralidade enquanto espaço de disputa de interesses e de uso de toda a cidade, não se restringindo a grupos ou frações de classe específicas. O sentido de intensificar o caráter democrático desse espaço, além de sua diversidade, é evidente no Plano de Reabilitação que procura reforçar algumas centralidades já tradicionalmente caracterizadas pelo tipo de atividades que comportam. Um exemplo é o comércio popular existente nas imediações da rodoviária, que mesmo com sua perspectiva de transferência, deve permanecer, de acordo com o plano, como ponto de apoio ao transporte metropolitano, diminuindo o impacto econômico na rede de atividades comerciais e de serviços existentes em seu entorno, e que dependem diretamente do funcionamento da rodoviária para se manterem.

Ações de cunho urbanístico como o aumento das vias públicas para pedestres, prática adotada em praticamente todas as ruas requalificadas, e as melhorias de acessibilidade para deficientes, são ganhos inquestionáveis para a qualidade ambiental do Hipercentro, bem como a dinamização dos usos. Entretanto, talvez essa seja uma característica que nos permite encontrar algumas incongruências, tanto com o discurso local quanto federal, no âmbito de uma política nacional de reabilitação. Se uma política nacional de reabilitação de áreas urbanas centrais deve, a princípio, se basear no combate ao padrão segregador de nosso processo de urbanização, baseando-se na reutilização de edifícios subutilizados ou abandonados, verifica-se, no caso de Belo Horizonte, pouco alinhamento institucional com os preceitos dessa política, por mais precipitada que seja tal afirmação.

Tal contradição fica ainda mais evidente se considerarmos o principal argumento usado também pela PBH para reabilitar o Hipercentro, que é a reutilização dos espaços subutilizados e o baixo grau de dinamização dos usos de uma maneira geral. A própria palavra “reabilitação” supõe esta premissa, o que muitas vezes é reforçada pela PBH, nos momentos em que convém enfatizar, que tal processo não se trata de uma “revitalização” uma vez que o centro não estaria sem vida⁵¹.

⁵¹ O caráter de reabilitação, e não de revitalização é reafirmado pelos técnicos da PBH conforme publicado em muitas reportagens veiculadas na mídia impressa da cidade.

Nesse sentido, as propostas que contemplam a reconversão de edifícios subutilizados como moradia de caráter social, são ainda restritas e tímidas⁵². Se para alguns atores, como o capital imobiliário, essa possibilidade de reutilização significaria a subutilização de um espaço potencialmente lucrativo, para outros causa desconforto, como fica explicitado no posicionamento da Associação dos Comerciantes do Hipercentro: *"A presença de uma população de baixa renda morando no centro não é interessante para a cidade. Há um temor de uma favelização do Hipercentro como ocorre em São Paulo ou então nos prédios ocupados no bairro Santa Teresa, em Belo Horizonte"*⁵³.

Em Belo Horizonte, a estratégia adotada para renovar o núcleo central da cidade se difere, em muitos aspectos, daqueles casos onde o poder público e a iniciativa privada lançam mão dos recursos visuais da arquitetura e do urbanismo. Nas propostas, nota-se a inexistência de qualquer tipo de intervenção de caráter emblemático, limitando-se a obras e projetos de embelezamento urbano, não existindo, no caso do hipercentro, propostas arquitetônicas de caráter espetacular. Como discutido por Tsiomis (1996), parece se tratar de um caso onde os principais atores limitam-se a combater, ou tirar proveito de uma "crise da cidade", procurando novas áreas e nichos de mercado. Entretanto, em nossa perspectiva teórica e conforme deixa claro o próprio Tsiomis (1996), nem sempre os Projetos Urbanos contemporâneos são necessariamente caracterizados pela força de grandes obras monumentais. No caso de Belo Horizonte, esse artifício seria ainda dispensável, uma vez que o Hipercentro nunca deixou de representar uma centralidade, seja simbólica, seja econômica, no contexto da metrópole.

Entretanto, essa *"estratégia disfarçada de embelezamento urbano"* (Tsiomis, 1996), tem gerado consequências semelhantes aos casos de outras metrópoles. Guardadas as devidas proporções, após o investimento inicial da Prefeitura Municipal, já se verifica claramente hoje o retorno ao Hipercentro de capitais privados, principalmente

⁵² No Plano de Reabilitação do Hipercentro, a proposta de reconversão de edifícios para fins residenciais é seguidamente reforçada, entretanto não se estabelece o tipo ou classe social a que se destinam. Somente no item 4.2, que estabelece as diretrizes para habitação, há um item onde especifica que devem *"considerar, nos programas habitacionais, a possibilidade de atendimento a todas as faixas de renda, viabilizando a política pública para habitação social para famílias de renda de 0 a 3 salários mínimos"* (BELO HORIZONTE, 2007, p17). Por um lado, a falta de propostas para moradias de baixa renda se deve ao fato da quase inexistência de prédios públicos no Hipercentro (somente 1 edifício, do INSS). Por outro lado, a falta de uma política mais incisiva por parte do estado deixará nas mãos do mercado as possibilidades remotas de oferta de moradias para uma parcela com baixo poder de consumo.

⁵³ Dario Aguiar, vice-presidente da Associação dos Comerciantes do Hipercentro. Jornal O Tempo (publicado em 21/02/2006)

em atividades ligadas à cultura, ao lazer e a serviços.⁵⁴ É, sobretudo, no setor imobiliário que esse reinvestimento ganha mais força. Devido ao caráter de urgência em que foi aprovada a lei 9.326/07, já se encontra “pronto para morar” e quase completamente vendido o primeiro edifício reconvertido do Hipercentro, localizado na Rua São Paulo. Ao preço médio de R\$70.000,00, os 156 apartamentos são destinados a trabalhadores da região, pessoas idosas ou estudantes, considerados o nicho de mercado de habitação no Hipercentro. O mesmo empreendedor adquiriu recentemente outro grande edifício abandonado, “símbolo do abandono e degradação no Hipercentro”. E conforme noticiado pela mídia, as possibilidades de investimento no mercado habitacional na região do hipercentro têm aumentado cada vez mais⁵⁵.

A própria mídia tem fomentado a especulação e o reaquecimento desse mercado. As estratégias vão desde a veiculação do Hipercentro como espaço da diversidade, até a divulgação de índices que atestam a valorização e o potencial da área. No primeiro caso, é importante notar como os usos e apropriações tradicionais do espaço público no Hipercentro passam a ser vistos como mais um atrativo local (figura 10), sugerindo uma inversão do *lugar* em paisagem, assim como apresentado por Zukin (2000).

No segundo caso, trata-se de mero fomento à especulação. Em matéria publicada pelo jornal O Tempo, os imóveis vêm passando por uma valorização muito rápida desde o início das intervenções em 2003. O jornal afirma que:

“O empresário Márcio Rosa é proprietário da imobiliária Horizonte. Segundo ele, só nos últimos seis meses a procura por imóveis residenciais e comerciais para vendas e locação cresceu 30%. [...] ‘A revitalização também está atraindo redes de comércio de outros Estados, como a drogaria Pacheco, as lojas Mig e a Ótica Diniz. Tudo isso contribui para a valorização dos imóveis’, afirma Antonio Mota, proprietário da Ariane Imóveis, que também

⁵⁴ Como exemplos podemos citar a reforma do antigo Cine Teatro Brasil, localizado na Praça Sete, e transformado em V&M Brasil Centro de Cultura, a faculdade de tecnologia INED, na Afonso Pena, entre outros.

⁵⁵ Trata-se do conhecido edifício “Balança, mas não cai” adquirido pela Incorporadora Diniz Camargos. Há ainda, de acordo com o Plano de Reabilitação do Hipercentro, 59 edifícios passíveis de reconversão para habitação ou serviços.

*já observou um aumento de aproximadamente 30% no valor dos imóveis no centro*⁵⁶.

Para nós, o processo de renovação do Hipercentro também é um campo de ação onde se convergem muitos interesses, o que impossibilita afirmar a tendência ou filiação dos planos e projetos nos termos colocados por Fernandes (2003) e Compans (2004). No caso de Belo Horizonte, ele tem componentes que poderiam situá-lo como um típico Projeto Urbano, numa acepção mais voltada ao embelezamento e soluções micro-pontualizadas, como fica claro tanto no plano (preocupações com atividades e usos das áreas) quanto nos projetos implementados, como na Praça Sete. Também estão presentes ações “socializantes”, menos no caso das intervenções físicas, e mais devido aos outros programas que acompanham a revitalização (ver anexo 1). A dificuldade de situar o processo se apresenta ainda maior pelo fato de haver um curto espaço de tempo desde o início das reformas, ainda que já sejam evidentes algumas consequências, como explicitadas acima. Retomando Compans (2004), no caso específico do Plano de Reabilitação, devemos nos ater menos ao seu conteúdo, e mais na forma como determinados instrumentos podem ser reapropriados e desvirtualizados, como exemplificado por Fix (2003) em São Paulo, para o caso das operações urbanas em São Paulo.

⁵⁶ Jornal O Tempo, (publicado em 19/02/2006).

Capítulo 3: o novo Hipercentro e os espaços de representação

3.1. INTRODUÇÃO

Nesse capítulo, vamos apresentar nossa leitura da dinâmica socioespacial do Hipercentro, ainda que as análises empíricas aqui apresentadas se refiram a fragmentos tanto dispersos, como também limitados no que se refere à sua abrangência espacial e temporal. Assim serão analisados pontos específicos da região que foram objetos de observação no decorrer da pesquisa, entre os anos de 2006 e 2007. Mais especificamente, trata-se de algumas áreas submetidas a transformações físicas, locais onde foram postas em prática intervenções espaciais, de início dispersas e que mais tarde se aglutinaram em um grande – porém superficial – programa de requalificação, o Programa Centro Vivo. Nesse âmbito, focaremos nossas análises em alguns pontos recém-requalificados, procurando, de início, descrever os modos de apropriação desses espaços por seus usuários habituais.

Tal posicionamento expõe, de antemão, uma de nossas principais premissas teóricas, a saber, o fato de intervenções no espaço físico serem acompanhadas de modos de apropriação desses espaços que nem sempre correspondem às finalidades originalmente projetadas para eles. Em outras palavras, uma descrição evidenciaria as ressignificações que se operam em uma espacialidade programada. Entretanto, mais do que descrever as relações diretas entre a finalidade ou função de determinada espacialidade e seu uso concreto, um dos objetivos deste trabalho é, conforme anteriormente dito, estabelecer as relações entre dimensões distintas do processo de produção do espaço social. Na tentativa de apresentar uma leitura própria acerca das articulações entre os espaços de representação e as representações do espaço (LEFEBVRE, 2006), este capítulo se foca principalmente sobre as primeiras. Num próximo capítulo, procuraremos estabelecer as correlações entre as transformações na experiência espacial cotidiana e as decisões e estratégias definidas na prática espacial estabelecida pelo corpo técnico do Estado, conforme já vistas no capítulo anterior.

Tal leitura está sujeita a diversos fatores limitantes. Em primeiro lugar, a escala do objeto, que nos impossibilita abarcar o universo socioespacial de todo o Hipercentro por motivos óbvios, como sua extensão física, fazendo com que nosso procedimento analítico esteja limitado a um “espaço de tempo” muito curto, e que impede, desde já, a construção de generalizações acerca da totalidade do Hipercentro. Soma-se a isso o caráter complexo do objeto, palco de ação de uma multiplicidade de grupos e agentes que dele se apropriam, das mais variadas formas. Em outras palavras, tal dificuldade deve-se à qualidade e quantidade de relações sociais que são estabelecidas em tal espacialidade. Finalmente, a dificuldade de proceder a extrapolações e generalizações,

ultrapassa as limitações espaço-temporais e o caráter de relações sociais dificilmente quantificáveis. Referimo-nos aos aspectos típicos da experiência urbana contemporânea, ou seja, aqueles que caracterizam as atuais metrópoles em sua fase contemporânea e que, mesmo se tratando de uma metrópole periférica, a nosso ver se tornam prementes em suas centralidades: a velocidade com que as transformações se processam, a quantidade das intervenções em sua espacialidade física e a rápida substituição dos antigos referenciais. Consideramos, portanto, que Belo Horizonte, direta ou indiretamente, não está imune às práticas nem às representações que produzem qualquer espaço inserido num contexto globalizado.

Num primeiro momento apresentaremos, através de alguns estudos e levantamentos, uma leitura do Hipercentro que evidencia os tipos mais comuns de atividades que ali se concentram. Por atividades referimo-nos àquelas ligadas à economia – formal e informal – como também àquelas ligadas ao lazer, ao habitar e ao circular, incluindo, ainda, o puro ócio. Tal leitura é uma tentativa de apresentar, de forma geral, a diversidade de usos que se estabelecem no perímetro delimitado pelo Hipercentro. Procuraremos estabelecer um paralelo entre esta leitura em particular, embasada em fontes secundárias, e outras a respeito do Hipercentro, principalmente aquelas veiculadas pela mídia, na qual o Hipercentro vem sendo associado com a ideia de degradação. Desde já, é nossa intenção apresentar argumentos contra as representações que comumente associam o Hipercentro à ideia de lugar degradado.

No entanto, tal leitura pode corroborar com outro equívoco não menos difundido: a representação do Hipercentro como um todo homogêneo ou como uma unidade contígua e indiferenciada. Nesse caso, independente da forma como é adjetivado muitas vezes e, principalmente, pela mídia (vivo ou morto, elitista ou popular), é como se não houvessem diferenças físico-territoriais, de ocupação e de uso de seus espaços públicos e privados. No decorrer de nossa leitura acerca das relações socioespaciais de apropriação dos espaços no Hipercentro, produziremos nossa própria representação. Tomemos como pressuposto que o Hipercentro é uma espacialidade altamente complexa, com diferenciações internas e de grande vitalidade. Portanto, trata-se de apresentar rapidamente uma leitura alternativa e contrária àquela que se pretende dominante. Tal leitura pode se contrapor às representações dominantes, como também revelar o quanto essas representações eclipsam uma rede de relações sociais complexas.

Após essa apresentação mais geral sobre o Hipercentro, passaremos a um outro plano de análise. Ele aborda as relações socioespaciais de uso dos espaços públicos em pontos específicos do Hipercentro, a saber, as espacialidades renovadas, resultantes do processo de requalificação. Isso significa fazer uma transposição entre dois campos

distintos. Significa abandonar as relações mais abstratas e genéricas que se dão no espaço e verticalizar sobre as especificidades de cada porção peculiar do espaço, enquanto elemento significativo. Trata-se, portanto de analisar aquelas relações que se dão *no* espaço e que, devido a elas, qualificam esse espaço enquanto valor de uso. Trata-se de enumerar e descrever determinados momentos nos quais as interações relativamente constantes entre homem-espaço constituem, em hipótese, diferenciações ou irrupções, em meio às práticas espaciais hegemônicas. Ou nos termos de Certeau (1994), trata-se de descrever eventos táticos em meio às estratégias. Estas últimas, aqui consideradas em sua forma concreta, espacializada.

Esta análise será baseada em informações obtidas por métodos qualitativos de pesquisa, notadamente a observação (não participante) e entrevistas semi-estruturadas, realizadas ao longo do período da pesquisa, entre 2006 e 2007, em pontos específicos recentemente renovados: calçadões fechados da Praça Sete, principalmente o Xacriabá e Krenak, Rua Carijós, Praça Rui Barbosa e Praça da Estação, conforme mostrado graficamente na figura 09.

Tentaremos mostrar os modos de apropriação desses espaços – o que de certa forma não seria mais do que uma descrição – como também procuraremos evidenciar a qualidade e, sobretudo, a natureza dessas apropriações, tendo como referência as premissas apresentadas no primeiro capítulo de nosso trabalho: a categoria *lugar*, tal como foi definida por Massey (2000), Santos (1996), Guattari (1985) e Certeau (1994). Nos dois primeiros, tal categoria está condicionada a um tipo específico de apropriação, a saber, aquelas tentativas de atribuir significados a uma espacialidade, através dos usos que ali se processam. Nos dois últimos, esta atribuição de significado a uma espacialidade se caracteriza por ser divergente em relação à finalidade para a qual tal espacialidade foi projetada ou construída.

Dessa forma, será nosso objetivo levantar as condições que nos permitam refletir sobre os modos como os espaços renovados vêm sendo apropriados por grupos específicos de usuários/usadores. Teremos como perspectiva, ou ponto de apoio para discutir a natureza desses usos, as concepções teóricas da categoria *lugar* que apontam para um sentido político do espaço, o que veremos no próximo e último capítulo de nosso estudo.

3.2. AS ATIVIDADES NO HIPERCENTRO

A região do Hipercentro de Belo Horizonte é um ponto de passagem por excelência. Devido à configuração da malha viária em formato de grelha, estruturada e ao mesmo tempo estruturadora de zonas concêntricas seccionadas por grandes corredores axiais, o Hipercentro se tornou, ao longo dos anos, o principal ponto nodal da região metropolitana. Ele é passagem obrigatória para pessoas que cruzam a cidade de uma periferia à outra, além de fazer a conexão entre essas últimas e outras cidades que compõem a mancha urbana da grande BH. Entretanto, esta área é mais que um núcleo concentrador de fluxos. O Hipercentro concentra diversas atividades, é local de moradia, de trabalho e de lazer e é o entendimento da apropriação de sua espacialidade concreta, principalmente no que tange aos seus espaços públicos, que nos permite compreender melhor o processo de produção de seu espaço.

Considerando sua localização no contexto metropolitano e sua relação com a configuração viária, fica clara a importância que o Hipercentro assume no contexto da mancha urbana. Se estabelecermos uma hierarquia dos acessos à área, podemos observar sua preeminência enquanto centralidade no sistema circulatório. Assim, o Hipercentro é primeiramente cortado por corredores importantes como a Avenida Paraná e Santos Dumont, definidos como trajetos prioritários para o transporte coletivo urbano, e se configuram como trechos concentradores de pontos de embarque e desembarque, de onde partem muitas das linhas que divergem em direção aos bairros periféricos e à zona norte metropolitana. A maioria das linhas de coletivos urbanos não só passam por lá, como também realizam transbordo na área. A utilização do Hipercentro como área de transbordo incrementa ainda mais o grande fluxo de pedestres na área, que somados àqueles que, em menor número, fazem a conexão com as linhas de metrô, contribuem para a formação de um grande mercado consumidor que sustenta as pequenas atividades comerciais espalhadas pela região.

Além dessas, passam pelo Hipercentro os dois principais eixos da Área Central: a Avenida Amazonas e a Avenida Afonso Pena. Dada a extensão e a função estruturadora dessas vias no contexto da cidade e da metrópole, elas também contribuem para a polarização de atividades na área. Há, ainda, a Avenida do Contorno que delimita e funciona como um anel rodoviário em torno de toda a Área Central, estabelecendo também os limites do Hipercentro em sua porção norte. Além das avenidas, é na região do Hipercentro onde se desembocam boa parte das grandes artérias que ligam radialmente a Área Central com o restante da região metropolitana, entre as quais

podemos citar a Avenida Dom Pedro II, a Avenida Antonio Carlos, e a recém-construída Linha Verde⁵⁷.

Dessa forma, as condições de acesso ao Hipercentro permitem que nele se chegue por todos os lados e, a partir dele, é possível sair para praticamente qualquer ponto na região metropolitana. Sua centralidade em relação ao sistema circulatório é tal, que seria quase impossível para alguém recém-chegado a Belo Horizonte, não passar pelo Hipercentro. Isso se deve, por um lado, à localização de equipamentos públicos essenciais à circulação, como a Estação Rodoviária ou a antiga Estação Ferroviária Central, hoje transformada na Estação Central de Metrô. Nesse sentido, também operam os grandes corredores que direcionam o fluxo de pontos distantes, como o Aeroporto de Confins ou o futuro Centro Administrativo, em direção a regiões próximas ao Hipercentro⁵⁸.

Por outro lado, diversos órgãos públicos estão situados na área do Hipercentro, como a Prefeitura Municipal, a Receita Federal, Tribunais Estaduais, além de instituições como bancos, delegacias e universidades públicas. Soma-se a isso a grande concentração de instituições financeiras privadas, sobretudo no entorno da Praça Sete, conforme já mencionado no capítulo anterior, além de todo o tipo de comércio e serviços mais, ou menos especializados. Conforme já visto, a região do Hipercentro coincide com a área projetada, desde o plano original de 1894, para funcionar como a principal centralidade da cidade, abrigando desde grandes instituições públicas a pequenos estabelecimentos comerciais. Atualmente, o Hipercentro é lugar também de grandes *shoppings centers* e ambulantes de todo o tipo, ainda que estes tenham sido, em sua maioria, retirados das ruas e organizados nos *shoppings* populares.

A multiplicidade de atividades comerciais e de serviços no Hipercentro permite uma grande diversidade de tipos sociais. Ali trabalham o profissional liberal, o burocrata, o grande e o pequeno comerciante, os prestadores de serviço especializado ou não, como também enorme variedade de trabalhadores com baixa ou nenhuma especialização: atendentes diversos, balconistas, agentes de crédito, faxineiras, *office-boys*, catadores de papel. Sem contar as inúmeras atividades que compõem um circuito

⁵⁷ Mais precisamente, esses corredores desembocam diretamente no Hipercentro legal, através dos viadutos do complexo da Lagoinha. O viaduto Hansen Araújo faz a conexão com a Avenida Antonio Carlos, enquanto o viaduto Sarah Kubitschek liga o Hipercentro à via expressa Linha Verde.

⁵⁸ Um desses corredores, a Linha Verde, será responsável pelo grande fluxo entre toda a área central da cidade e o Centro Administrativo, bem como o Aeroporto Internacional Tancredo Neves, já com planos de ser transformado futuramente em aeroporto industrial.

marginal da economia: ambulantes, toreros, prostitutas, compradores de metais, receptadores, ladrões etc.

Partindo de uma leitura que considera o Hipercentro legal como um todo e sua multiplicidade de atividades, sejam elas econômicas, residenciais, culturais, ou de lazer, podemos afirmar que, socialmente, o Hipercentro se constitui em uma região onde há uma rica e complexa sobreposição de classes e tipos sociais, que dão origem a um espaço de grande vitalidade. Através de um mapa de uso e ocupação do solo da região, pode-se ter uma ideia de sua complexidade (figura 10).

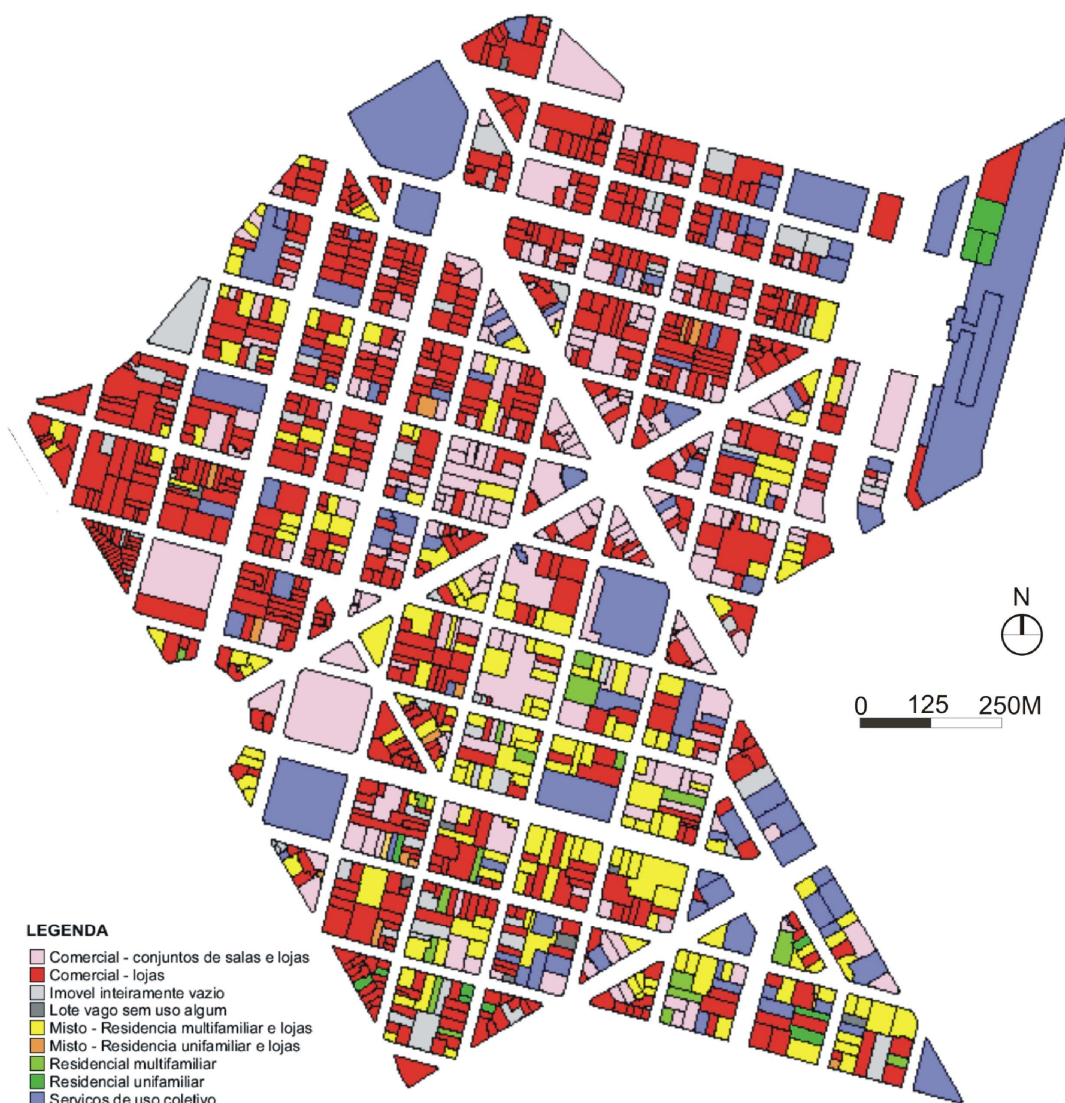


Figura 11: Uso e Ocupação dos imóveis no Hipercentro legal. Fonte: Praxis Consultoria

A partir dessa leitura em perspectiva, poderíamos também afirmar que a mistura de classes impossibilita qualquer tendência ou afirmação da formação de guetos ou áreas especializadas no Hipercentro. Entretanto, uma leitura mais atenta, tanto da forma

em que certas atividades se especializam, como da espacialização dos usos e ocupação dos imóveis, nos permite uma interpretação mais complexa dessa espacialidade.

Ainda que haja no Hipercentro a oferta de serviços especializados como escritórios de advocacia, agências de mídia e publicidade, instituições privadas como universidades, e grandes centros de consumo como *shoppings centers*, além de instituições públicas como já visto, podemos dizer que, de uma maneira geral, o que caracteriza as atividades econômicas no Hipercentro é a existência de inúmeros estabelecimentos voltados ao comércio popular e serviços não-especializados, como tecidos, artigos de vestuário, artigos domésticos, calçados, livros e papelarias, farmácias, artigos importados, além de lanchonetes e pequenos restaurantes, reparos e consertos, diversão e lazer. Geralmente as lojas ou os serviços se agrupam de acordo com o tipo de mercadoria ofertada, como as lojas de eletrônicos situadas na Rua dos Guaranis, as lojas de eletro-eletrônicos na Rua Curitiba, ou até mesmo a oferta de serviços sexuais e vídeo sexo na região da Rua dos Guaicurus. O que determina a localização dessas atividades é, logicamente, a maior ou menor valorização dos imóveis. No caso da Rua dos Guaicurus e outras localizações às margens do Ribeirão Arrudas por exemplo, a desvalorização ocorreu devido a estas serem vulneráveis aos constantes transbordamentos e inundações do ribeirão em épocas de chuva.

Assim verifica-se a formação de áreas de especialização no interior do Hipercentro, mesmo que não tenham limites claramente definidos. São áreas de negócios, de prestação de serviços de toda natureza, de comércio, caracterizados cada qual segundo o tipo de consumidor a que se destinam, segundo o caráter arquitetônico desses espaços e, principalmente, o preço que é pago pela mercadoria ofertada. Entretanto, verifica-se a justaposição de ambas as categorias – uma especializada e outra popular – de serviços e comércios em uma mesma área, o que resulta em locais de alta heterogeneidade espacial e social.

Esse caráter de mistura e diversidade, onde se aglutinam diferentes formas, funções e usos que se sobrepõem em um mesmo lugar, é que caracteriza o Hipercentro como uma área dinâmica, complexa e, acima de tudo, de grande vitalidade. São exatamente essas características, responsáveis pela ideia de caos, que são frequentemente relacionadas ao Hipercentro. No entanto, relacionar tal espacialidade com um quadro caótico, seria uma contradição de termos, pois o que podemos ver até aqui, é que o Hipercentro, assim como toda a área interior à Avenida do Contorno, foi concebida através da ortogonalidade cartesiana e modernizante, como também, ao longo de seus 110 anos, toda a Área Central de Belo Horizonte foi pensada e repensada através da instrumentalidade urbanística.

Mesmo que seja fruto de uma racionalidade pertencente a um urbanismo progressista⁵⁹, com sua morfologia cartesiana e funções espacialmente delimitadas, o Hipercentro deve ser entendido para além da espacialidade geométrica. Uma leitura de outras dimensões produtoras do espaço, as relações que acontecem sob esse substrato, sua dinâmica social, nos escapam, perfazendo uma complexidade difícil de apreender.

Assim, ainda que estatisticamente haja uma grande parte da população residente com renda mensal superior a dez salários mínimos, além de boa parcela dos serviços especializados da Área Central estarem localizados na área interna à Avenida do Contorno, a representação social do Hipercentro é ainda associada à criminalidade, à desordem, à degradação. Nesse sentido, tem sido comum, principalmente na mídia impressa, retratar as recentes intervenções no Hipercentro como um ponto de inflexão entre o antigo centro em vias de abandono e o novo centro “revitalizado”:

O centro de Belo Horizonte já não é mais o mesmo. Antigos problemas como assaltos, mendigos e trânsito tumultuado ainda existem, mas em uma proporção muito menor. Investimentos da administração pública e da iniciativa privada compraram mais tranquilidade para quem anda pelas ruas [...] De acordo com o secretário da Administração Regional Municipal Centro-Sul, Fernando Cabral, as melhorias nas ruas foram fundamentais para tornar os programas de segurança mais eficientes, resgatar o público consumidor que deixou de frequentar o local por medo e valorizar uma área tão importante para a cidade. “Agora o centro está voltando a ser ponto de encontro”, destaca Cabral⁶⁰.

É interessante salientar que algumas interpretações desse processo particular comportam, a nosso ver, uma inversão total dos sentidos da apropriação dos espaços públicos. O que era para ser considerado como potencialidades locais, são tomadas como obstáculos ou características a serem superadas, uma vez que eventos pontuais

⁵⁹ A expressão urbanismo progressista foi utilizada por Françoise Choay (1965) para designar experiências e ideias no campo da urbanística, que se alinhavam a uma concepção positivista e racional sobre o espaço.

⁶⁰ Grifo nosso. Jornal O Tempo (publicado em 19/02/2006).

são facilmente generalizados para toda a região. Assim se constrói a imagem de que certas áreas são perigosas, degradadas e devem ser evitadas.

Apoiada sobre esse mesmo discurso que toma a parte pelo todo, algumas atividades instaladas na região correm o risco de serem substituídas, como é o caso das atividades características do entorno da Estação Rodoviária, composta por uma gama de comércio e serviços que atendem principalmente às camadas populares, além daquelas instaladas na Rua Guaicurus, tradicional área “boêmia” da cidade e movimentada principalmente por cerca de mais de 2000 mil profissionais do sexo. Em ambos os casos, serão fatalmente impactados no momento em que se concluir a implantação da Nova Rodoviária no Bairro Calafate e, sobretudo, pela possibilidade apontada no Plano de Reabilitação do Hipercentro, que prevê a implementação da Operação Urbana Rodoviária/Guaicurus⁶¹. Segundo depoimento da consultora da Secretaria Municipal de Políticas Urbanas, Maria Caldas, a área pode ser palco de intervenções substanciais:

[...] a da Guaicurus é a de maior potencial para receber projetos arrojados de substituição do tecido urbano, que demandem grandes áreas [...] A existência de grandes prédios, subutilizados, também permite que a área seja explorada pela hotelaria e turismo de negócios⁶².

As interpretações acerca dessas intervenções parecem ter um duplo sentido: no caso específico da mídia, além de enaltecer as medidas já tomadas pelo Estado – atestam que elas estão “no caminho certo”, justificando a continuidade do processo e fortalecendo o consenso necessário à urgência de um processo de requalificação – não raro tratado como “revitalização”. Ao mesmo tempo contribuem para a cristalização da ideia de que um centro requalificado seria aprioristicamente melhor para todos, desconsiderando os interesses localizados e usando o adjetivo “degradado” a partir de uma leitura generalizante. Para esses agentes, o Hipercentro é hoje, salvo os locais já requalificados, uma centralidade em processo de decadência, devendo ser recuperada, ou nos termos comumente estampados nos principais jornais da cidade, o processo deve

⁶¹ Para a operação urbana Guaicurus/Rodoviária, está previsto o incentivo ao uso residencial e comercial. Em princípio, os locais transformados seriam os galpões, prédio, restaurante e biblioteca da Escola de Engenharia da UFMG; hotéis Beira-Rio, Imperador e International Plaza; edifício inacabado na Rua Rio de Janeiro, 37; Cine México e a Casa Eclética, na Rua Guaicurus, 471. A rodoviária tornaria um terminal de transporte coletivo, com feira permanente de artesanato, telecentro, exposições e eventos culturais.

⁶² Jornal O Tempo. (publicado em 04/11/2007)

ser capaz de retomar o antigo “brilho do passado”, quando o Hipercentro era frequentado pela elite local:

*Um novo Centro está se desenhando bem debaixo do nariz dos belo-horizontinos. Impulsionados por mudanças no coração da capital, como a retirada dos camelôs e a requalificação de praças e ruas, empresários retomam as apostas naquela que já foi a área mais charmosa da cidade. Fazem planos para reformar prédios vazios, investem em antigos hotéis e reocupam pontos comerciais que pareciam condenados ao ostracismo. Estão de olho em bons negócios, mas ajudam a trazer de volta para a região gente interessada em viver ali. E, no embalo, mais movimento, lojas, escolas e serviços, deixando no passado a imagem de Centro degradado*⁶³.

É nossa opinião que o único aspecto que justifica qualificar o Hipercentro como local degradado é em relação ao atual estado de abandono de alguns edifícios. No total de 59⁶⁴, esses prédios poderiam ser alvo de um programa que efetivasse a participação de grupos sociais excluídos do processo de planejamento e gestão de toda a área metropolitana, no sentido da concepção de uma política inclusiva e integrada, principalmente no que tange às áreas de habitação, urbanismo e planejamento urbano. Dessa forma um extenso programa participativo de recuperação e readaptação desses edifícios ao uso residencial, aliado a ações de geração de emprego, renda e educação, colocaria em prática os preceitos contidos na perspectiva do direito à cidade. Podemos afirmar que o espaço do Hipercentro comporta uma intensidade de usos e multiplicidade de classes sociais suficientes para classificá-lo hoje, como uma centralidade efetivamente dinâmica e complexa. Nesse sentido há estudos que apresentam a complexidade das apropriações do espaço público no Hipercentro para além dos espaços renovados. Ribeiro (2007) aborda formas de resistência cultural que se utilizam do espaço da rua como suporte para manifestações. Nesse caso, os dançarinos de *soul* se apropriam da espacialidade concreta como palco de luta, atribuindo ao espaço uma dimensão política. Migliani e outros (2006) demonstram a potencialidade das ruas do Hipercentro como espaço da comunicação. O próprio diagnóstico produzido pela Práxis Projetos &

⁶³ Grifo nosso. Jornal Hoje em Dia, Caderno Minas. (publicado em 23/03/2008)

⁶⁴ De acordo com o Plano de Reabilitação do Hipercentro (2007).

Consultoria (2007) mapeia detalhadamente as formas de uso e apropriação dos espaços públicos em toda a área do Hipercentro.

No contexto da transformação da cidade em metrópole, a Área Central perdeu progressivamente seu caráter elitista e segregador, definido de antemão em seu plano regulador, e veio a se consubstanciar em um dos pontos mais democráticos da metrópole, com todos os prejuízos que isso acarreta aos diferentes grupos que se apropriaram dessa centralidade. Assim, classificar o Hipercentro como local abandonado ou degradado só contribui para que a política de reabilitação continue sendo levada de maneira acrítica, desconsiderando os riscos e os efeitos perversos que ela comporta, conforme visto em Smith (1996) e Zukin (1996), ao abordarem a problemática que envolve a *gentrification*. Da mesma forma, a continuidade de um programa que caminha em direção à reabilitação do Hipercentro como local de moradia, não deveria se afastar das premissas iniciais do plano, que consideravam essa função como primordial, tendo em vista o estoque de edifícios subutilizados. Entretanto, tal perspectiva ainda se limita ao plano dos discursos e, nesse caso, mostra que o posicionamento oficial do Estado – tanto em nível federal quanto municipal – em relação às áreas centrais, ultrapassa o plano das ideias somente quando se consubstancia em práticas deturpadas. Nesse caso, as representações do espaço em relação ao acesso e ao direito à cidade, na melhor das hipóteses não chegam ao nível de uma prática espacial e, na pior delas, concretizam-se sob outras formas.

3.3. OS SENTIDOS DA APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS RENOVADOS

A apresentação de uma leitura acerca dos modos de apropriação dos espaços no Hipercentro está limitada somente aos pontos que sofreram algum tipo de intervenção física, seja ela de caráter transformador, capaz de operar mudanças profundas no modo de utilização desse espaço, seja ela uma intervenção superficial. Esse grau de transformação estará condicionado à intensidade das mudanças relativas aos usos tradicionalmente comuns nessas áreas. No primeiro caso, há mudanças nos modos de utilização do espaço, como também no tipo de usuários (idade ou classe social) que podem ser substituídos por outros grupos ou simplesmente deixar de frequentar o local.

Em outros casos, áreas tipicamente com a função de passagem, podem ser convertidas em local de encontro ou atividades coletivas.

Em alguns locais essa mudança é evidente, como na Praça Rui Barbosa, que em conjunto com a Praça da Estação e o Bulevar Arrudas, passam a constituir um complexo novo no Hipercentro requalificado, passando a ter uma transformação em sua função no contexto da área central. Por outro lado há ainda alguns pontos onde as intervenções foram, no máximo, superficiais, incapazes de contribuir ou de reprimir qualquer tipo de uso anteriormente existente, como a Rua dos Caetés que permanece, mesmo após as melhorias nas calçadas e fachadas das edificações tombadas, como grande via de transbordo para o transporte público, além de polo de pequenos estabelecimentos comerciais.

Ordenamos a apresentação de nossa análise de acordo com a ordem cronológica das intervenções, começando com a Praça Sete, considerada aqui como formada pelos quatro calçadões fechados que receberam nomes de grupos indígenas após as obras de 2003: Xacriabá, Krenak, Maxacali e Pataxó. Para efeito de análise, consideramos apenas os dois primeiros, ainda que os outros dois sejam depositários da mesma dinâmica e vitalidade social. Posteriormente seguimos para a Praça da Estação, Rua dos Carijós com Largo Brasil e Portugal e, finalmente, Praça Rui Barbosa, entregue recentemente à população.

3.3.1 Praça Sete, calçadão Xacriabá e Krenak.

Apesar de ser considerada como praça, atualmente essa área não possui a configuração clássica e mais usual que a caracteriza. Inserida na interseção das avenidas Afonso Pena com Amazonas, a Praça Sete é, na verdade, o conjunto dos espaços públicos formados pelas esquinas desse cruzamento, os quatro calçadões dos quarteirões fechados, e mais o obelisco central, popularmente chamado de “Pirulito”, e que, apesar de ser um monumento isolado, é o único resquício da antiga configuração.

O calçadão Xacriabá é uma extensão da Rua Rio de Janeiro, que ocupa todo o quarteirão fechado entre a esquina formada pelas avenidas Afonso Pena e Amazonas em uma extremidade, e a Rua Tupis na outra. É um espaço contíguo de 120 metros de comprimento por 12 metros de largura, com pequeno declive em direção à praça. Além de ter função de passagem, é ponto de encontro e permanência para diversos grupos. Sua configuração espacial atual foi definida através de concurso público nacional, no âmbito do projeto BHCentro, já descrita no capítulo anterior. Os imóveis instalados no calçadão Xacriabá são basicamente usados por instituições financeiras como o

Unibanco, e por comércios como a lanchonete Pop&Kid, a sapataria Americana e a tradicional Galeria Praça Sete, onde se destaca um grande número de lojas voltadas ao segmento de artigos musicais que, somados ao movimentado bar Fórmula 1, em seu 3º piso, fazem com que a galeria se torne ponto de encontro de diversos grupos apreciadores de *rock*, *heavy metal*, *rap*, *hip hop*.

Antes mesmo de ser reformulado, em 2003, os calçadões fechados já se configuravam como pontos de encontro e apropriação pública, aliados ao uso como área de comércio informal. Através de uma descrição feita há quase 20 anos, acerca das atividades realizadas na área, podemos ter uma referência do quanto essas atividades se modificaram ou não no decorrer desse período:

Devido a pouca ocorrência de lojas, verifica-se uma considerável apropriação do espaço público para uso comercial. É expressiva a ocorrência de floristas, feiras, pequenos abrigos utilizados para divulgações diversas, cambistas, vendedores ambulantes etc, sendo tradicional a 'feira do livro'. É também muito comum a utilização das calçadas da esquina com a, Afonso Pena como palco para pequenos comícios, encontros políticos e promoções diversas. A marquise de um prédio desta mesma esquina abriga uma grande quantidade de jogadores de dama que ali se encontram para jogar (BELO HORIZONTE, 1989).

Atualmente, o calçadão fechado Xacriabá continua sendo uma passagem bastante movimentada, como também um espaço de convívio e manifestações. Talvez seja o mais movimentado dos quatro novos calçadões, onde o movimento da multidão de transeuntes que sobem e descem a Rio de Janeiro se contrapõe com a permanência de outras pessoas ou grupos que escolheram aquele local como ponto de encontro. Aqui optamos por considerar o calçadão Xacriabá como um espaço dividido entre sua parte baixa, a saber o parlatório e sua escadaria, e a parte alta, com a cobertura de vidro e os degraus. Essa classificação não é abstrata e tampouco arbitrária, pois os usuários do calçadão tendem a apropriá-lo, delimitando micro-territórios no interior de seus limites. Mesmo que esses territórios sejam flexíveis devido à contiguidade dessa espacialidade, preferimos adotar como procedimento de análise a definição de porções do espaço como áreas preferenciais de uso, o que também facilita muito a análise. Admitimos os riscos que tal procedimento analítico pode conter quando comporta simplificações e reduções, uma vez que tende a compartimentar um espacial e temporalmente um território que é contíguo e fluido.

Na tentativa de estabelecer um ritmo de animação e intensidade de movimento no calçadão, podemos afirmar que seus usos tornam-se mais intensos à medida que o dia avança. Em relação aos espaços de encontro, seu momento de maior tranquilidade é quando começa o dia, quando tais espaços permanecem vazios, enquanto uma multidão toma os espaços de passagem em direção ao trabalho. É nesse período que as duas faixas laterais do calçadão recebem o maior fluxo de pessoas nos dois sentidos, entre a Afonso Pena e a Rio de Janeiro. Já o momento máximo de animação coincide, muitas vezes, com o cair da noite, principalmente na parte alta, quando dividem o mesmo espaço os frequentadores da lanchonete, *hippies* e *skatistas*.

Por volta de sete da manhã, o calçadão está bastante vazio. Excluindo alguns raros mendigos dormindo sob a calçada e algumas pessoas sentadas nos degraus do parlatório, o único movimento ali é de passantes. Nesse horário, o movimento de pessoas que passam pela Rio de Janeiro em direção ao trabalho é grande, como em todo o Hipercentro. O calçadão só começa a ser efetivamente ocupado por volta de nove horas, quando na parte baixa já existem pessoas suficientes para se tornarem possíveis clientes para os agentes de crédito, que aos poucos tomam a praça com seus uniformes coloridos e as respectivas pranchetas na mão. Na parte alta, geralmente nesse horário os artesãos já estão a postos em seu lugar de trabalho: apoiados, sentados ou deitados sobre a base alta de concreto, sob a nova cobertura de vidro e aço que delimita, por sua vez, o local onde se instala, um pouco mais tarde, o tradicional jogo de damas, que começa a ser preparado – bancos, tabuleiros e peças – pelo responsável, por volta de nove e meia da manhã.

Durante o horário livre de almoço, o calçadão é significativamente mais movimentado em sua parte baixa, completamente tomada por pessoas que utilizam os agora disputados degraus do parlatório, como local de descanso e conversa. Geralmente, essas pessoas são funcionários de lojas e estabelecimentos próximos. Ali sentadas elas leem, conversam e descansam, enquanto na parte alta o jogo de damas está em pleno funcionamento, se intensificando à medida que o horário de almoço permite uma partida ou duas entre os oponentes que geralmente se encontram no local.

Próximo de quinze horas, o calçadão torna-se bastante vazio, principalmente na parte baixa, nas imediações do parlatório que, antes ocupado por trabalhadores locais, agora permanece ocupado em sua maioria por poucos idosos. Entretanto, enquanto na parte baixa do calçadão o movimento tende a diminuir com o cair da tarde, na parte alta os espaços já disputados entre *skatistas*, *hippies* e jogadores de dama, precisam ser divididos com as mesas e cadeiras oferecidas aos clientes da lanchonete Pop&Kid. Assim, a partir de dezenove horas, o calçadão tem sua configuração transformada pela

disposição das mesas da lanchonete em sua parte alta, próximo ao cruzamento com a Rua Tamoios. Por estar próximo da esquina, são também armados uma série de barramentos de plástico nessa lateral do calçadão, provavelmente para fazer uma separação entre esses dois ambientes distintos, impedindo a continuidade visual em direção à Rua Rio de Janeiro. Um pequeno palco para apresentação de música ao vivo completa a nova ambientação, sugerindo um ambiente de boêmia nesta parte da praça.



Figura 12. Praça Sete, Calçadão Xacriabá. Espaço dividido entre os frequentadores do jogo de damas, e os *hippies*, no segundo plano, sobre a base de concreto. Ao fundo, o espaço preferencial de passagem para quem sobe ou desce a Rua Rio de Janeiro. Fonte: Acervo pessoal do autor.

É interessante salientar que é nesse horário o momento de maior animação, quando o espaço é dividido entre os primeiros clientes da lanchonete, os últimos jogadores de dama e sua respectiva “plateia” que se forma em volta, os *skatistas* que fazem suas manobras por entre as quinas dos assentos/degraus de pedra, além da presença sempre barulhenta e marcante dos *hippies*.

Esquemáticamente, podemos afirmar que os horários de maior movimento do calçadão estão ligados com os horários do não-trabalho da maioria dos empregados e funcionários locais. É durante o horário de almoço e após as seis da tarde que o calçadão é mais ocupado. Isso é uma conclusão óbvia. Entretanto, vamos focar nossa observação nos grupos de usuários que frequentam o calçadão de maneira mais independente da jornada formal de trabalho, e que dessa forma entregam seu tempo livre ao encontro ou

ao ócio, com mais flexibilidade e liberdade de emprego do tempo. Entre esses, podemos citar “estudantes” de segundo grau, os *skatistas*, grupos de idosos ou aposentados, *hippies* e artesãos que trabalham informalmente, além daqueles que usam exclusivamente o espaço como local de lazer.

Ainda que não seja sempre o mesmo grupo, podendo haver variações entre os frequentadores do local, fica claro que nesse sentido existe certa seletividade para poder frequentar o local. A presença de um estranho, de alguém que não conhece outros integrantes do grupo, é percebida sempre com desconfiança. Isso supõe o grau de apropriação do lugar por parte dos integrantes como se, de alguma forma, e apesar de se tratar de um espaço público, o lugar fosse privado. Mais que isso, aqui existe uma demarcação simbólica, uma fronteira definida pelo estilo, “tribo” ou classe social a qual se faz parte.

Na parte de cima, sob a cobertura de vidro é onde se concentram os *skatistas*, estudantes de cursinho e secundaristas, além de um grupo permanente de artesãos, ou como são chamados, *hippies*. O local é o ponto de convergência entre vários grupos, funcionando como ponto de encontro para esses jovens, um lugar que funciona como referência para encontros casuais entre integrantes de grupos com as mesmas afinidades. Ali eles permanecem por horas “jogando conversa fora”, fumando ou namorando. Raramente as atividades desse grupo vão além do ócio. O ato de estar presente na praça é uma atividade que define seu próprio ser social enquanto membro pertencente ao grupo, onde o ver e ser visto, significa a razão e o objetivo de estar ali. Nesse caso, a quantidade e a qualidade dos frequentadores locais passa a ser um parâmetro tão importante quanto as características físicas dessa espacialidade em si mesma, de forma que não faz diferença estar sentado no calçadão Xacriabá ou em outro lugar, e sim, quem está presente aqui ou lá.

Apesar da grande variedade de frequentadores, o calçadão da Rio de Janeiro já foi mais ocupado ou vem dividindo usos em comum com outros pontos da área central, conforme observa um frequentador local: [...] *vou pra Praça da Liberdade, vocês vão comigo ou vão preferir ficar nessa ‘selva de pedra’? [...] antes a ‘P7’ era doido. Ficava lotado [...]*. Nesse caso, percebe-se não só o fato da qualidade do espaço estar relacionada ao número de frequentadores, mas também a relação que esses grupos têm com outros espaços, no caso acima, com a Praça da Liberdade. Esta última é também um reduto conhecido de jovens que se definem como pertencentes a “tribos urbanas” que se auto-intitulam *emos*, *metaleiros*, *góticos* ou *punks*. Aqui, o lugar enquanto delimitação física estática, não pode ser compreendido. Devendo ser pensado como tendo limites

flexíveis, conforme sugerido por Massey (2000), avançando na direção de uma rede de espacialidades significantes.

Outro grupo particular de jovens frequentadores do calçadão são os *skatistas* que geralmente se encontram durante o período da tarde e, principalmente, nos fins de semana. Essa área é preferida para a prática de *skate* devido às possibilidades de manobra que os detalhes construtivos oferecem. De um deles, recebemos a informação de que eles preferem o lugar devido às características como o piso liso, com obstáculos e quinas para manobras, além de espaço suficiente. Entretanto, da mesma forma que os outros jovens, os *skatistas* demonstram não estabelecer vínculos mais profundos com o lugar. Segundo eles próprios, tão logo fique pronta a nova área destinada à prática de *skate* sob o viaduto Santa Tereza, esse grupo irá deixar o calçadão. A construção de um espaço próprio para a prática da modalidade é uma reivindicação antiga do grupo, que esteve na iminência de ser atendida quando a proposta de construção de uma Praça de Esportes Radicais na região central foi selecionada para votação eletrônica pelo OP Digital de 2006. Entretanto, a proposta recebeu 21% dos votos, ficando em quarto lugar dentre as obras em votação para a região Centro-Sul⁶⁵.

A construção de um espaço próprio para os *skatistas* voltaria novamente a ser discutido em meados de 2007, após o incidente que envolveu a agressão de policiais civis a alguns *skatistas*, durante uma madrugada, no calçadão Xacriabá. Nesse dia, alguns policiais à paisana que trabalhavam como seguranças no local, ameaçaram e agrediram, sem motivos aparentes, um grupo de *skatistas*, enquanto a ação era filmada pelo sistema de vigilância Olho Vivo. Segundo descrição do Jornal Estado de Minas, “As ameaças e agressões duraram 12 minutos. Um dos jovens é chutado, estapeado e tem seu *skate* destruído”⁶⁶.

A respeito dessa ocasião, um dos *skatistas* deu sua opinião de que o episódio teve resultado positivo porque, “além de trazer visibilidade para o grupo, todo mundo viu que não fizemos nada”. A condição de vítimas, após terem sido espancados em frente a uma das câmeras do Olho Vivo e virado notícia nos jornais da cidade, trouxe para os *skatistas* diversos benefícios, entre eles a promessa da construção de um local próprio para a prática do esporte, agora sob o viaduto de Santa Tereza. Um dos *hippies* confirma, dizendo que em relação à polícia e à fiscalização, os *skatistas* não precisam

⁶⁵ A Praça de Esportes Radicais beneficiaria não só *skatistas*, mas seria um lugar apropriado para patins, BMX, e escalada. Também seriam construídos espaços para shows e encontros. A votação do OP Digital foi encerrada com a Praça de Esportes recebendo 21% dos votos, contra 30% da proposta vencedora, a Reforma da Praça Raul Soares e adjacências. (PBH, 2006)

⁶⁶ Jornal Estado de Minas, (publicado em 18/07/2008)

mais se preocupar, pois “*agora os ‘homens’ não ligam para os skatistas...Agora estão de boa*”. Na opinião de um dos frequentadores do grupo, assim que ficar pronta a nova pista, os *skatistas* irão sair da Praça Sete, pois a necessidade de um local apropriado é uma reivindicação antiga do grupo: “*Aqui na praça vão ficar só os moleques*”.

Muito próximo do local usado pelos skatistas existe o jogo de damas, um tradicional ponto de encontro frequentado principalmente por idosos e pessoas de meia idade, onde é possível jogar uma partida de damas ou de xadrez com um amigo, conhecido ou estranho, por um preço irrisório. Aqui os frequentadores chegam, cumprimentam os presentes e são cumprimentados pelo nome ou apelido, os presentes brincam e riem um dos outros, contando histórias e piadas, sugerindo que ali seja um ponto de encontro entre moradores e trabalhadores do centro.

Segundo o Sr. Garcia, o responsável pelo jogo de damas no Xacriabá, a atividade funciona na Praça Sete há bastante tempo: “*...foi meu pai que começou isso tudo, há mais de trinta anos... Aqui é como um grande clube de convivência*”.⁶⁷ O jogo funciona ali como atividade regulamentada. No início funcionava sob a marquise do Unibanco e, logo após a reforma da Praça, em 2003, ocorreu um sorteio entre ele e os outros três responsáveis pelos jogos nos outros três pontos da Praça Sete. Esse sorteio iria definir a nova localização de cada responsável, após a entrega das obras dos calçadões reformados. Segundo o Sr. Garcia, como foi o primeiro sorteado, escolheu permanecer no mesmo calçadão, transferindo-se para o ponto abrigado sob a cobertura de vidro, na parte alta do Xacriabá.

O jogo de damas está delimitado espacialmente pelo piso plano sob a cobertura de vidro, mas no plano do uso, ele fazem “fronteira” com os hippies, instalados sob a mesma cobertura e separados somente pela base de concreto que a sustenta, com os frequentadores do Pop&Kid que, conforme já dito, tomam o espaço adjacente e, mais embaixo, com os *skatistas*. Muitas vezes, por estarem todos se apropriando da mesma espacialidade onde há interseção de usos, surgem momentos de tensão entre os frequentadores. Um exemplo é quando um *skate* parece voar sobre as mesas, ou quando *hippies* ou jovens acendem um cigarro de maconha no mesmo calçadão, provocando repreensões verbais e visuais, principalmente por parte dos jogadores de dama. Entretanto, de maneira geral, a convivência é pacífica, e esses momentos de tensão, ainda que sejam recorrentes, raramente se transformam em agressões. Para o Sr. Garcia, alguns usuários do espaço são realmente um problema e demonstra ser solidário

⁶⁷ Antes o jogo de damas funcionava sob a marquise do Unibanco, na esquina da Rio de Janeiro com Amazonas.

com os comerciantes locais. Em relação aos *hippies* por exemplo, ele afirma que “fazem muita bagunça, e atrapalham o movimento do Pop&Kid, que paga pelo espaço”⁶⁸.

Geralmente instalados sob a cobertura de vidro da praça, os *hippies*, ou “micróbios” como chamados por colegas de trabalho ou frequentadores da praça, permanecem durante o dia praticando o artesanato com pedras, metais, sementes e tecidos. É um grupo formado, geralmente, por pessoas vindas de várias partes do país e do exterior, que como viajantes permanecem algum tempo na cidade até conseguirem o dinheiro de volta para a cidade de onde saíram ou para ir até outro local.

Esses “micróbios”, como são chamados provavelmente pela aparência descuidada, parecem se sentir bastante à vontade no calçadão. Além de trabalhar, brigam entre eles, e brincam com as pessoas que usam a lateral do calçadão como passagem, próximo da cobertura, sobretudo as mulheres. Os únicos momentos em que parecem se conter é quando da passagem de algum policial, caso contrário, agem como se fossem os donos do lugar. Em alguns casos isolados, tomam a liberdade de controlar até mesmo quem permanece ou não na praça, restringindo o acesso ou a permanência de desafetos. Para esse grupo, a demarcação de limites é clara, e a formação de um microterritório no ambiente do calçadão extrapola seu posto imediato de trabalho, se estendendo para todo o quarteirão fechado.

Esse é o caso da negação de permanecer junto ao grupo de jovens um indivíduo que, ao ser reconhecido pelos *hippies*, foi acusado de tê-los denunciado à polícia, em virtude de furtos que supostamente estariam praticando nas imediações, durante a madrugada. Ao denunciante, que era homossexual, foi ordenado que saísse dali imediatamente ou seria agredido fisicamente. Não atendendo à ordem, coube aos agressores cercar o homem e chutá-lo no peito até que se retirasse.

Para os *hippies*, a permanência no calçadão é uma grande vantagem, devido ao grande fluxo de potenciais compradores de seu artesanato. É interessante frisar que, apesar de passarem a maior parte do tempo no calçadão, eles não comercializam ali. O espaço do calçadão serve como local de abrigo, ali eles dormem, almoçam, se divertem, bebem, fumam, namoram e confeccionam seus produtos para a venda. Ocasionalmente oferecem seus produtos para um ou outro passante, e não é raro vê-los agarrando os transeuntes pelo braço, oferecendo um “produto exclusivo”. Em geral, o momento da troca não acontece no calçadão. Tão logo a noite caiu, eles saem em direção aos bares da região, oferecendo seus produtos aos frequentadores sentados nas mesas.

Até mesmo as trocas entre eles e a obtenção de matéria prima para o artesanato são realizadas no calçadão, a partir de contatos com outros artesãos, mas principalmente

⁶⁸ Depoimento concedido ao autor em 08/2007.

com catadores de lixo, que trocam fios de cobre, peças de metal ou qualquer material que possa ser transformado, por pulseiras, brincos e colares, ou simplesmente vendem a matéria prima.

A localização dos artesãos no calçadão da Rio de Janeiro pode variar de acordo com a conveniência. Geralmente, o espaço sob a cobertura de vidro não é ocupado por nenhum grupo, dando a impressão de exclusividade de uso para os artesãos. E uma possível mudança de ponto revela sua estratégia para burlar o controle exercido pela fiscalização municipal. Previamente informados sobre uma possível visita da fiscalização, os artesãos se instalam na parte central do calçadão, permanecendo atentos à chegada dos fiscais, facilmente identificados pelos coletes azuis. Essa localização, diferente da habitual, lhes permite tempo suficiente para avistar os fiscais, recolher a produção e se retirarem do calçadão.

Os problemas com a fiscalização têm, na visão de um de seus integrantes, relações diretas com outros comerciantes do calçadão, confirmando o que Sr. Garcia já havia dito anteriormente. O lugar também é espaço de conflito: *“Nosso único problema se chama PopKid. O dono prefere ver o cão do inferno do que a gente na frente dele. É o pessoal do PopKid que fica de cima da fiscalização para expulsar a gente daqui”*⁶⁹.

Apesar dos problemas com outros usuários, o calçadão é, para os artesãos, muito mais que o local de trabalho. É muito provável que seja o grupo para quem o espaço público tenha um significado mais amplo, de pleno valor de uso, ultrapassando a simples utilização como espaço de passagem e muito além da apropriação como espaço de lazer. Para eles, o calçadão Xacriabá é seu território, *locus* de muitas das dimensões do viver, no que pese todas as restrições que esse mesmo espaço, agora enquanto valor de troca, impõe a esse grupo.

A região onde fica o parlatório também é constantemente utilizada para manifestações públicas. Durante nossa pesquisa aconteceram diversos eventos, desde o uso do espaço para apresentações musicais nos horários de almoço, até reivindicações salariais ou protestos de minorias, como a manifestação pacífica por parte do Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual (CELLUS) que, na ocasião, recolhia assinaturas para aprovação de projeto de lei para tornar crime a discriminação sexual (figura 14). Entretanto, não poderíamos questionar o quanto tais práticas correspondem à irrupções na ordem estabelecida, uma vez que acontecem geralmente nos locais arquitetonicamente projetados para essa finalidade, inclusive com a presença da mídia?

Além do Xacriabá, o calçadão localizado entre a esquina da Afonso Pena com Amazonas e a Rua São Paulo, o calçadão Krenak, na Rua Carijós também possui uma

⁶⁹ Depoimento concedido ao autor por “Índio”, em 07/2007.

dinâmica socioespacial de apropriação bastante rica. Como os outros três, também teve seu espaço remodelado em 2003. O calçadão recebeu, além de um novo piso e mobiliário urbano com bancos em zigue-zague na sua parte mais próxima à Afonso Pena, uma banca de jornais e revistas na parte central e uma cobertura curva metálica sobre assentos de concreto revestidos com pedra, na parte mais próxima da Rua São Paulo.



Figura 13: Praça Sete, calçadão Xacriabá. Utilização do espaço público para manifestações.
Fonte: Acervo pessoal do autor.

O calçadão Krenak tem um caráter um pouco mais popular, se comparado ao Xacriabá. O edifício tombado do PSIU - Posto de Serviço Integrado Urbano – e a agência bancária do Itaú são símbolos arquitetônicos que contrastam com os inúmeros pontos comerciais da área. São pequenos estabelecimentos comerciais, óticas, lanchonetes, lojas de vestuário e CD's de um lado, todos estabelecimentos modestos, de caráter popular, enquanto o outro lado é tomado pela agência bancária, um pequeno shopping de vestuário e a fachada lateral do PSIU. Existem no local inúmeras atividades informais, como o comércio de artesanatos, artistas de rua, vendedores de sucos e água. Nesse calçadão ainda existem alguns mendigos e uma feira permanente de arranjos florais.

Esse silencioso comércio é um contraponto aos gritos constantes de vendedores de todo o tipo. Por toda a extensão do calçadão existem pessoas oferecendo serviços pessoais como “fotos na hora”, “salão”, “dentista”, além de negociantes de ouro e prata, vales transporte e telefones celulares. Mas observa-se que eles tendem a se aglomerar nas extremidades, junto às esquinas, onde obviamente terão possibilidade de mais

contatos e maior visibilidade. Geralmente ficam posicionados logo à entrada dos estabelecimentos, quase sempre localizados nas galerias e sobrelojas dos edifícios.

Na extremidade próxima à Afonso Pena estão os artistas de rua, performáticos e “homens estátua” que pintam o corpo com tinta metálica enquanto esperam por contribuições dos passantes. Próximo a eles, senhores que negociam vale transporte, que se apropriam da fachada do PSIU como apoio e posto de trabalho, enquanto nos bancos, sentam-se pessoas de todo tipo, desde alguém buscando descanso, casais de namorados, até negociantes de celulares. Da mesma forma que no Calçadão Xacriabá, aqui há um grande número de agentes de crédito circulando pelo calçadão e oferecendo ao transeunte a oportunidade de crédito em lojas de departamentos ou financeiras. Elas se concentram, principalmente, sobre a cobertura metálica, onde também se posiciona a última vendedora de arranjos florais do calçadão. A feira é uma atividade tradicional na área e, segundo uma das vendedoras, existe há mais de 30 anos. São das poucas atividades regulamentadas ali e, juntamente com as outras localizadas nos outros calçadões, possuem a licença para trabalhar.



Figura 14: Praça Sete, calçadão Krenak. Utilização do espaço público como área de encontro e realização de negócios. Em primeiro plano, ambulantes e pessoas conversando. Ao fundo a fachada do PSIU, utilizada para o comércio de metais e vales transporte. Essa área já foi palco de investigações policiais de combate à recepção de produtos roubados. Fonte: Acervo pessoal do autor.

Da mesma forma que o Xacriabá, aqui existem alguns artesãos que estendem sua mercadoria em tapetes e mostruários colocados sobre a calçada. Também não possuem nenhum tipo de licença e se utilizam dos mesmos artifícios usados pelos outros para

burlarem a fiscalização. A diferença fica por conta da relação que eles possuem com o espaço. Enquanto no Xacriabá o espaço é muito mais que o local de trabalho, sendo também o *lócus* de sua vida cotidiana, o Krenak é apenas local de comércio. Os vendedores chegam às onze da manhã, têm um período definido de almoço e se retiram por volta das dezoito horas. A diferença entre eles se estende para a sua aparência e comportamento: enquanto os primeiros demonstram não se importar em se enquadrar na maneira habitual de se vestir e se portar, fazendo questão de gritar, brincar com os passantes e de se fazerem notar no ambiente do Xacriabá, os segundos vestem-se e portam-se com discrição, como pessoas comuns.

Outra semelhança com o calçadão Xacriabá é o jogo de damas, que aqui funciona sob a marquise do banco Itaú. Os bancos e tabuleiros são montados ao longo da fachada da agência, ocupando quase toda a extensão. As atividades começam logo após o meio dia, mas geralmente permanece pouco movimentado até o fim da tarde. É somente a partir de dezoito horas que o movimento aumenta, o que supõe que a maioria dos jogadores são trabalhadores que acabaram de deixar o expediente de trabalho. Um pouco diferente do jogo no Xacriabá, a maioria dos usuários não são senhores de meia idade ou aposentados que se encontram ali todos os dias, e sim jogadores eventuais, o que também não invalida a tese de que esse ponto possua seu valor de uso para esses frequentadores.

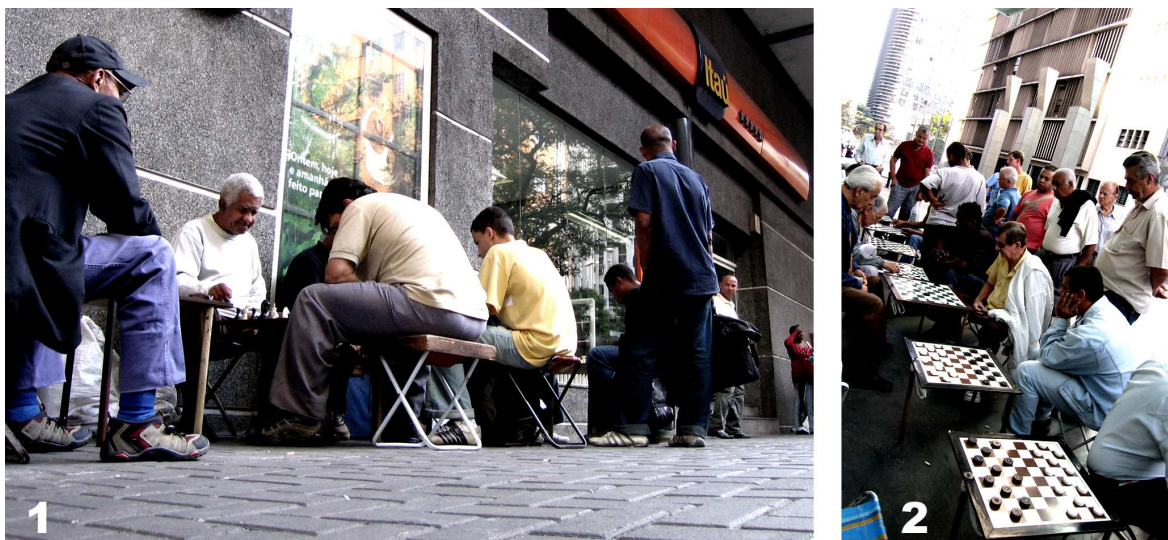


Figura 15: Praça Sete. Jogo de dama no calçadão Krenak (1) e Xacriabá (2). Fonte: Acervo pessoal do autor.

É a partir desse horário que o calçadão começa a sofrer uma transformação, em grande parte devido à instalação de bancos e mesas pela BangBang Lanches. Localizada no meio do calçadão, a lanchonete passa a ocupar boa parte da área antes destinada à passagem. Com o cair da noite, a área é transformada em local de lazer e

consumo para os frequentadores da lanchonete. Com as jarras de *chopp* colocadas sobre as mesas, o calçadão é tomado por uma animação ainda maior que a existente durante o dia.

Raramente encontram-se pedintes e mendigos na região. De fato, estes são tipos difíceis de se encontrar, ao menos nos dois calçadões analisados da Praça Sete, onde é quase insignificante a presença de qualquer tipo de mendicância. Nos dois casos, os clientes das lanchonetes são algumas vezes incomodados por crianças pedindo alguma esmola. Mas nessas situações, os próprios garçons encontram uma forma de expulsá-los intimidando-os com a ameaça de chamar a polícia.

Ainda que o garçom se refira ao policial, não será este último o agente responsável pela vigilância noturna, já que nesses horários dificilmente há o mesmo policiamento ostensivo dos horários diurnos. Durante a noite, o controle do espaço é feito por um “policiamento invisível” realizado pelas câmeras de segurança do Olho Vivo. Aqui, como lá, elas garantem o controle do calçadão devido à sua instalação em locais estratégicos. Uma no cruzamento com a Rua São Paulo, bem próximo à entrada da agência bancária, e uma segunda em sua outra extremidade, na esquina com a Afonso Pena.

Entretanto, esse calçadão é o mais bem policiado entre todos os quatro. Durante quase todo o dia, é comum observar a polícia montada ou motorizada fazer guarda, tanto no início quanto no final do calçadão, o que certamente inibe qualquer ameaça à agência bancária instalada na esquina com a Rua São Paulo. No entanto, um artesão instalado no local informou que o policiamento intenso no calçadão tem pouca relação com o banco, e sim com práticas ilícitas comuns naquela área. Para ele, aquele é o calçadão “*mais cheio de bandidagem*”. De fato, como noticiado pela mídia, já existiu no local a prática de comércio de produtos de procedência duvidosa, muitas vezes realizada ao ar livre no ambiente do calçadão.

3.3.2 Praça Rui Barbosa

A recém-inaugurada Praça Rui Barbosa completa o complexo paisagístico do Boulevard Arrudas. Anteriormente frequentada por trombadinhas e prostitutas, agora a praça tornou-se parte de um cenário dito de cartão postal. Apesar do tráfego de veículos na Rua da Bahia e na Andradas ser intenso e barulhento, o trânsito de pedestres na praça é bastante pequeno e o clima é de tranquilidade. No carro de um fotógrafo lambe-lambe, lê-se a inscrição “fotos digitais na hora”, o que parece anunciar as mudanças na área, apesar de que, no momento de nossa pesquisa, a reforma da praça ainda não se

encontrava totalmente finalizada, restando ainda bebedouros de granito e aço sendo instalados e caramanchões metálicos sendo pintados em vermelho.

Percebe-se na praça que há uma diferença evidente em relação à intensidade e movimentação dos usuários. A antiga avenida que dividia a praça ao meio, de certa forma parece subsistir até mesmo após sua transformação em calçadão. O lado situado em frente ao edifício Itatiaia tem movimento mais intenso de pessoas que a outra porção situada em frente ao edifício tombado do Centro Cultural da UFMG. Certamente pela localização do ponto de ônibus onde aglomera um bom número de pessoas em horário de pico, além do fato desta parte funcionar como passagem em direção ao terminal de metrô localizado no outro lado do Boulevard Arrudas.

Esses fatos ditam muito bem o caráter da praça, local de passagem e transbordo. Além do ponto de ônibus, a permanência é reforçada pelos inúmeros bancos espalhados pela praça. Confeccionados em madeira e ferro, compõem, com o desenho das fontes e jardins, o paisagismo típico das praças do século XIX. A reforma na Praça Rui Barbosa significa a implementação do projeto original de 1920.

Tal qual a ordem arquitetônica do espaço cênico presente nas fachadas art-deco dos edifícios do entorno, bem como da topiaria do paisagismo de inspiração francesa, os usos do espaço na praça Rui Barbosa também seguem uma ordenação racional. A produção de um espaço-cenário requer a supressão dos usos e signos que não condizem com tal finalidade. Sem mendigos, ambulantes ou pedintes, a praça é um local onde o controle é explicitamente efetuado pelos guardas municipais. Aqui, estes agentes policiam a área durante todo o dia e noite. Sua presença constante dispensa a instalação de câmeras de vigilância, como as instaladas na vizinha Praça da Estação. Os poucos usuários, namorados, idosos, ou garis, são trabalhadores locais ou pessoas residentes nas imediações, sendo difícil encontrar mendigos ou pedintes; no máximo, catadores de papel que a utiliza como lugar de descanso entre uma hora e outra de trabalho.

Aqui a tranqüilidade e o marasmo da praça, frequentada por casais que namoram nos bancos, idosos lendo jornais ou um livro qualquer, além do circular vagaroso e constante dos guardas, contrastam com o tráfego intenso e barulhento de ônibus e automóveis pelas ruas adjacentes.

Por volta de dez horas da manhã, a presença de usuários na praça é pouco intensa, de forma que somente alguns bancos estão ocupados, ficando a maioria ainda vagos. Esse ritmo parece dominar a praça durante todo o dia, de forma que somente após os horários de pico, por volta de meio dia e de dezoito horas, há um aumento no

fluxo de passantes, principalmente em direção à Praça da Estação, em direção à Estação Central de Metrô.

A tranquilidade da Praça é substituída esporadicamente, de acordo com um ou outro evento cultural programado pela Secretaria Municipal de Cultura. Nessas ocasiões, quando a Praça Rui Barbosa se transforma em um grande palco de apresentações, principalmente circenses e teatrais, forma-se um considerável público composto por crianças, adultos, artistas e simpatizantes, que se sentam ao redor do local das apresentações, geralmente improvisado no meio da praça. Durante nossa observação, houve uma ocasião em que se apresentou o grupo Trampolim, num espetáculo que fazia parte da programação oficial da PBH, que por meio de recursos captados por leis de incentivo cultural, apoiam uma série de eventos pela cidade. Raramente esses eventos acontecem sem estar vinculados à programação cultural “oficial”.

Interessante notar, nesse evento particular, que a platéia foi estimulada a participar do espetáculo, interagindo com os atores. No entanto, apesar de suas manifestações, foram ignoradas quaisquer tentativas de interação por parte do público que não se enquadrava no padrão exigido pelos próprios atores, como os mendigos e ambulantes que observavam a peça. Para o palhaço “Lamparina”, um dos atores que comandavam a apresentação, trata-se de “*selecionar o tipo de interação*” entre artista e público, não sendo permitida a participação de qualquer um.



Figura 16: Praça Rui Barbosa. Apresentação teatral. Fonte: Acervo pessoal do autor

Até mesmo nos finais de semana, quando teoricamente a praça poderia ser usada por parte da população que trabalha durante a semana, o marasmo e a calmaria imperam, principalmente nas tardes de sábado e domingo, sob o sol forte do verão, quando a praça parece ficar ainda mais vazia e o movimento do transporte coletivo

diminui. Ao contrário da Praça Sete, onde uma multiplicidade de pessoas afins se agrupa, cada qual tomando como sua uma parcela do espaço, aqui, boa parte dos bancos permanece vazia, tornando-se compreensível não existirem ambulantes, artesãos, tampouco mendigos, pois não há a quem pedir, não há quem comprar.

Um detalhe que chama atenção na praça é que, mesmo após as dezoito horas, ela não é frequentada por grupos ou “tribos” em especial. Após o horário de pico, com a diminuição do movimento de passantes e do trânsito intenso nas ruas ao redor, tornando-a mais convidativa à permanência prolongada, ela é ocupada por casais de jovens namorados, crianças em companhia dos pais e os poucos idosos que ocupam quase todos os bancos que durante o dia ficavam vazios.

3.3.3 Praça da Estação

A Praça da Estação é considerada, no contexto histórico e simbólico de Belo Horizonte, como uma centralidade tão importante quanto a Praça Sete. Considerada no início do século XX como “porta de entrada” da cidade, a Praça sofreu inúmeras intervenções, mas conservou seus aspectos originais. Apesar das obras, ao longo do tempo foi se tornando um espaço onde seu uso se resumia aos momentos isolados de grandes manifestações e, na maior parte do tempo, permanecendo como estacionamento. A área, até bem pouco tempo, era conhecida como local ligado aos furtos e à criminalidade, devido ao abandono de sua área aos automóveis: *“Uma das características mais importantes da Praça Ruy Barbosa é que a maior parte de sua superfície é composta por áreas pavimentadas, parte delas usada como pista de rolamento, sendo que o restante é subutilizado”* (BELO HORIZONTE, 1989).

Na parte da manhã, a Praça da Estação permanece bastante vazia. Entre os poucas usuários, geralmente algumas crianças e seus pais se divertindo nas fontes nos meses mais quentes. Na falta de mais lugares para se sentarem, algumas pessoas usam os postes de iluminação baixos, que ficam em frente ao Museu de Artes e Ofícios, como apoio, apesar do desconforto. Sentam-se também sob o *hall* do museu, mesmo de manhã, quando o sol é forte e é o único ponto que oferece assento e abrigo sob a sombra. A praça rapidamente fica vazia e as únicas pessoas que permanecem são os agentes da Guarda Municipal. Eles permanecem posicionados na entrada do museu e circulando pela praça.

Fora dos horários de pico e excetuando-se os eventos isolados que demandam grande espaço para multidões como comícios, shows, e eventos culturais⁷⁰, a Praça da Estação permanece como local de passagem rápida; poucas pessoas permanecem por lá, até mesmo porque, ao contrário da praça Rui Barbosa, não existem ali tantos locais de permanência como bancos ou áreas sombreadas. Sob o sol forte da tarde, resta ao pedestre atravessá-la da forma mais rápida possível. Algumas pessoas utilizam a sombra e as bases do monumento localizado no centro da praça como abrigo e local de descanso, ou os bancos que existem ao longo da passagem para o metrô, talvez o único local “oficialmente” projetado para algum tipo de permanência. O fato de não haverem árvores nem bancos, de ser uma praça seca, é para que sirva como local mais apropriado possível para grandes eventos ao ar livre. Tal fato desencoraja qualquer tipo de apropriação efetiva do espaço, relacionada ao cotidiano ordinário.

Próximo das dezoito horas, intensifica-se o caráter de local de passagem durante os dias de trabalho. Há um aumento significativo de passantes, tanto aqueles que caminham em direção ao metrô, quanto os que saem da estação, vindos dos bairros periféricos. Da mesma forma que na Praça Ruy Barbosa, há aglomerações de pessoas somente nos pontos de ônibus, onde também se instalam alguns vendedores ambulantes que comercializam água, sucos, balas ou picolé.

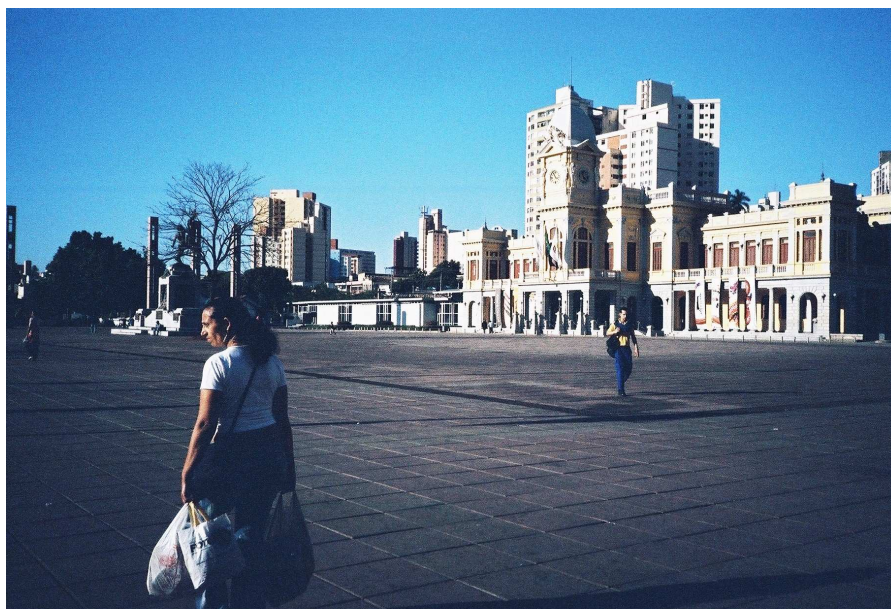


Figura 17: Aspecto da Praça da Estação. Fonte: Acervo pessoal do autor.

As fontes instaladas na praça funcionam também como local para brincadeiras para as famílias com crianças pequenas que, durante os dias quentes se refrescam nos

⁷⁰ Acontecem todos os anos na Praça da Estação, entre outros, o Festival Internacional de Teatro (FIT), além do Arraial de Belô, comemoração típica com apresentação de quadrilha e comidas típicas.

jetos de água. Talvez seja essa fonte o único ponto de animação da praça onde, até mesmo após o por do sol, aparecem algumas crianças acompanhadas pelos pais que, no caminho de volta da escola, resolvem dar uma parada para brincar ali nas ocasiões em que é ligada. No mesmo horário, geralmente a praça é tomada por grupos de estudantes secundaristas que, antes de tomarem o ônibus para casa, param na praça para conversar e passar o tempo, sentados nos poucos degraus em frente ao Museu de Artes e Ofícios.

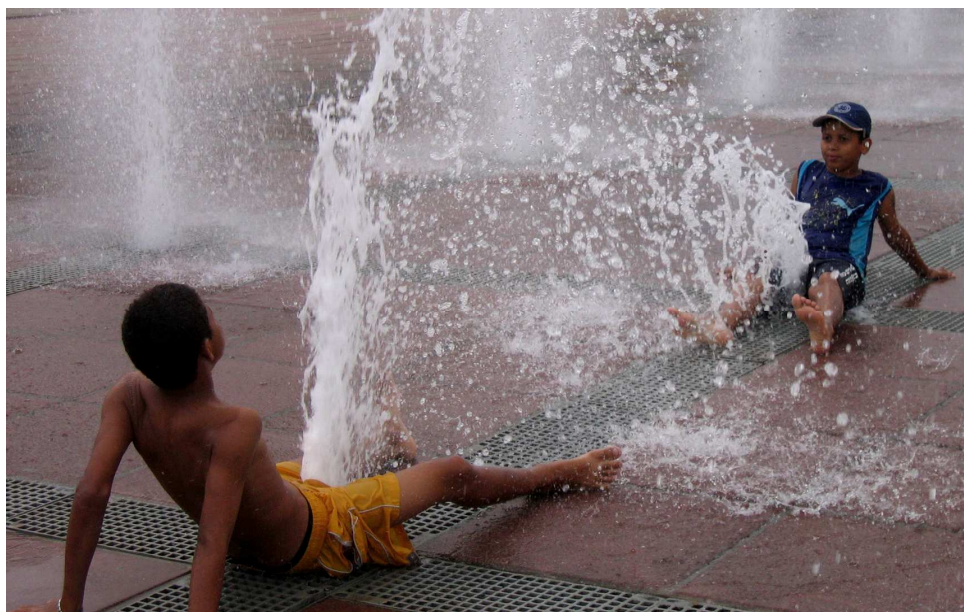


Figura 18. Praça da Estação. Crianças utilizam a fonte como local para brincar. Fonte: Acervo pessoal do autor.

3.3.4 Rua Carijós e Largo Brasil e Portugal

Este trecho, da mesma forma como os demais analisados aqui, sofreu transformações bastante superficiais, como o alargamento dos passeios, a troca do revestimento da calçada, instalação de piso podotátil, novas lixeiras e sinalização. Excetuando o último trecho próximo à Rua Paraná, transformado em calçadão e originando o Largo Brasil e Portugal, o restante do trecho requalificado, que começa na esquina com a Rua São Paulo e desce até a esquina da Rua Paraná, permaneceu inalterado em sua essência.

Além do fluxo intenso de trabalhadores e consumidores que sobem e descem a Carijós, ali ainda permanecem alguns trabalhadores que têm na rua seu principal meio de trabalho. São agentes de crédito e de lojas de departamento, além de anunciantes que oferecem corte de cabelo, celular, metais, além de ambulantes. Para alguns deles, esse é

um momento cujo significado extrapola o simples trabalhar. O local de trabalho se confunde com local de lazer; à medida que anunciam seus serviços, brincam uns com os outros – já que muitas vezes estão concentrados em grupos – e fazem piadas com os passantes, principalmente mulheres.

Descendo a rua em direção à Avenida Paraná, o novo Largo da Amizade surge como uma pequena praça originária do alargamento dos passeios da Rua Carijós e instalação de um pequeno monumento, além de banquetas ao longo de todo o quarteirão. Apenas uma faixa com largura para um único veículo foi mantida na requalificação, de forma que todo o quarteirão resultou em uma pequena praça.

Esse espaço permite que, além de passagem, a área funcione como local de parada e ponto de encontro. Enquanto algumas pessoas sentam-se nos bancos (cubos de concreto revestidos em granito), geralmente para uma conversa, outras os utilizam como “posto de trabalho”. Aqui concentram grande parte de lojas de departamentos, além de filiais de grandes redes de eletroeletrônicos. Por essa razão o fluxo de pessoas nesse cruzamento é bastante intenso. É ainda por concentrar grande parte de consumidores, principalmente das classes populares, que muitas financiadoras de crédito escolhem esses locais como pontos preferenciais para oferecer seus serviços. De acordo com as agentes contratadas por essas redes, o ponto é um dos melhores para esse tipo de atividade, *“por ficar próximo à C&A, Casas Bahia, Galeria Ouvidor, Ricardo Eletro, tem muita passagem de ‘povão’⁷¹”*.

Dessa forma, o grupo de usuário mais característico desse espaço, além do pedestre passante, são as agentes de crédito, geralmente concentradas nos quatro pontos do cruzamento entre a Rua Carijós e a Curitiba. Elas abordam seus possíveis clientes, contando com a possibilidade de completar o mínimo de contratos estabelecido pelos gerentes das lojas. As várias equipes se espalham pelo Hipercentro, mas é nesse cruzamento, onde se concentram a grande maioria delas, geralmente mulheres que, em determinadas épocas do ano como próximas do Natal, podem somar mais de duzentas trabalhadoras nesse mesmo cruzamento.

Além das pessoas que trabalham oferecendo cartões, outros numerosos usuários são as pessoas que trabalham no entorno imediato. Seja durante o turno da manhã ou da tarde, os bancos do local são totalmente ocupados por pessoas trajando uniformes e crachás, principalmente nos horários de pausa para um café. Há ainda aquelas pessoas que participam da dinâmica local indiretamente, os funcionários das lojas do entorno que, entre um cliente e outro, permanecem na porta das lojas observando a movimentação da praça, sozinhos ou em grupo. De uma certa forma, esses têm função de vigilante,

⁷¹ Depoimento concedido ao autor por “Márcia” (15/02/2008).

fazendo o controle de quem permanece na praça em atitude suspeita. Existem também aqueles que trabalham na rua propriamente dita, nas calçadas e que, vez ou outra, utilizam os bancos para descansar.



Figura 19. Rua Carijós, Largo Brasil e Portugal. Uso do espaço como local de encontro e descanso. Fonte: Acervo pessoal do autor.

O controle efetivo do espaço público no Largo Brasil e Portugal é feito, muitas vezes, pela polícia montada que permanece em guarda nas esquinas. Algumas vezes, no cruzamento com a Rua Curitiba, há um posto móvel onde se lê a inscrição “atendimento comunitário”, em que policiais com bicicleta atendem a população e dão informações diversas. Na outra extremidade, próximo à Rua Paraná, há a concentração de ambulantes que vendem desde balas e óculos até calcinhas, cadarços e isqueiros. Apesar de terem sido retirados do centro, os ambulantes são presença constante por toda a área do Hipercentro.

A maneira como os espaços vêm sendo (re)apropriados no Hipercentro requalificado, nos permite realizar duas leituras distintas. Uma primeira diz respeito a uma interpretação mais genérica, enquanto a segunda se foca nos casos que são exceções à regra. Do que foi analisado até aqui, a respeito desses espaços, observamos que são usados e apropriados respondendo aos usos para os quais foram concebidos e, em alguns casos, um reajuste para outra finalidade é permitido ou se faz com o consentimento da polícia. Podemos dizer que, sendo uma continuidade de antigos usos, ou novos, são coerentes com o novo ordenamento urbanístico, compondo o novo cenário ou, nos termos de Zukin (2000), a paisagem renovada da cidade, em sua tentativa constante de reatualizar-se. Nesses casos, tais usos mantêm uma relação harmoniosa

com o que é estabelecido, não havendo necessidade de embate entre o aparato de controle e os agentes usuários dessas espacialidades.

Por outro lado, alguns poucos usos poderiam ser considerados como marginais, à medida que não se enquadram na nova ordem socioespacial que emerge junto a essa centralidade renovada. Apesar de serem anteriores a tal ordem, esses usos passam a ser pouco tolerados no perímetro do Hipercentro. Mais do que isso, trata-se de momentos em que a ordem e o controle nesses locais públicos exercem seu domínio sobre qualquer tentativa de subversão. São esses usos da rua e das praças feitos pelas prostitutas, trombadinhas, mendigos e até artesãos. Outros, como visto no capítulo anterior, são permitidos e até mesmo desejáveis, como mágicos, estátuas vivas, pregadores, *skatistas*, jogadores de damas, namorados etc. A diferença entre uns e outros vai além da classificação de uma atividade como ilegal, ou que coloque em risco o transeunte, ou “cidadão de bem”. As causas da marginalidade e da exclusão não são levadas em conta, até mesmo no contexto de um programa de reabilitação urbana, que tem a habitação popular e a luta contra a segregação espacial como justificativa. Aqui, esses excluídos continuam sendo expulsos para longe do espaço tornado cenário, como atestam as recentes notícias sobre o aumento de trombadinhas e gangues em locais como a “mais charmosa da cidade”: a Savassi⁷².

Uma análise dos modos de apropriação e uso dos espaços públicos, considerando, sobretudo, a dimensão significativa desses espaços no sentido de serem *valor de uso* para os grupos que dele se apropriam, não está livre de contradições. O que podemos apreender é que a espacialidade do Hipercentro funciona, muitas vezes, como suporte físico para agentes que o utilizam, licitamente ou não, enquanto fonte de renda, ou seja para sua sobrevivência. Então essa espacialidade, enquanto espaço da reprodução, é muito mais que um local com algum significado especial afetivo. Ele é o meio de subsistência para muitos dos grupos que o utilizam.

Em relação aos usos não tolerados, o espaço é *lugar* se temos como referência a ordem estabelecida. A partir dessa ótica o espaço é, por alguns grupos, constantemente subvertido em espaço do crime, em espaço da prostituição, em espaço do charlatanismo, configuradas como práticas marginais. Por outro lado, poderíamos considerar tal espaço como *lugar*, se levarmos em conta aqueles usos que, conforme já dito no presente

⁷² Enquanto o Hipercentro sofre uma queda nos índices de assalto, a violência, em regiões nobres como a Savassi, tem aumentado consideravelmente. Em maio de 2007, o jornal Estado de Minas, em seu caderno Minas estampava a manchete “Medo toma conta da Savassi; região mais charmosa de BH que já sofria com assaltos e agressividade de moradores de rua é agora aterrorizada por mais de 30 gangues de adolescentes”, (publicado em 02/05/2007). Em outra matéria, mais medidas paliativas: “Polícia infiltrará agentes nas gangues da Savassi; serviço de inteligência da Polícia Militar vai realizar operações em dias alternados para identificar e retirar bandidos que ameçam moradores, lojistas e visitantes da região” (Jornal Estado de Minas, publicado em 04/05/2007).

capítulo, estão em conformidade com a nova ordem urbanística estabelecida e que, em alguns casos, parecem se tornar parte das práticas espaciais que produzem o novo Hipercentro? No próximo e último capítulo procuraremos estabelecer as relações entre tais usos dessa espacialidade, conforme descritos até aqui, sob a luz das concepções teóricas da categoria *lugar*, considerando como pano de fundo e horizonte, o Programa Centro Vivo.

Capítulo 4: reconstruindo o Hipercentro

4.1 ENTRE O LUGAR E O NÃO-LUGAR

As transformações econômicas, políticas e sociais tomaram de assalto a cidade tradicional a partir do século XIX, e desde então vêm operando mudanças profundas nos centros urbanos. A todo momento concordamos com a hipótese teórica de que as relações baseadas na troca infiltram-se e tendem a estar presentes nas mais diversas dimensões da vida. Entretanto, a nova realidade urbana introduzida a partir da revolução tecnológica, ainda não substituiu por completo outras temporalidades anteriores.

Nesse contexto, em que tratamos da dialética entre relações sociais e o espaço – produto e produtor dessas relações – podemos perceber que a coexistência entre novas e antigas temporalidades é permeada por contradições.

Propor apresentar uma leitura particular sobre o processo de produção do espaço, em um ponto de uma centralidade periférica, requer considerar os movimentos que se realizam nos circuitos superiores de troca, como também a forma como tais processos rebatem sobre a periferia.

Nesse sentido, concordamos que há diferenças substanciais no que tange à escala, capacidade de transformação e volume de capital investido entre os grandes Projetos Urbanos nas grandes metrópoles centrais e as intervenções nas grandes cidades de países de terceiro mundo ou, na melhor das hipóteses, ainda em desenvolvimento. Nesse caso, essa diferença precisa ser ainda mais relativizada, em virtude das diferenças no contexto econômico e político da rede de cidades brasileiras, o que resulta em uma hierarquia clara entre elas. Em nosso caso, a Belo Horizonte, “duplamente periférica”, sequer é uma postulante ao título de cidade global, ficando esse mérito sob a disputa ofuscante entre Rio de Janeiro e São Paulo. Ou ambas conjuntamente.

Entretanto, aqui a mobilização do espaço como *locus* de estratégias, se faz tão presente quanto nas metrópoles mais importantes. Não nos referimos ao caráter estratégico de sentido genérico que caracteriza a produção do espaço como um todo. Mas uma estratégia em segundo grau. Trata-se de uma estratégia no interior da estratégia e que tem suas bases e seus pressupostos muito bem apresentados, principalmente por Harvey (1996) e contextualizada por Vainer (2000).

Para nós, o contexto maciço de investimento por toda a região metropolitana demonstra o quanto o espaço tem sido meio, fim e condição para a reprodução das relações de produção em novos patamares, agora adequados com as possibilidades de atração dos diversos capitais “flutuantes”. A reafirmação da vocação da cidade como polo de turismo de negócios, a atração de grandes eventos e feiras, e o investimento estatal na melhoria da infraestrutura para suportar a circulação de bens, como a inauguração do

Aeroporto Industrial de Confins, são movimentos importantes no tabuleiro urbano, onde o que está em jogo é a capacidade de atração de investimentos. Mais do que isso, podemos considerar que, no caso de Belo Horizonte, as elites locais dão prosseguimento a seu projeto modernizante iniciado desde fins do século XIX, procurando, agora, se reafirmar no cenário pós-moderno da acumulação flexível, renovando seu tecido urbano, quer seja por grandes obras, quer seja através de intervenções mais sutis como o Programa Centro Vivo.

Direta ou indiretamente, os imperativos econômicos que caracterizam uma postura empreendedora por parte dos agentes estatais têm reverberado em Belo Horizonte, de forma que, aqui como lá, surgem “ações estruturantes” como o conjunto de intervenções no vetor norte (Centro Administrativo, Linha Verde e Aeroporto Industrial) de grande força imagética, ainda que nesse caso haja interesses locais que vão além das necessidades estritamente econômicas. Também as transformações na Praça da Liberdade que, após a mudança das secretarias para o Centro Administrativo, será convertida em circuito cultural, e o próprio Hipercentro que, de acordo com as tendências do mercado imobiliário, pode se tornar um novo enclave com amplos passeios ajardinados, opções culturais e de lazer diversificadas, torres de moradia e escritórios para a classe média. Em todos esses casos, ressaltamos o caráter extremamente seletivo em relação aos consumidores das novas espacialidades voltadas para atender as camadas média ou alta, ainda que os discursos que acompanham essas práticas - principalmente do PRAUC e do Programa Centro Vivo - terem claramente um cunho democratizante que, no caso do primeiro, enfatiza a garantia do direito à moradia aos extratos sociais que atualmente não têm acesso a esse mercado.

No caso do Hipercentro, é exatamente através dos agentes privados envolvidos que podemos começar a traçar as especificidades do processo e suas principais diferenças de outras cidades. Aqui, esses agentes não compõem um capital transnacional e sim um conjunto de investidores locais, principalmente do ramo imobiliário, não se excluindo o comércio, dada a participação e o interesse intenso da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL).

Para deixar clara nossa posição em relação à natureza das práticas em Belo Horizonte, ela apresenta alguns princípios daquilo que Harvey (1996) chama de “empresariamento urbano”, mesmo se relativizadas as proporções e a magnitude das intervenções. Mas os interesses, assim como as fontes de investimento, não fazem parte dos “circuitos superiores de fluxo de capitais”. Esta prática urbanística, que chamamos de entrópica, está na maior parte dos casos contaminada pelos mesmos preceitos que norteiam as intervenções em outros grandes centros. Ou seja, ela é dinamizada por atores internos e locais, mas suas referências são buscadas lá fora, principalmente

devido à ação estatal, via seu próprio corpo técnico, ou às ligações internacionais que se fazem entre esses e agentes externos. Nesse contexto, ressaltam-se os contatos internacionais como a consultoria catalã Chias Marketing, especializada em elaborar planos de desenvolvimento turístico e que tem trabalhado para consolidar Belo Horizonte como polo de turismo de negócios. Há também ligações diretas interestaduais como entre os técnicos da PBH e da Prefeitura de Lisboa que, em visita a Belo Horizonte, apresentou o êxito obtido com a experiência lusitana⁷³.

Tais interferências reforçam, no cenário local, que a imagem de uma cidade contemporânea dotada de centralidades renovadas caracteriza medidas que devem ser adotadas dentro de uma perspectiva consensualmente aceita, como de “escassez de recursos”. Algumas ações tipicamente formadoras de centralidades já são adotadas, como o novo Centro Administrativo encomendado a Oscar Niemeyer e projetado para abrigar todas as secretarias e órgãos de apoio ao Governo do Estado de Minas. Tal projeto está localizado nas margens da Linha Verde, nova via expressa que liga o aeroporto internacional ao centro da cidade. Tais intervenções só se materializam agora, devido aos interesses estritamente locais, principalmente políticos, no sentido eleitoral do termo. Da mesma forma, ações de fortalecimento do orgulho cívico dos moradores, em torno de um objetivo em comum, como é o caso da campanha “Eu amo BH radicalmente”, atestam a adoção das mesmas medidas em cidades como Barcelona e Nova York, para desenvolver uma suposta – no caso de Belo Horizonte – vocação local e, ao mesmo tempo, aglutinar objetivos divergentes em torno de um único e inquestionável caminho a seguir. Nesse caso, a campanha promovida pelo Belo Horizonte Convention & Visitors Bureau ainda encontra dificuldades para impor essa vocação para esportes radicais em Belo Horizonte, visto a quase inexistência de eventos dessa natureza na cidade.

Observando mais de perto a prática local, podemos compreender melhor suas características que a diferenciam de ações em outras cidades. No caso do Programa Centro Vivo, considerado aqui como Projeto Urbano mais ligado à tradição do embelezamento que à recente onda de grandes obras espetaculares, nota-se que, além de objetivos políticos, a intervenção tem como finalidade tornar disponível para o mercado imobiliário um novo polo de investimento, dado a condição de saturação que caracteriza as áreas de investimento anteriores, como as regiões mais ao sul da cidade. Como pudemos ver na capítulo 3, a área central é palco de ações de planejamento desde a criação da cidade, sendo então moldada de acordo com escolhas tomadas pelo corpo

⁷³ Em 2005, a diretora do Planejamento Estratégico de Lisboa, Maria Tereza Craveiro proferiu palestras em Belo Horizonte e outras capitais brasileiras, sobre a experiência portuguesa na reabilitação de centros urbanos.

técnico municipal. A partir da década de 1970 até fins da década de 1980, as ações do poder público não representaram transformação mais efetiva em seu processo de produção, de forma que a área central e, principalmente o Hipercentro, continuou sua tendência à estagnação e fuga de capital imobiliário para os outros subcentros, principalmente a Savassi, verificada desde a década de 1970. As razões que levaram a uma transformação mais efetiva na dinâmica socioespacial do Hipercentro devem ser mais estudadas, mas, em nossa opinião, têm relações estreitas com o conjunto de representações da cidade, que passam a ser disseminadas entre os mais diversos níveis sociais.

Ainda que motivada por objetivos locais, a instrumentalização do espaço do Hipercentro, como parte de uma estratégia urbana, somente ganha corpo em fins da década de 1990, devido ao contexto cada vez mais inquestionável do fortalecimento da cidade, enquanto ator político. Esse processo começa com a recuperação do centro tradicional como patrimônio histórico, na década de 1980, passa por tentativas de requalificação nos anos 90 e, mais recentemente, emprega-se com sucesso os argumentos de cunho social da reabilitação urbana que, nesse caso, ainda que também sejam explícitos os objetivos políticos e simbólicos, os de caráter econômico permanecem escamoteados por um discurso claramente atrelado aos objetivos de uma política social ligada a algumas bandeiras da reforma urbana, como é o caso da transformação de edifícios abandonados para habitação social.

Em relação à dialética entre as ideias e as práticas, gostaríamos de comentar sobre aspectos que poderiam parecer óbvios mas que, em nossa opinião, podem revelar como se dá a interação entre os vários planos que produzem essa centralidade. Nesse sentido vamos colocar em confronto interpretações a respeito do espaço e de seu processo de produção. Teremos como perspectiva de nossa análise as dimensões distintas e imbricadas do processo de produção do espaço conforme apresentada por Lefebvre (2006) e, de outro lado, as concepções teóricas a respeito do lugar, principalmente no sentido de Guattari (1985) e Certeau (1994). Enquanto para o primeiro, a produção do espaço é o resultado da interação entre os planos da prática, do plano das ideias e também dos momentos de insurgência contra essa mesma prática estabelecida, para os segundos, a produção de um espaço enquanto *lugar* é caracterizado pela forma como é apropriado. Para Guattari e Certeau, o que diferencia a espacialidade puramente ordenada e controlada – similar ao espaço geométrico lefebvriano – do espaço como *lugar* – momento que configura uma espacialidade como valor de uso – é o estar em, o posicionamento do usuário enquanto sujeito ou não de uma ação que toma para si o espaço, resignificando-o, ou se limitando a não ultrapassar as imposições colocadas por esse mesmo espaço social. Independente de como esse indivíduo – sujeito ou

consumidor – usa ou utiliza esse espaço, na interpretação desses dois autores tal campo de ação avança para além do fenomênico, uma vez que supõe a transformação do percebido e a instauração de rupturas com as representações do espaço.

No contexto de uma centralidade como o Hipercentro de Belo Horizonte, a reflexão sobre seu processo de produção deve estar embasada em pressupostos teóricos que permitam considerar tal complexidade sob uma perspectiva mais ampla e, ao mesmo tempo, em evidências sobre as interrelações entre as várias escalas da prática.

Passando a um plano de análise mais específico, e pensando o Hipercentro renovado enquanto *lugar*, podemos explicitar em que termos ou em que medida essa centralidade se apresenta como valor de uso, a dialética entre os usos e as representações dos usos e, finalmente, a natureza dessa espacialidade. Assim, nestas considerações finais, vamos resgatar as conceituações opostas entre espaços e lugar conforme explicitado no capítulo um, relacionando tais leituras com a prática espacial corrente em Belo Horizonte. Em um segundo momento, vamos confrontar essas mesmas ideias com os levantamentos observados no capítulo três. Finalmente, num terceiro e último momento, podemos discorrer sobre uma representação própria sobre tal centralidade.

4.1.1 O Hipercentro entre lugares e espaços

Se considerarmos que, desde o início da história da cidade, o momento da festa pode ser entendido como o resultado do investimento de grupos dominantes na espacialidade concreta e, conforme pontuou Lefebvre, como uma estratégia dessas mesmas classes para persuadir os cidadãos, podemos concluir que sua essência contraditória está ligada, principalmente, aos interesses de grupos que se utilizam do espaço enquanto meio de manutenção do poder.

No interior dessa centralidade, a diferença entre obra e produto não deve ser entendida como simples oposição lógica entre termos contrários, à medida que entre eles passa a existir uma complementaridade de funções, sobretudo se considerarmos a função que os usos do espaço público desempenha na produção de um espaço renovado ou, em outras palavras, de um espaço-produto. Dessa forma, podemos entender a produção do novo Hipercentro e, por extensão, de toda a metrópole, como depositário dessa mesma contradição entre valor de uso e valor de troca, principalmente pelo fato da cidade estar contida em um emaranhado de relações institucionalizadas, que dizem respeito à forma com que o espaço é politicamente construído, como também como as

políticas urbanas devem ser levadas a cabo, sob a forma atual de estratégias que devem ser adotadas para que a cidade possa sobreviver capturando investimentos e oportunidades. Em outras palavras, podemos afirmar que Belo Horizonte também está contida em uma ordem distante, mas contém sua própria ordem próxima. Produz, reproduz e acentua as contradições que são próprias da condição urbana atual.

No caso do Hipercentro de Belo Horizonte, vimos que seu processo de reabilitação, com as ofertas de espaço público para pedestres, com as melhorias nas condições de acessibilidade, espaços não conflitantes com os usos, tem como característica a compatibilização com a diversidade presente no local. Entretanto, o Hipercentro é uma centralidade marcadamente dual e, através dos processos de renovação, tais características se tornam ainda mais visíveis. Essa dualidade pode ser interpretada de acordo com a natureza dos grupos que estão ali presentes. Podemos até afirmar que nos espaços renovados há uma relação assimétrica entre aqueles que já faziam uso do local e a suposta qualidade dos novos espaços. Alguns usuários parecem ser percebidos como ruídos na nova paisagem, como os vendedores ambulantes e os *hippies* do calçadão Xacriabá e Krenak. Eles não se enquadram na imagem projetada para o lugar e são mal vistos na área, como comprovam a opinião de alguns comerciantes locais e as constantes investidas policiais sobre os vendedores da Praça Sete, além das remoções dos ambulantes para os shoppings populares.

Essa dualidade se manifesta também em um outro nível, agora a partir de uma perspectiva que toma o Hipercentro como local de consumo. Isso por si só seria uma contradição de termos, porque esse mesmo centro de consumo possui outras qualidades além daquelas intermediadas pelo dinheiro, à medida que seu capital simbólico também é universalmente apropriado. A dualidade do Hipercentro como local de consumo reside no fato de que ele também é apropriado como lugar pelos novos consumidores. Assim, ele é valor de uso para grupos tradicionais como *hippies*, skatistas e namorados, mas também passa a ser para os novos usuários que são atraídos a reboque da valorização da área. Esses *incomers* são os novos frequentadores dos centros culturais e museus, até novos moradores e trabalhadores de classe média que provavelmente ocuparão os novos lançamentos imobiliários.

Aqui o consumo do lugar expressa a contradição essencial da metrópole pós-moderna, caracterizada por uma prática espacial que resulta num espaço híbrido, que comporta em sua espacialidade, desde sempre geometrizada e marcada por todo tipo de coações, modos de apropriação que ora se alinham ao consumo de uma representação do espaço voltado para a troca, ora se constitui na fruição de em espaço de representação.

Esta centralidade que ainda hoje conserva os traços da cidade industrial ou aristocrática, ressignificados em uma pós-modernidade que cria cenários, continua a apresentar, de certa forma, as mesmas disposições que criaram as áreas funcionalizadas do plano de Aarão Reis. Este espaço isotópico, formado por áreas homogêneas onde as possibilidades dos usos já estão dadas, revelam o caráter do processo de renovação do Hipercentro e os termos onde podem ocorrer as possíveis apropriações.

Conforme apontado por Lefebvre (2006), as heterotopias, ou os espaços do outro poderiam aqui ser consideradas como os momentos de uma irrupção de uma contraordem nos espaços pré-estabelecidos da ordem urbanística? Em outras palavras, podemos considerar os usos observados nas áreas requalificadas, conforme visto no capítulo 3, como sendo uma restituição do valor de uso ao espaço geométrico, ou numa perspectiva mais abstrata, traçar um paralelo entre esses momentos e a concepção teórica do espaço diferencial lefebvriano?

Retomando as concepções de *lugar* e espaço para os autores discutidos neste trabalho, podemos resumir que, para Santos (1996), são as relações transescalares entre os agentes no espaço que conformam os lugares – quando essas ligações são intermediadas por uma espacialidade contígua – e a formação de espaços em redes, ou verticalidades constituídas por relações baseadas no valor de troca, ambos podendo coexistir no mesmo território. No interior desse, onde se opõem verticalidades e horizontalidades, o lugar é simplesmente o *locus* de relações ancoradas numa espacialidade, e que dão a medida da identidade e dos referenciais simbólicos de um grupo. Em Santos, o lugar pode ser entendido como resistência à tendência que homogeneíza o espaço e elimina os vínculos entre os cidadãos e seu ambiente imediato. Pode ser visto também como lugar de politização da vida cotidiana, principalmente devido à contiguidade espacial que, como ele afirma, em relação ao “conteúdo geográfico do cotidiano”, é um convite à ação reformadora (SANTOS, 1996). Entretanto, mesmo em oposição constante aos espaços dos fluxos, ou às verticalidades, o lugar em Santos, ou a representação teórica do lugar não se constitui enquanto ressignificação de um espaço liso. Aqui a conformação de lugares não é entendida enquanto irrupção, ou nos termos colocados por Lefebvre, enquanto restituição do valor de uso à cidade.

Da mesma forma que em Santos, a concepção progressista de lugar apresentada por Massey (2000), procura estabelecer novas bases para se pensar o lugar em um contexto de constantes desterritorializações. Devido às relações cada vez mais dominantes voltadas para fora, no sentido dos espaços das redes de Santos, o lugar deve ser pensado como uma teia de relações sem limites espaciais definidos, ou limitada apenas pelas interações entre diversas matrizes identitárias.

Nesse sentido, o Hipercentro requalificado poderia ser considerado como lugar ou não, dependendo do tipo e grupo social que estabelece vínculos espaciais e, sobretudo, da natureza dos usos. Para os jogadores de damas que se encontram quase religiosamente sob a mesma marquise, o espaço da Praça Sete é lugar no sentido proposto por Santos. É uma atividade que estabelece significado simbólico para o local, que passa a ser referenciado como local de encontro. Ainda que tais usos sejam totalmente correspondentes às finalidades para as quais o espaço foi projetado, ele é, na perspectiva de Santos, uma forma de perpetuação de tempos lentos. Esse raciocínio pode ser estendido a outros casos no Hipercentro: os *skatistas*, os frequentadores de bar, os frequentadores das galerias, os deficientes auditivos, os pregadores evangélicos e os casais de namorados, os leitores e os pais que levam as crianças para brincar nas fontes da Praça da Estação. Em todos esses casos o espaço se conforma enquanto tempos lentos no interior de centralidade que é produzida de acordo com os preceitos dos espaços de fluxos. Aqui fica mais claro o sentido contraditório do espaço.

Entretanto, a categoria *lugar* possui outras acepções mais amplas que, para nós, são mais compatíveis com nosso pressuposto teórico de que a produção do espaço comporta a interação entre o percebido, o concebido e, principalmente, o vivido, representado pelos momentos onde o uso do espaço se irrompe em meio a um território regido por estratégias.

Nesse sentido, tanto Guattari (1985) como Certeau (1994) consideram os espaços existenciais ou modos de fazer como os momentos definidores dos lugares. O que difere estas representações das anteriores é quem e, principalmente, como este espaço é apropriado ou consumido. Aqui, o *lugar* não representa o último bastião da identidade local, das tradições e do valor de uso em meio ao avanço cada vez mais dominante de um espaço homogeneizante. O lugar para Guattari e para Certeau (que emprega o termo *espaço* em vez de *lugar*) é caracterizado por momentos onde a espacialidade pertencente à realidade pós-moderna é taticamente reinventado, ou ressignificado. Para Guattari, a diferenciação entre espaço e território vai mais além da conformação espacial que atende a alguma necessidade pré-estabelecida e a espacialidade ressignificada simbolicamente. Para ele trata-se dos desvios de uso, das disfunções do espaço, caracterizando espaços de subjetivação ou territórios existenciais. Sua especificidade reside no fato desses territórios serem criados sob os domínios daquilo que Milton Santos chama de espaço liso, ou o que Lefebvre considera como o espaço geométrico. Nesse mesmo sentido, Michel de Certeau enxerga nessas irrupções momentos táticos quando os usuários do espaço subvertem as possibilidades dadas e pré-definidas de uso no interior do espaço estratégico. No *lugar* de Certeau, somente uma única função pode ser exercida. O *lugar* segue uma lógica na qual seu funcionamento ótimo acontece à medida

que somente a função que lhe é prescrita se impõe, não havendo aqui oportunidades para os desvios. Corresponde ao ideal de espaço abstrato lefebvriano, acima de tudo programado, cujas possibilidades de desvirtualização, por um uso não esperado, é considerada como uma disfunção. No outro extremo, a ideia de *espaço* que supõe o momento do imprevisível. Os usos que lhe são característicos subvertem o que é normatizado pelo urbanismo, redefinindo sua ordem.

Nesse contexto, podemos afirmar que os usos e apropriações descritos no capítulo 3 se configuram como ressignificações ou reapropriações de um espaço geométrico, ou numa subversão dos usos numa espacialidade que é reatualizada para funcionar ora como cenário, ora como novo *locus* de investimento imobiliário? Podemos considerar os usos do Hipercentro requalificado como incoerentes com as funções para as quais tal espacialidade foi programada?

Pelo que foi observado, um grau de reapropriação dessas espacialidades é muito baixo. Nos termos utilizados por Leite (2004), os “contra-usos” no Hipercentro novo, ainda que existentes, se limitam às atividades marginais, exercidas por aqueles grupos para os quais o Hipercentro se configura como lugar de sobrevivência; é mais que um meio de subsistência, é o local onde sua vida se desenvolve. Como foi dito, tais grupos não são bem vindos nos espaços renovados: os *hippies* no calçadão Xacriabá e Krenak, constantemente tendo que utilizar de táticas para burlar a vigilância municipal, mas frequentemente expulsos de seu território. Da mesma forma, os poucos moradores de rua que ainda permanecem sob as marquises do PSIU e as crianças que pedem dinheiro aos frequentadores de bar. Suas ações são modos de fazer que, conforme dito por Certeau, são consumos transformadores do espaço pois, nesse caso, em uma situação ideal, não deveriam ser consumidos por esse tipo de público e, mesmo sendo cerceada pela ordem dominante, introduzem uma maneira de tirar partido dela. Entretanto, mesmos nesses casos extremos, o ponto de vista que considera tais usos como de caráter tático deve ser relativizado. Em princípio pela falta de conteúdo político de tais usos, que, ao contrário de ações que poderiam ter natureza emancipadora, só contribuem para a perpetuação da precariedade desses grupos. Trata-se de táticas espaciais passivas, sem nenhum sentido de luta ou reivindicação que utilize o espaço público como instrumento. Em segundo, pelo fato dessa “reapropriação” não ser necessariamente uma prática irruptiva, no sentido de que tais usos, no caso específico da Praça Sete, se verificarem ali desde a década de 1990. Portanto, não chegam a instaurar uma ordem nova no interior do espaço percebido, pois são, de certa forma, resquícios de outros usos, ou permanecem como outra temporalidade superposta.

Ainda na perspectiva de um lugar ressignificado de Guattari e Certeau, os outros usos se afastam ainda mais daquilo que caracteriza um *lugar*. Para os *skatistas*, os

pastores evangélicos, as estátuas vivas, mágicos e artistas de rua, as crianças que brincam nas fontes, esse espaço se converte em espacialidade apropriada, mas ao mesmo tempo permitida. Aqui esses usos não conflitam com os mecanismos que asseguram a ordem e a segurança no Hipercentro. Mais do que isso, tais usos atestam ao Hipercentro seu caráter – agora institucionalizado – de diversidade e de multiplicidade, local de reunião de várias “tribos urbanas”, conforme o mapeamento feito pela PBH e divulgado pela mídia. É o atestado de que, no processo de reabilitação do Hipercentro, não existe assepsia social.

Da mesma forma, as agentes de crédito, os poucos ambulantes, os compradores de metais, os anunciantes possuem uma relação específica com o espaço do Hipercentro, que não é nada além de lugar de trabalho. Possuem hora de chegada e de saída, seu tempo nessa espacialidade é regulado por uma jornada dividida em dois períodos de trabalho e uma pausa para almoço. Quanto aos jogadores de dama, namorados das praças, frequentadores de bar e manifestantes da Praça Sete, seus usos são também modos passivos de apropriação. São consumidores de espaço no sentido estrito do termo, tornando legítimas as ações de um urbanismo que ordena o espaço e disciplina o emprego do tempo no interior dos centros renovados.

Portanto, se adotarmos a perspectiva de um lugar político no sentido de Guattari e Certeau, onde a apropriação tem, acima de tudo, um caráter subversivo, podemos considerar o Hipercentro renovado como lugar da ordem. Excluindo-se alguns modos de fazer que são bastante específicos e em vias de desaparecimento⁷⁴, o Hipercentro requalificado segue como local de reunião e diversidade, e seus usos se alinham aos objetivos desse espaço estratégico.

4.1.2 O lugar e as representações do espaço

Considerar o Hipercentro como lugar da ordem diz respeito a sua totalidade e deve avançar para além das relações entre os grupos usuários ou usuários desse espaço. Essa ordem se aplica à própria representação que se pretende criar junto ao espaço renovado. Ou seja, além da construção de uma espacialidade concreta, urbanisticamente concebida, há também a criação de uma representação específica do Hipercentro. Há a construção simbólica de uma nova imagem para o Hipercentro. Essa nova imagem deve ser compatível com o potencial nicho de mercado observado. Trata-

⁷⁴ Boa parte dos ambulantes já foram retirados das ruas e acomodados nos shoppings populares. Quanto aos ladrões e pedintes, o Programa Olho Vivo e ações noturnas se encarregam de expulsá-los para além dos limites do Hipercentro. O aumento da criminalidade nos arredores é esclarecedor do quanto tais ações têm somente um caráter cosmético e paliativo.

se de reprimir toda e qualquer imagem que relacione essa área com suas representações passadas, como local do crime, da prostituição e, principalmente, do abandono e da degradação. Ao contrário, aqui devem prevalecer agora as associações com novos usos, culturais, de lazer, de negócios e de consumo. Mas devem prevalecer também os usos do espaço, que, na impossibilidade de controlá-los por completo, também passam de alguma forma a funcionar como mecanismos de atração e promoção do Hipercentro. Nesse sentido, essa espacialidade assume um caráter de liminaridade, nos temos colocados por Zukin, apresentando características ambíguas e fazendo ligação entre as forças de mercado e o lugar.

Como não foi o foco deste trabalho analisar a produção dos discursos e das construções simbólicas sobre nosso objeto, podemos afirmar pouco sobre esse tema. Entretanto, podemos afirmar que os usos atuais do espaço são componentes dessas construções. Nesse sentido, a diversidade de grupos sociais que, de uma forma ou de outra, se apropriam do Hipercentro renovado, legitima a construção de sua imagem como local da diversidade e multiplicidade, local do encontro e da cultura. Tais grupos tornam-se, a nosso ver, elementos integrantes de uma estratégia que procura vender o Hipercentro para consumidores com gostos e apreciações características. É o momento em que os usos, além de dinamizarem o cenário ordenado, passam a fazer parte da estratégia de promoção do lugar.

Nos termos colocados por Zukin (2001), aqui parece haver uma tendência de inversão do lugar em paisagem, não somente através da reconversão de edifícios e estruturas antigas, como no caso das edificações históricas tombadas em todo o perímetro, principalmente nos arredores da Praça da Estação. Mas essa inversão acontece também a partir de usos tradicionais dos espaços públicos, que, se num primeiro momento não seriam compatíveis com o ideal de um lugar socialmente homogêneo, como seria o caso de um *shopping center* de luxo, em um segundo momento são apropriados culturalmente pelos possíveis novos consumidores, ou nos dizeres de Zukin (2001), “são investidos de valor cultural”. Isso pode ser observado no Plano de Reabilitação do Hipercentro, para o qual a área deve continuar e se fortalecer como referência de atividades culturais, como também para a mídia que divulga a diversidade e os usos do lugar como aspectos atrativos da área.

A forma como esses espaços públicos são apropriados, conforme descrito anteriormente e que, nesse sentido, conformam a cidade enquanto valor de uso, passam num segundo momento a compor as bases para a promoção dessa centralidade, enquanto valor de troca. Supõem que, na dialética entre as dimensões que produzem socialmente esse espaço em particular, os espaços de representação, relativizados na seção anterior e representados pelas apropriações observadas, passam a definir as

representações do espaço dominante. Podemos compreender esse movimento, nos termos colocados por Certeau (1994), para definir as táticas e estratégias do espaço, como um momento tático das forças que usam estrategicamente o espaço. Elas subvertem seus próprios princípios utilizando-se do espaço, que anteriormente poderia ser considerado como momento tático das forças irruptivas. Portanto, nessa espacialidade renovada, até mesmo as possibilidades do espaço, como valor de uso, são seletivamente reapropriadas pelas forças de mercado, passando a figurar como elemento para troca. Enquanto isso, aqueles aspectos que não interessam à estratégia de venda e promoção, os ruídos e perturbações desse espaço de ordem, são eliminados ou, no caso do processo de renovação do Hipercentro, controlados.

4.2 O HIPERCENTRO COMO NÃO-LUGAR

Os mecanismos de controle do espaço no Hipercentro ganham relevância na medida em que, é através deles que se perpetuam a ordem e os propósitos de um espaço que desde sempre foi projetado para o consumo seletivo. Agora, os usos que nos últimos 50 anos desvirtualizaram tal propósito são “astutamente”, invertendo o sentido do termo colocado por Certeau, reconfigurados para atender a necessidades pontuais.

Esses mecanismos de controle vão além da simples vigilância do espaço, mas abarca todas as questões legais que abrangem o planejamento urbano. São aspectos que se tornam evidentes pelas ações, como a instalação do sistema de controle Olho Vivo, possibilitando o controle em tempo real do que acontece nas ruas a partir de uma base de operações remota, ou a retirada dos camelôs das ruas, facilitando a vigilância e a ação de polícia, tanto por parte dos próprios transeuntes e trabalhadores quanto da PM. Esse controle permanente do espaço público, nos remete à ideia do espaço vigiado, nos termos colocados por Foucault, ao discorrer sobre as origens do controle social e métodos coercitivos no contexto das instituições penais. Para nós, analogicamente, estabelece-se no Hipercentro métodos de controle e disciplina social que remetem a um urbanismo panóptico. Ao descrever os métodos de controle da peste e doenças na Europa do século XVII, Foucault (1991) observa que a cidade controlada é *“espaço fechado, recortado, vigiado em todos os seus pontos, onde os indivíduos estão inseridos em um lugar fixo, onde os menores movimentos são controlados, onde todos os acontecimentos são registrados, onde um trabalho ininterrupto de escrita liga o centro à periferia...”* (FOUCAULT, 1991, p.174). Aqui, os mecanismos atuais de controle nos permitem a livre movimentação, mas ainda se empregam as mesmas coações, desde as

mais naturalizadas, tornadas banais, até as novas, as que proíbem ou ditam os usos permitidos do espaço público.

Essas coações podem ser pensadas conjuntamente com a forma com que certos usos do espaço adquirem, sobretudo aqueles que poderiam ser considerados como resistências à homogeneização imposta. Tais usos são reapropriados pela prática espacial dominante, remetem a um espaço não mais caracterizado pelos usos espontâneos e pela desordem que caracterizava a rua na cidade tradicional, mas também reforça o caráter contraditório da própria ideia de cidade enquanto produtora de obras, que em Lefebvre também possui um grande componente de persuasão.

A produção desse espaço renovado sugere, no limite, aquilo que Auge (1994) conceituou como o não-lugar: *“um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não lugar”* (AUGE, 1994, p.73). O próprio autor relativiza essa definição, remetendo aos termos que Certeau apresenta como pertencentes ou que são próprios ao espaço da ordem: *“ele (o não lugar) nunca existe sob uma forma pura: lugares se recompõem nele: relações se reconstituem nele; as ‘astúcias milenares’ da ‘invenção do cotidiano’ e das ‘artes de fazer’, das quais Michel de Certeau propôs análises tão sutis, podem abrir nele um caminho para si e aí desenvolver suas estratégias”* (AUGE, 1994, p.74).

Nossa leitura do Hipercentro renovado como espaço da ordem e como não-lugar não tem um caráter de definição ou de caracterização sumária dessa centralidade. Partimos do pressuposto de que, mesmo nos espaços lisos, haveria formas marginais de uso, atribuindo novos significados a esse espaço. E concluímos que, mesmo esses “espaços de resistência” não deixam de ser incorporados também à prática homogeneizante. Tal leitura reafirma, através das análises e observações realizadas, aquilo já apresentado por muitos dos autores lidos neste trabalho, o caráter contraditório e complexo da cidade contemporânea, o que, para nós, se faz presente nas grandes centralidades urbanas, mais ou menos inseridas nos circuitos onde fluem capitais e, principalmente, ideias e representações sobre a cidade.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Otília. Cultura da cidade: animação sem frase. Revista do Patrimônio, nº 24. Brasília, IPHAN / Ministério da Cultura, 1996, p. 229-240.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori; VAINER, Carlos B.; MARICATO, Erminia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

AUGÉ, Marc. *Não-Lugares: Introdução a uma Antropologia da Supermodernidade*. Papirus, Campinas, 1994.

BELO HORIZONTE. Prefeitura. *BH Centro: concurso nacional para reestruturação do centro de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: 1989.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. *Plano de Reabilitação do Hipercentro*. Belo Horizonte, 2007.

BENEVOLO, Leonardo. *História da Cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1993.

BIHR, Alain. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Boitempo, 1999.

BORJA, J.; CASTELLS, M. Planes Estratégicos y Proyectos Metropolitanos. In: *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, Ano XI, 1997.

BOTLER, M.; ROLNIK, R. Por uma política de reabilitação de centros urbanos. In: *Urbanismo: Dossiê São Paulo - Rio de Janeiro*. PUCCAMP/PROURB, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Ática, 2004.

BRASIL. Ministério das Cidades. *Plano Diretor Participativo: guia para a elaboração pelos Municípios e cidadãos*. 2 ed. Brasília: Ministério das Cidades/ CONFEA, 2005.

BRASIL. Secretaria Nacional de Programas Urbanos. *Reabilitação de centros urbanos*. Brasília: Ministério das Cidades, 2004.

CARLOS, Ana Fani. *O Espaço Urbano. Novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2004

CASAS, Lorenzo Gonzalez. Territórios da política em Caracas. In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. V.06, n.02. UFBA, 2004.

CASTELLS, Manuell. *A Questão Urbana*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

CASTELLS, Manuell. *A sociedade em rede*. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do cotidiano*. Artes de fazer. Petrópolis, Vozes, 1994.

CHOAY, Francoyse. *O Urbanismo, utopias e realidade, uma antologia*. Tradução de Dafene Nascimento. Perspectiva: São Paulo, 1965.

COMPANS, Rose. O Plano Diretor Entre a Reforma Urbana e o Planejamento Estratégico. In: SCHICCHI, Maria C. e BENFATTI, Dênio (orgs). *Urbanismo: Dossiê São Paulo – Rio de Janeiro*. Campinas: PUCCAMP/PROURB, p.199-213, 2004.

COSTA, Geraldo Magela. A contribuição da teoria do espaço de Lefebvre para a análise urbana. In: *Entre a Ordem Próxima e a Ordem Distante: contribuições a partir do pensamento de Henri Lefebvre*. PPGEO/UFF, Rio de Janeiro, 2003.

COSTA, H. S. M. Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte. In: Roberto Luís de Melo Monte-Mór. (Org.). *Belo Horizonte: espaços e tempos em construção*. 1 ed. Belo Horizonte: CEDEPLAR/PBH, 1994, p.51-77.

COSTA, H. S. M, COSTA, G. M. Repensando a análise e a Práxis Urbana. In: *Economia e território*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

DAMIANI, Amélia Luisa. Urbanização crítica e situação geográfica á partir da metrópole de São Paulo. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Orgs.). *Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole*. São Paulo : Contexto, 2004, p. 19-58.

DEVILLERS, Christian. Le projet urbain. In: *Conférence d'architectes*, Paris, Pavillon de l'arsenal, 1994.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. (1912).

FERNANDES, Ana. Urbanismo Contemporâneo no Brasil: Entre o direito e o negócio. In: MACHADO, Denise Barcellos Pinheiro; PEREIRA, Margareth da Silva; SILVA, Rachel Coutinho Marques (Org.). *Urbanismo em Questão*. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Proureb, p. 263-272, 2003.

FIX, Mariana. A “fórmula mágica” da parceria público-privada: operações urbanas em São Paulo. In: Schicchi, M. C; Benfatti, D. (Orgs). *Urbanismo: Dossiê São Paulo – Rio de Janeiro*. Campinas: PUCCamp/PROURB, 2004, p. 185-198.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

FRAMPTON, Kenneth. *História crítica da Arquitetura Moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GLASS, Ruth. *London: Aspects of Change*. Centre for the Urban Studies and MacGibbon and Kee, Londres: 1964.

GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo. 1997.

GUATTARI, Félix. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. In: *Espaço & Debates* (São Paulo) Ano V, N°16. 1985

GUATTARI, Félix & ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes. 1996

HARNECKER, Marta. *Estratégia e Tática*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2005.

HARVEY, D. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação urbana no capitalismo tardio. *Espaço & Debates*, n 39, ano XVI, São Paulo, NERU. p.48-64,1996.

LE GOFF, Jacques. *Por amor as cidades – conversações com Jean Lebrun*. Tradução de Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

LEFEBVRE, Henri. *A Vida Cotidiana no Mundo Moderno*. São Paulo: Ática, 1991a.

LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Oxford: Blackwell, 1991b.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à Cidade*. São Paulo: Editora Moraes, 1991c.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução Urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. 2006. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4º ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Mimeo.

LEITE, Rogério Proença. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Aracaju, Editora UFS. 2004.

LERNER, Jaime. *Acupuntura urbana*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

LIPIETZ, Alain. O Pós-Fordismo e seu Espaço. In: *Espaço & Debates*, nº 25, NERU, p. 12-29. 1988.

MACHADO, D. B. P.; PEREIRA, M. da S.; SILVA, R. C. M. da. *Urbanismo em Questão*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ/PROURB, 2003.

MACHADO, Denise Barcellos Pinheiro. Cidade Contemporânea e Projetos Urbanos. In: SCHICCHI, Maria Cristina, BENFATTI, Dênio (Orgs.). *Urbanismo: Dossiê São Paulo-Rio de Janeiro*. Campinas: PUCCAMP/PROURB, 2004.

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antônio A. (org). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000.

MIGLIANO, Milene ; CAMPICI, C. P. F. ; FONSECA, C. G. ; PEIXOTO, D. A. . Interações Cotidianas e Produção de Sentidos no Hipercentro de Belo Horizonte. In: *II ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares de Cultura*, Salvador, 2006.

MOSCATO, Jorge. O bairro está mudando; tudo que é sólido desmancha no ar. In: MACHADO, D. B. P.; PEREIRA, M. da S.; SILVA, R. C. M. da. *Urbanismo em Questão*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ/PROURB, 2003.

MUNFORD, L. *A cidade na história*. São Paulo, Martins Fontes, 1998.

RANCIERE, Jacques. O Dissenso. In. NOVAES, Adauto (Org). *A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.367-382.

RIBEIRO, Rita Aparecida da Conceição. *Identidade e resistência no urbano: o quarteirão do Soul em Belo Horizonte*. 2008. Tese (doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

ROLNIK, R; PINHEIRO, O, (coord.). *Plano Diretor Participativo: guia para elaboração pelos municípios e cidadãos*. Brasília: Ministério das Cidades; CONFEA, 2005.

RUBINO, S. B. . Gentrification: notas sobre um conceito incômodo. In: Maria Cristina Schicchi; Denio Benfatti. (Org.). *Urbanismo: dossiê Rio de Janeiro-São Paulo*. Campinas: 2004, p. 287-286.

SÁNCHEZ, F. Políticas Urbanas em Renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes. In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. Anpur, São Paulo: 1999.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo – razão e emoção*. São Paulo; Hucitec. 1996.

SANTOS, Milton. et al. (orgs.) *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec. 1994.

SCHICCHI, Maria Cristina, BENFATTI, Dênio (Orgs.). *Urbanismo: Dossiê São Paulo-Rio de Janeiro*. Campinas: PUCCAMP/PROURB, 2004.

SIMMEL, Georg "A *Metrópole e a Vida Mental*". In: VELHO, Otávio G (org.) *O Fenômeno Urbano*. Ed. Guanabara, Rio de Janeiro: 1987.

SLATER, Tom. What is gentrification. www.verygood.f9.co.uk.gentweb, 19 de junho de 2001.

SMITH Neil. *The new urban frontier. Gentrification and the revanchist city*. Londres: Routledge, 1996.

SOJA, Edward W. *Geografias Pós-Modernas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1993.

SOJA, Edward W. O desenvolvimento metropolitano pós-moderno nos EUA: virando Los Angeles pelo avesso. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura. (org.) *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/ANPUR, p. 166. 1994.

TOPALOV, Christian. Fazer a História da Pesquisa Urbana: A experiência francesa desde 1965. In: *Espaço e Debates*, nº 23, 1988.

TSIOMIS, Yannis. Projeto urbano, embelezamento e reconquista da cidade. In: MACHADO, Denise Barcellos Pinheiro, VASCONCELLOS, Eduardo Mendes (org.). *Cidade e imaginação*. Rio de Janeiro: PROURB/UFRJ, 1996, pp. 24-29.

TSIOMIS, Yannis. O projeto urbano hoje: entre situações e tensões. In: MACHADO, Denise Barcellos Pinheiro; PEREIRA, Margareth da Silva; SILVA, Rachel Coutinho Marques (Org.). *Urbanismo em Questão*. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Proureb, 2003, p. 279-294.

VAINER, Carlos. Pátria, Empresa e Mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otilia Beatriz Fiori; VAINER, Carlos B.; MARICATO, Erminia. *A cidade do pensamento unico: desmanchando consensos*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

VILELA, Nice Marçal. *Hipercentro de Belo Horizonte: movimentos e transformações espaciais recentes*. 2006. Dissertação (mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

ZACHARIASEN, Catherine Bidou. *De volta ao Centro. Dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros Urbanos*. Tradução Helena Menna Barreto Silva. São Paulo: AnnaBlume, 2006.

ZUKIN, Sharon. Paisagens Urbanas Pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24, p. 204-219, 1996.

YÁZIGI, Eduardo. Patrimônio ambiental urbano: refazendo um conceito para o planejamento urbano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges (org.). *Dilemas Urbanos – novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo, Contexto Acadêmica, 2003.

SITIOS ELETRONICOS

BELO HORIZONTE. *Prefeitura Municipal de Belo Horizonte*. Disponível em: www.pbh.gov.br/projetos.html. Acesso: 15/12/2006.

DINIZ, João. Rua Rio de Janeiro, Praça Sete de Setembro, Belo Horizonte. 2007. Disponível em <http://www.joaodiniz.com.br/ruario.htm>. Acesso: 25/10/2007.

GOULART, R. O processo de reabilitação e renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro e suas perspectivas. In: *Scripta Nova*. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, núm. 194 (44), 2005. Disponível em <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-44.htm>. Acesso:18/06/2007.

PENNA, Gustavo. *Praça Sete, Quarteirão Xacriabá*. 2008. Disponível em http://www.gustavopenna.com.br/portugues/gustavo_penna_portugues.htm. Acesso: 04/04/2008

ANEXO 01

Programa Centro Vivo			
Eixos de ação	Objetivos	Principais Propostas	Observações
Inclusão social, econômica e cultural	<ul style="list-style-type: none"> - Organizar o ambiente de negócios tornando-o mais adequado a empreendedores e consumidores. - Qualificar a população - Reduzir déficit habitacional 	Criação de Shoppings Populares	
		Capacitação de Trabalhadores	
		Implementação do Projeto Habitacional da Área Central	
		Criação de Restaurantes Populares	
		Projeto Hora do Almoço no Parque	Entretenimento para os trabalhadores
		Educação Urbana	Incentivar a percepção e valorização de pontos da cidade.
		Centro de Cultura de BH	Acesso gratuito a vídeo, biblioteca e internet.
Requalificação urbanística e cultural	<ul style="list-style-type: none"> - Resgatar a história, o patrimônio urbano e a arquitetura da área central, criando uma nova rota de turismo na capital. - Implantação de projetos específicos de cultura e lazer - Melhoria e ampliação dos serviços urbanos 	Revitalização da Praça Sete	
		Reforma Geral do Parque Municipal	
		Reforma da Praça da Estação	
		Restauração da Praça Raul Soares	
		Restauração do Viaduto Santa Tereza	
		Requalificação dos Eixos Simbólicos	
		Incentivo à produção de eventos culturais e de promoção turística	
		Circuito Cultural e gastronômico	
		Programa Caminhos da Cidade	
		Construção de Estações BHBUS	
		Implantação do Controle Inteligente de Tráfego	
Segurança social	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorar a segurança na região central 	Instalação da Guarda Municipal	
		Melhorias na iluminação pública	
		Implantação do Programa Olho Vivo	
		Instalação de órgãos de segurança na região	